



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DOUTORADO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS**

**HELAINÉ DA SILVA SOUZA**

**O PERCURSO HISTÓRICO DO INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA NA  
EDUCAÇÃO BAIANA: INICIATIVAS PARA FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES DE MATEMÁTICA E FÍSICA**

Salvador-BA

2021

**HELAINÉ DA SILVA SOUZA**

**O PERCURSO HISTÓRICO DO INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA NA  
EDUCAÇÃO BAIANA: INICIATIVAS PARA FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES DE MATEMÁTICA E FÍSICA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências.

Orientador: Gustavo Rodrigues Rocha

Salvador-BA

2021

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Souza, Helaine da Silva,

O percurso histórico do Instituto Anísio Teixeira na educação baiana :  
iniciativas para formação de professores de matemática e física / Helaine  
daSilva Souza. - 2021.

177 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Rodrigues Rocha.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-  
Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Salvador, 2021.

Programa de Pós-Graduação em convênio com a Universidade Estadual  
deFeira de Santana.

1. Instituto Anísio Teixeira - Bahia - História. 2. Educação - Bahia - História.  
3. Oliveira, Hilderico Pinheiro de - 1921-2000 - Contribuições em educação. 4.  
Professores - Formação. 5. Matemática - Estudo e ensino (Ensino médio). 6.  
Física - Estudo e ensino (Ensino médio). I. Rocha, Gustavo Rodrigues. II.  
Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ensino,  
Filosofia e História das Ciências. III. Universidade Estadual de Feira deSantana.

IV. Título.

CDD 370.98142 - 23. ed.

**HELAINÉ DA SILVA SOUZA**

**O PERCURSO HISTÓRICO DO INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA NA  
EDUCAÇÃO BAIANA: INICIATIVAS PARA FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES DE MATEMÁTICA E FÍSICA**

Tese para obtenção do grau de Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências  
– UFBA/UEFS.

Salvador, 21 de outubro de 2021.

Banca Examinadora:

Dra. Letícia dos Santos Pereira  
Universidade Federal da Bahia

Dr. Diogo Franco Rios  
Universidade Federal de Pelotas

Dr. Joubert Lima Ferreira  
Universidade Federal do Oeste da Bahia

Dr. Rafael Moreira Siqueira  
Universidade Federal da Bahia

Dr. Gustavo Rodrigues Rocha - Orientador  
Universidade Estadual de Feira de Santana

***Com apoio e amor de Jean, Júlia e Helen.***

## **AGRADECIMENTOS**

Sem a colaboração, o incentivo e o empenho dos vários atores históricos que me acompanharam nesta pesquisa, a conclusão deste trabalho seria impossível. Expresso gratidão por cada uma das etapas que fizeram parte dessa construção ao longo desses anos e que contribuíram para a montagem da narrativa apresentada nos próximos capítulos.

Diretamente ou indiretamente, muitas pessoas e lugares fizeram parte dessa trajetória que foi realizada como uma montagem de um quebra-cabeça, com peças espalhadas e desconectadas em diferentes espaços que fazem parte da história educacional. A todos, quero manifestar os meus sinceros agradecimentos.

Nesse contexto, as instituições têm um lugar especial pela disponibilidade, oportunidade de acesso aos documentos e aos registros históricos para a elaboração desse trabalho. Destaco aqui o Colégio Central da Bahia, que com todas as dificuldades mantém um rico arquivo, com muitas histórias desse patrimônio histórico que precisam ser compartilhadas. Outra importante contribuição é referente aos acréscimos realizados pelo Conselho Estadual de Educação do Estado da Bahia, e finalmente ao acervo da biblioteca do Instituto Anísio Teixeira, que durante todos esses anos disponibilizou seus documentos para as minhas pesquisas de mestrado e de doutorado.

Agradeço especialmente ao meu orientador, Gustavo Rocha, pela condução das orientações com paz e segurança. É importante destacar que durante a minha história no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências – PPGEFHC, muitos se tornaram amigos e vão fazer parte da minha vida para sempre. E para não cometer injustiças, não vou citar todos os nomes aqui, mas cada um sabe do seu lugar no meu percurso como pesquisadora.

Reconheço a riqueza do depoimento de cada um dos professores, que com muita generosidade compartilharam suas memórias para construção da narrativa apresentada neste texto.

Por fim, agradeço a compreensão e paciência da minha família pelas minhas ausências e ocupações durante o período dessa pesquisa. A todos o meu agradecimento será realizado pessoalmente!

Obrigada por permitirem que esta Tese seja uma realidade.

## RESUMO

Durante o século XX, alguns nomes representaram mudanças na história educacional brasileira e baiana, dentre os quais podemos citar Anísio Teixeira e suas iniciativas para a institucionalização da pesquisa educacional através de projetos e centros de pesquisas espalhados pelo território nacional. Nesse contexto, trazemos para o estado da Bahia, por meio da história recente, a significativa atuação do Inep – Bahia e o legado que Anísio Teixeira deixou durante a sua vigência, dentre tantos nomes que compactuaram com suas ações e atividades. É senso comum que a pesquisa educacional se mostra indispensável na promoção de melhoria nessa área, embora em algumas regiões do Brasil tenha se apresentado de forma tardia. Nesta perspectiva, esta investigação tem a proposta de focalizar os antecedentes históricos que influenciaram a Criação do Instituto Anísio Teixeira, em 1983, vinculado à Secretaria de Educação, como órgão responsável por estudos e pesquisas educacionais, apontando suas iniciativas para a educação baiana e sua atuação com respeito aos problemas educacionais identificados. Almejamos visitar historicamente as iniciativas realizadas para a etapa do Ensino Médio, com um olhar especial para as disciplinas de Matemática e Física, na cidade de Salvador. Tomando como aporte teórico documentos em bibliotecas, memoriais, relatórios, revistas e documentos pessoais, foi construída uma linha histórica do Instituto Anísio Teixeira, desde a sua criação, com recorte até o ano 2000. Foi realizado o acréscimo do recurso das fontes orais para o resgate das narrativas e memórias de professores do Ensino Médio que participaram das atividades com as disciplinas de Matemática e Física no período correspondente ao estudo, lançando luz sobre a forma como os problemas educacionais impactavam em sua prática docente. A tese está organizada no formato *multipaper*, composta de um capítulo introdutório, cinco artigos científicos e um capítulo com as reflexões finais. Os resultados da pesquisa indicam que os processos tardios de iniciativas políticas e financeiras na educação básica baiana representaram um considerável atraso na consideração dos problemas educacionais voltados para o Ensino Médio, o que se traduziu em uma sucessão lacunar para a educação pública presente na atualidade.

**Palavras-chave:** Instituto Anísio Teixeira. Formação de professores. Matemática. Física.

## ABSTRACT

During the 20th century, a few names represented changes in Brazil and Bahia's educational history, among which we can mention Anísio Teixeira and his initiatives to the institutionalization of the educational research, through projects and research centers throughout national territory. In this context, we bring to the state of Bahia, through recent history, the significant role of Inep - Bahia and the legacy Anísio Teixeira left during its lifetime. It is common sense that the educational research proves to be indispensable in promoting improvement in this area, however, in some regions of Brazil, it has been presented late. This investigation aims to focus on the historical background that influenced the creation of the Anísio Teixeira Institute, in 1983, linked to the Department of Education as the body responsible for educational studies and research, pointing out its initiatives to Bahia's education and its performance regarding the educational problems identified. In this perspective, the aim is to visit historically the initiatives carried out for the stage of Secondary School, with a special look to the disciplines of Mathematics and Physics in the city of Salvador. Taking as theoretical support library documents, memorials, reports, magazines and personal documents, a historical line of the Anísio Teixeira Institute was built since its creation, with a cutout until the year 2000. The use of oral resources was added to rescue the narratives and memories of Secondary School teachers that participated in activities with the disciplines of Mathematics and Physics at the time, shed light on how these problems impacted their teaching practice. The thesis is organized in multipaper format, consisting on an introductory chapter, five scientific articles and a chapter with the final reflections. The results of the research indicate that the late processes of political and financial initiatives, in Bahia's basic education, represented a considerable delay in the consideration of educational problems related to Secondary School, which translated into a lack of public education presente today.

Key words: Anísio Teixeira Institute. Traceje training. Mathematics. Physics.



## LISTA DE FIGURAS

### ARTIGO 1

Figura 1 - Hildérico Pinheiro de Oliveira.....	35
Figura 2 - Homenagem do Jornal <i>A Tarde</i> , em 1995.....	37
Figura 3 - Título de Professor Emérito.....	38
Figura 4 - Relatórios de atividades 1983 - 1986 do IAT.....	46
Figura 5 - <i>Concelho de Instrução Pública</i> .....	50
Figura 6 - Resolução CEE BA 123-97.....	52
Figura 7 - Resolução CEE 125-97.....	53

### ARTIGO 2

Figura 1 - Déficit das escolas de 1º grau em Salvador.....	60
Figura 2 - Capa do Relatório.....	60
Figura 3 - População de 15 anos ou mais por condição de alfabetização.....	61
Figura 4 - População alfabetizável segundo região.....	62
Figura 5 - Organização estrutural do Instituto Anísio Teixeira.....	65
Figura 6 - Despesa com pesquisa educacional.....	69
Figura 7 - Despesa programada x despesa realizada.....	69

### ARTIGO 3

Figura 1 - Ensino do 2º grau. Reprovações, abandono por dependência administrativa.....	92
Figura 2 - Distribuição da matrícula do sistema de ensino.....	96
Figura 3 - Relação dos gastos da educação no Estado da Bahia .....	103

### ARTIGO 4

Figura 1 - Sede do Instituto Anísio Teixeira, construída após a reestruturação sofrida por este órgão, em 1991.....	125
Figura 2 - Comparativo entre metas programadas e realizadas no período 1995-1997, relativas ao Programa Aperfeiçoamento de Professores.....	127

### ARTIGO 5

Figura 1 - Diploma em Ciências.....	149
Figura 2 - Acervo documental do Colégio Estadual da Bahia - Central (antigo Ginásio da Bahia).....	154
Figura 3 - Atas dos Exames de Complementação.....	155
Figura 4 - Ata do Exame de Adaptação.....	155
Figura 5 - Sede do Instituto Anísio Teixeira.....	157

## **LISTA DE QUADROS**

### **INTRODUÇÃO**

Quadro 1 - Objetivo geral e objetivos específicos do trabalho.....20

### **ARTIGO 4**

Quadro 1 - Decreto nº 691 de 18 de novembro de 1991.....121

## LISTA DE TABELAS

### ARTIGO 2

Tabela 1 - Produções do Instituto Anísio Teixeira.....74

### ARTIGO 3

Tabela 4 - Custo aluno rede estadual x rede municipal .....104

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APLB	Associação dos Professores do Estado da Bahia
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEE-BA	Conselho Estadual de Educação da Bahia
Coned	Congresso Nacional de Educação
CRPE	Centro Regional de Pesquisas Educacionais
Direc	Diretoria Regional de Educação
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
Faced	Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia
Flem	Fundação Luís Eduardo Magalhães
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério
Fundescola	Fundo de Fortalecimento da Escola
IAT	Instituto Anísio Teixeira ou Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação e do Desporto ou Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
Pape	Projeto de Adequação de Prédios Escolares
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
Plandeba	Plano Decenal da educação
PME	Projeto Melhoria da Escola
Saeb	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEB	Secretaria de Educação Básica
SEC/BA	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
Seeb	Secretaria de Educação do Estado da Bahia
Ufba	Universidade Federal da Bahia

Undime	União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
Uneb	Universidade do Estado da Bahia
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAMINHOS PERCORRIDOS PARA ESSA PESQUISA.....	21
<b>ARTIGO 1</b> .....	29
AS CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR HILDÉRICO PINHEIRO DE OLIVEIRA E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA NA EDUCAÇÃO BAIANA .....	29
INTRODUÇÃO.....	29
1 O INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP) .....	32
1.1 OS LAÇOS ENTRE ANÍSIO TEIXEIRA E O PROFESSOR HILDÉRICO PINHEIRO DE OLIVEIRA .....	34
2 O INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS NA BAHIA .....	39
3 O CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS (CRPE): ALGUMAS AÇÕES DO INEP NA BAHIA .....	40
4 A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA ANÍSIO TEIXEIRA: OS IDEAIS E A GESTÃO DE HILDÉRICO PINHEIRO DE OLIVEIRA .....	44
4.1 PRIMEIROS ESTUDOS E PESQUISAS DO INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA .....	47
5 O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA .....	50
5.1 O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA E O PROFESSOR HILDÉRICO PINHEIRO DE OLIVEIRA .....	51
6 CONCLUSÃO .....	53
REFERÊNCIAS .....	55
<b>ARTIGO 2</b> .....	57
O INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA NO PERÍODO DE 1987 A 1990: A EXPANSÃO DOS ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DA BAHIA .....	57
INTRODUÇÃO.....	57
1 AMPLIAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA ANÍSIO TEIXEIRA .....	65
2 DIFICULDADES DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES REGIMENTAIS DO IAT ENTRE 1987-1990 .....	68

3 O PLANO DECENAL DA EDUCAÇÃO (PLANDEBA).....	71
4 EXPECTATIVAS PARA O INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA (IAT) .....	73
5 AS PESQUISAS E ESTUDOS REALIZADOS NO IAT .....	74
5.1 FUNÇÃO, PRODUÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS E EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS .....	75
5.2 FOMENTO À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS UNIVERSIDADES LOCAIS E ESCOLAS ESTADUAIS .....	78
5.3 FUNÇÃO: DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO .....	80
6 EXPANSÃO DOS DEBATES EDUCACIONAIS .....	82
7 CONCLUSÃO .....	84
REFERÊNCIAS .....	85
<b>ARTIGO 3</b> .....	87
UM DIAGNÓSTICO DA REALIDADE EDUCACIONAL BAIANA ATRAVÉS DO PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO – PLANDEBA .....	87
INTRODUÇÃO.....	87
1 ALGUNS ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....	91
2 O DIAGNÓSTICO DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA PÚBLICO ESTADUAL DE ENSINO .....	94
3 A ESTRUTURA DOS RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA .....	97
4 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS .....	102
5 DIAGNÓSTICOS DA QUALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA .....	105
6 O ENSINO MÉDIO NA EDUCAÇÃO BAIANA.....	108
7 CONCLUSÃO .....	112
REFERÊNCIAS .....	113
<b>ARTIGO 4</b> .....	115
A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA NA EDUCAÇÃO BAIANA DÉCADA DE 1990 .....	115
INTRODUÇÃO.....	115
1 A NOVA ESTRUTURA DO INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA.....	119
2 OS TRABALHOS DO INSTITUTO ENTRE 1991-1994.....	125



3 OS ESTUDOS E PROJETOS DO INSTITUTO ENTRE 1995-1997 .....	127
4 OS ANOS DE 1999 A 2000 .....	131
4.1 PROGRAMA DE ENRIQUECIMENTO INSTRUMENTAL E O ENSINO MÉDIO .....	132
5 O QUE PODEMOS CONCLUIR .....	134
REFERÊNCIAS .....	136
<b>ARTIGO 5</b> .....	139
O ENSINO DE MATEMÁTICA E FÍSICA ENTRE 1980 E 2000: UM ENCONTRO ATRAVÉS DAS VOZES DOS SEUS ATORES HISTÓRICOS .....	139
INTRODUÇÃO.....	140
1 OS CAMINHOS INSTITUCIONAIS DAS DISCIPLINAS DE MATEMÁTICA E FÍSICA....	144
2 UM ENCONTRO ENTRE A LITERATURA E OS ATORES HISTÓRICOS .....	145
3 OS PROFESSORES E SUA TRAJETÓRIA DE ENSINO .....	147
4 PRÁTICAS EM SALA DE AULA .....	151
5 O INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO .....	156
6 CONCLUSÃO .....	163
REFERÊNCIAS .....	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	167
REFERÊNCIAS .....	174
ANEXO .....	177
MODELO DE AUTORIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	177

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, no Brasil, há um crescente movimento que visa a pensar e repensar os problemas educacionais na rede pública de ensino – como tem sido formulada, a quem tem atendido e como realiza esse atendimento –, justamente por ainda haver, na atualidade, índices destoantes de desigualdades educacionais, os quais, ao longo da história, foram intensificados por fatores políticos e econômicos de cada período e região brasileira. Podemos considerar que a ampliação dos espaços da pesquisa educacional, institucionalizada através da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública como um órgão difusor no planejamento de políticas educacionais brasileiras a partir de 1930, ampliado em 1937 com a fundação do Instituto Nacional de Pedagogia (Inep), colaboraram, por intermédio de seus trabalhos, na identificação dos problemas de cada época, na medida em que existia uma crescente demanda da área industrial e a exigência de mão de obra qualificada. Nesse período, ocorreu um amplo movimento de reformas educacionais em favor da educação pública e debates sobre o acesso e a qualidade do ensino, encabeçados por renomados educadores e políticos do cenário nacional.

Dentre muitos nomes que fazem parte dessas iniciativas, temos o baiano Anísio Teixeira (1900-1971), um dos protagonistas em pesquisas educacionais inspiradas na filosofia pragmatista de John Dewey (1852-1952) e no movimento da Escola Nova, que propôs novas reflexões e debates para a educação pública e popular. Antes de assumir o Inep, em 1952, já trazia em sua trajetória algumas significativas passagens nesse cenário, como o cargo de Inspetor-Geral do Ensino na Bahia, em 1924, e Secretário da Educação, em 1947, com a criação da Escola Parque<sup>1</sup>, dentre outras inúmeras funções de grande

---

<sup>1</sup> Anísio Teixeira (1900-1971), no cargo de Secretário da Educação do Estado da Bahia no governo de Otávio Mangabeira (1886-1960), dentre tantas realizações no campo educacional, inovou com a criação do Centro de Educação Popular ou Centro Educacional Carneiro Ribeiro, popularmente conhecido como Escola Parque, inaugurada em 1950 na cidade de Salvador-BA, em função da sua preocupação com a população mais carente. A sua estrutura foi projetada como um moderno conjunto escolar, o qual foi instalado em bairros populares através de uma arrojada concepção pedagógica com educação integral. A proposta desse Centro era organizada por meio da permanência dos alunos em um turno nas Escolas Classe e no outro na Escola Parque, com a finalidade de qualificá-los para o trabalho e o mundo moderno. A Escola Parque era destinada às atividades educativas, como trabalhos manuais, artes, atividades industriais e atividades socializantes, enquanto a Escola Classe concentrava as

relevância na educação nacional.

Em sua gestão no Inep, Anísio Teixeira implantou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), no Rio de Janeiro, e outros Centros Regionais em Salvador, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e São Paulo. Subordinados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), estes centros possuíam estrutura que facilitaria a realização de trabalhos educacionais, de forma regionalizada, sendo dotados de biblioteca, preservação de documentos, museu, distribuição de material didático e de livros, dentre outras atribuições que se agregassem ao seu propósito.

A regionalização desses trabalhos possibilitou a análise de aspectos sociais, culturais e econômicos diante das destoantes desigualdades nessas áreas, especialmente entre a Região Norte e a Região Sul do país. Nesses centros também eram desenvolvidos e realizados cursos de treinamento e aperfeiçoamento de professores, junto com as universidades locais, o que ampliava a realização de parcerias e projetos aplicados nas escolas públicas. No trabalho de Ferreira (2006), a criação e a atuação desses centros foram articuladas com a proposta de criar subsídios científicos para a tomada de decisões políticas relativas à educação, apresentadas em diferentes ritmos nas regiões brasileiras. A autora enfatiza também a importância da pesquisa educacional para o desenvolvimento econômico e social experimentado no país, no período analisado.

É importante acrescentar que o Inep já atuava no estado da Bahia em ações conduzidas pelo Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE), estruturado através de um convênio para a conclusão das obras do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, que fazia parte do projeto da Escola Parque. Oficialmente, o Inep – Bahia foi criado pelo Decreto Federal nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955, na cidade de Salvador, ficando instalado no mesmo local do Setor de Construções Escolares, vinculado ao Inep, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) em São Lázaro. Dessa forma, a atuação do Inep na Bahia dispunha do Setor de Construções Escolares e do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (OLIVEIRA, 1988).

---

atividades convencionais das disciplinas, de acordo com a idade e nível de estudo. Considerada obra de projeção nacional e internacional, foi reconhecida como avançada proposta de instituição escolar para uma sociedade em mudança (cf. A ESCOLA PARQUE..., 2021).

Após a extinção do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, em 1974, o seu legado entre professores e pesquisadores, especialmente na Ufba, ainda permaneceu latente e foi concretizado, mais à frente, através da criação do órgão Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira (IAT), em 1983, na gestão do Secretário de Educação Edivaldo Boaventura, tendo como seu primeiro gestor o professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, o qual incorporou a esse trabalho a sua larga experiência dos centros regionais do Inep, sua atuação no Conselho Estadual de Educação, além de amplos trabalhos efetuados como professor e pesquisador na Universidade Federal da Bahia (Ufba). Podemos considerar essa etapa como a institucionalização da pesquisa educacional, no âmbito da Secretaria de Educação, confirmada nos registros realizados na sua fundação:

Antes da instalação da atual administração, em 1983, não existia, na Secretaria de Educação e Cultura, órgão com finalidade específica de realizar pesquisas no campo da educação. Até aquela data, não são encontradas, na produção dos órgãos responsáveis pela rede estadual de ensino, pesquisas sistemáticas objetivando facilitar soluções aos mais agudos problemas da educação básica no Estado da Bahia. Isto não significa que trabalhos diversos, em ocasiões várias, não tenham sido elaborados, esgotando-se, porém, os estudos em campo muito localizados, sem continuidade, não permitindo adoção de qualquer medida geral, seja no que tange a planejamento, seja no que concerne à superação de certos entraves com vistas a um melhor desenvolvimento da educação. (BAHIA, 1986, p. 1).

Nesse período, foram concretizados os primeiros estudos e pesquisas educacionais que conquistaram parcerias institucionais, no âmbito nacional e internacional, com importante apoio de ordem científica e financeira nas ações da educação baiana, embora não tão efetivas para a totalidade de suas demandas.

Em face dessas últimas observações a propósito da educação pública da rede estadual, é pertinente provocar uma reflexão, a partir da seguinte pergunta: qual a participação e a importância da Universidade Federal da Bahia (Ufba) nesse contexto? Pela riqueza de informações que norteiam a historiografia dessa universidade, desde a sua constituição até a imensidão de trabalhos voltados para a área educacional, não daríamos conta dessa merecida abordagem. Entretanto vamos pontuar para esta pesquisa a sua trajetória sobre o tema no que concerne à formação de professores para o

ensino de Física e Matemática.

Podemos dividir as contribuições da Ufba em três linhas de atuação: formação inicial, formação de profissionais em serviço e escolas ou classes experimentais. Todas essas atividades foram exercidas principalmente ao longo da segunda metade do século XX, não unicamente, mas especialmente por iniciativas do Ministério da Educação e seus projetos para a educação nacional. No estado da Bahia, podemos considerar como ponto de partida, nessa temática, a criação da Faculdade de Filosofia (FF), em 1941, por iniciativa de Isaías Alves; a autorização dos cursos de licenciatura; e a formação do Instituto de Matemática e Física da Universidade da Bahia (IMF), em 1960 (cf. DIAS, 2011; ROCHA, 2016).

A partir deste ponto, abordaremos, por meio de uma revisão de literatura, algumas iniciativas sobre a formação de professores no ensino de Ciências e Matemática, em parceria com a Universidade Federal da Bahia (Ufba), através de uma breve linha histórica sobre o tema.

Como já mencionado anteriormente, as ações do Inep no estado da Bahia tiveram início com as construções escolares e, posteriormente, com a fundação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, por Anísio Teixeira, e a instalação dessas atividades na Faculdade de Filosofia na Ufba. Em conexão com a discussão desse tema, o trabalho de Dias (2002) expõe as estratégias para a formação de professores nas Faculdades de Filosofia, com destaque para a institucionalização do professor de Matemática, além da análise de seus métodos de ensino, aplicabilidade e contribuições de Isaías Alves e Martha Dantas nessa área.

A Faculdade de Filosofia apresentou a proposta de “profissionalizar professores”, todavia, um grupo de fatores impactou nesses resultados, na época, como a desvalorização dessa oferta em face da concorrência social dos cursos tradicionais, somada ao reduzido índice da formação de egressos do Ensino Médio<sup>2</sup>, e até mesmo o processo seletivo conduzido pela Ufba para ingresso nos cursos superiores. Nesse contexto, surge a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), em 1953, com a finalidade de fomentar o ensino secundário no país através do estímulo dessa

---

<sup>2</sup> Nesse tempo, através da LDB nº 5692/71 (BRASIL, 1971), o 2º grau em nível profissionalizante era considerado como etapa terminal de estudos para a Educação Básica.

formação entre jovens brasileiros. As suas ações envolviam formação de professores, pesquisas educacionais, produção de material didático, dentre tantas outras vinculadas aos seus objetivos – informações muito bem discutidas também no trabalho de Rocha (2014).

Outra iniciativa do Ministério da Educação foi realizada em parceria com Universidades e Secretarias de Educação, em diferentes regiões brasileiras, por meio da criação dos Centros de Ensino de Ciências na década de 1960. Nesse processo, no estado da Bahia, Freire (2009) apresenta o Centro de Ensino de Ciências da Bahia (Ceciba) com o objetivo da renovação no ensino secundário de Ciências e, para isso, investiu na capacitação e treinamento de professores que deveriam atuar no ensino dessas disciplinas escolares de Ciências e Matemática. Após a finalização do seu trabalho, no ano de 1969, as suas atividades tiveram continuidade com o Programa de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores de Ciências Experimentais e Matemática (Protap), amplamente discutido por Braga (2012), que acrescenta os trabalhos dessa fase.

Outras ações também fizeram parte desse contexto através de propostas para modernização do ensino, algumas das quais foram representadas pelas classes experimentais dentro de alguns dos projetos já mencionados ou classes experimentais isoladas nas escolas públicas. Alguns trabalhos abordam essas experiências educacionais, de modo que podemos citar o Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia a partir de 1949, que foi criado com o objetivo de experimentação pedagógica de materiais didáticos pelos professores, tema amplamente discutido nos trabalhos de Lando (2012) e Rios (2012).

Ao final da década de 1970, esses projetos começaram a reduzir sua atuação dentro das propostas educacionais do Ministério da Educação e Cultura. No entanto, essa observação não reduz a importância de alguns trabalhos realizados por iniciativa de pesquisadores ou instituições educacionais nesse período, embora não estejam apresentados nesse trabalho. Reiteramos os dados já referidos, os quais mencionam que na estrutura administrativa da Secretaria de Educação até o ano de 1983 não existia um órgão com finalidade específica de produzir pesquisas e estudos educacionais para os problemas da escola pública estadual, gerando

orientações de políticas educacionais no estado da Bahia. Essa lacuna, certamente, reduziu medidas de contenção das desigualdades educacionais enfocadas na época.

O ponto de partida da pesquisa educacional promovida pelas ações do Instituto a partir de sua criação, em 1983, mostrou outras vertentes dessa realidade, com exposição de lacunas de intervenções e planejamentos educacionais, com resultados que se estendem até a atualidade. Pensamos que tal conjunto não se apresenta sozinho nesse contexto, mas que existe a soma de fatores políticos, econômicos e culturais, no período analisado, presente nas ações da própria Secretaria de Educação.

Etimologicamente, é importante uma breve reflexão do que representa a pesquisa educacional, no panorama analisado neste trabalho. Pela amplitude do seu emprego, consideremos como uma atividade que conduz à construção de um conhecimento científico. Essa acepção é uma das alternativas para se compreender o complexo grupo de fatores que fazem parte dos problemas educacionais. Para análise dos dados desta investigação, serão levados em conta dois fatores: os diagnósticos realizados pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT), bem como suas ações frente a esses problemas no espaço temporal proposto em curto e médio prazo, na etapa do Ensino Médio.

A relevância desta pesquisa na história da educação baiana complementa os trabalhos realizados por Souza (2017), pois ampliam o conhecimento das iniciativas e contribuições do Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira (IAT), desde 1983, para os professores que atuaram na etapa do 2º grau, atual Ensino Médio, das escolas públicas estaduais da cidade de Salvador. São agregados a esta narrativa aspectos históricos até então pouco explorados na literatura que mostra essa etapa de ensino ausente das prioridades educacionais do período em questão. Soma-se a isso uma visão histórica sobre a ordem de prioridades de resolução dos problemas identificados na época. Nessa perspectiva, foram observados os espaços e a atenção dada à formação inicial e continuada de professores das disciplinas de Matemática e Física.

A motivação para realização desta pesquisa iniciou-se durante o meu trabalho de Mestrado, quando analisei as iniciativas realizadas para a formação de professores de Matemática da rede pública estadual do 1º grau na cidade

de Salvador, tendo considerado o recorte temporal de 1980 a 2000, e a atuação do Instituto nessa etapa de ensino. Na análise dos dados e no imenso acesso a fontes primárias, e também a fontes orais, sobre o tema, trago a pergunta que norteia esta pesquisa: a partir da criação do Instituto Anísio Teixeira, em 1983, quais trabalhos foram realizados para a formação de professores que atuavam no Ensino Médio, especialmente nas disciplinas de Matemática e Física, até os anos 2000?

Essa questão perpassa o objetivo geral do trabalho: conhecer qual foi a atenção dada à formação de professores que atuavam no Ensino Médio, especialmente nas disciplinas de Matemática e Física, a partir da criação do Instituto Anísio Teixeira, em 1983, até os anos 2000.

Com base nos dados levantados para este estudo e na pesquisa de Duke e Beck (1999), que realizam uma reflexão sobre os formatos tradicionais dos trabalhos de pesquisa de dissertações e teses no modelo monográfico, esse formato revela limitações e falta de acessibilidade pela disposição organizacional do texto. Entretanto quando é realizada a exposição dessas pesquisas em artigos científicos, os quais podem e devem ser publicados em periódicos nacionais e internacionais, estes ampliam os espaços de discussão sobre o tema, além de favorecer o seu acesso, leitura e discussão nos centros de estudos. Pela dimensão dos dados históricos pesquisados, de aproximadamente dezessete anos, o objetivo geral desse trabalho gerou cinco questões de pesquisa expressas em cada um dos objetivos apresentados nos capítulos dessa tese.

Por essas razões, a pesquisa está organizada no formato *multipaper*, com cinco artigos científicos, que são apresentados, cada um deles, com um objetivo específico, conforme demonstrado no Quadro 1:

Quadro 1 - Objetivo geral e objetivos específicos do trabalho

<b>Objetivo geral do trabalho</b>	
Conhecer qual foi a atenção dada à formação de professores que atuavam no Ensino Médio, especialmente nas disciplinas de Matemática e Física, a partir da criação do Instituto Anísio Teixeira, em 1983, até os anos 2000.	
<b>Artigo 1</b>	Conhecer historicamente as influências para a criação do Instituto Anísio Teixeira (IAT), em 1983, na Bahia, e sua atuação inicial na educação baiana.
<b>Artigo 2</b>	Analisar os trabalhos produzidos pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT) e identificar os



	estudos e pesquisas educacionais para o 2º grau, na rede pública de ensino, especialmente nas áreas de Matemática e Física.
<b>Artigo 3</b>	Analisar os diagnósticos sobre o Ensino Médio, através do Plano de Desenvolvimento da Educação (PLANDEBA).
<b>Artigo 4</b>	Conhecer a reestruturação realizada nas atividades do Instituto Anísio Teixeira na década de 1990, identificando e analisando ações direcionadas para o Ensino Médio, especialmente nas disciplinas de Matemática e Física.
<b>Artigo 5</b>	Investigar as atividades desenvolvidas/experimentadas, a partir de ações do IAT, por professores que lecionavam Matemática e Física na etapa do Ensino Médio, em colégios estaduais de Salvador, no período de 1980 a 2000.

Fonte: Elaborado pela autora.

A apresentação do trabalho nesse formato cria uma linha temporal com dados da história recente, que são explorados e interligados ao objetivo geral do texto através do fio condutor representado como elemento comum às ações desenvolvidas pelo IAT em cada momento histórico da educação baiana. Os objetivos específicos dialogam com esses espaços temporais diferenciados, sem perder a conexão com o objeto de investigação, que é o 2º grau (Ensino Médio), e iniciativas para as disciplinas de Matemática e Física nessa etapa de ensino.

### **CAMINHOS PERCORRIDOS PARA ESSA PESQUISA**

A pesquisa histórica nos permite compreender e refletir sobre um fenômeno, considerar as áreas básicas de conceitos e hipóteses e abranger a relação entre história e tempo, memória ou espaço (BURKE, 1992). Esse estudo, porém, é concretizado de maneira crítica e acompanhado por um forte e diversificado apoio teórico e metodológico, desenvolvido e aprimorado especialmente a partir do século XX (BARROS, 2004).

Na análise de um objeto ou na sua escrita, o historiador acrescenta novas reflexões e indagações sobre o que já existe publicado sobre o tema e o que pode ser acrescentado com novas visões e interpretações (BARROS, 2005).

Na construção dessa investigação é preciso, muitas vezes, ter acesso à informação primária, ou seja, os dados devem ser retirados de suas fontes originais. Esse acesso constitui um variado acervo na produção de dados históricos, iconográficos, bibliográficos, estatísticos, documentos oficiais,

documentação pessoal, testemunhos, dentre outros. Por seu turno, a fonte secundária é resultado da discussão dos dados fornecidos pelas fontes primárias, apresentados pela produção literária sobre o tema (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Para a realização deste trabalho, foi considerada a união dessas duas fontes de informação, acessadas em dois momentos: o primeiro através da coleta de dados documentais ou fontes primárias, utilizados para a construção dos quatro primeiros capítulos, juntamente com a revisão de literatura sobre o tema. Ao segundo momento foi adicionado o recurso das fontes orais para a produção de novas fontes documentais que enriquecem o tema pesquisado, por meio da adição dos depoimentos dos atores históricos que vivenciaram as questões abordadas nesta pesquisa, as quais são exploradas em um capítulo do trabalho.

Sobre o acréscimo dos depoimentos de professores, Thompson (1992) contribui, tratando da convocação de testemunhas entre as classes subalternas e desprivilegiadas. Essa escolha propicia uma reconstrução mais imparcial do passado, com novas impressões. Acrescenta ainda que o historiador, ao fazer isso, toma a história oral em favor da mensagem social da história como um todo. Destaca igualmente que, “[...] em alguns campos, a história oral pode resultar não apenas numa mudança de enfoque, mas também na abertura de novas possibilidades” (THOMPSON, 1992, p. 26).

A etapa de composição de fontes históricas para a execução deste trabalho aconteceu por meio de visitas e coleta de dados na cidade de Salvador, especificamente nos seguintes locais: Biblioteca do Instituto Anísio Teixeira; arquivos da Biblioteca do Colégio Central da Bahia; Memorial Arlindo Coelho Fragoso (Ufba); Memorial da Biblioteca da Universidade Federal da Bahia; e nos arquivos do Conselho Estadual de Educação, além de documentos produzidos através de leis, relatórios de atividades, produções científicas e documentos pessoais dos entrevistados.

Sobre o acréscimo da metodologia da História Oral nesse trabalho, podemos fazer algumas considerações sobre esse tipo de pesquisa e sua importância para a historiografia. Sua aceitação como uma metodologia de pesquisa tem crescido nas últimas décadas, mas isto não se deu sem resistência, uma vez que um dos pontos polêmicos era a aceitação do

depoimento como um fato histórico, o que só foi possível após as mudanças conceituais recentes, ocorridas no interior da própria História. Tais mudanças geraram discussões sobre o papel das fontes históricas, permitindo que a História Oral ocupasse um novo espaço nos debates historiográficos atuais (MEIHY; HOLANDA, 2015).

Para Thompson (1992, p. 25), “[...] a história oral oferece, quanto à sua natureza, uma fonte bastante semelhante à autobiografia publicada, mas de muito maior alcance.” O autor realça ainda que, ao se fazer a pesquisa oral, pode-se escolher os entrevistados e como realizar as perguntas de interesse científico, além de abrir espaços para descobrir documentos e fotografias que, até a ausência desse contato, estariam sem o seu devido valor histórico, escondidos em seu passado.

As transformações no campo da História abriram espaço para o reconhecimento do uso de fontes orais em pesquisas e, ao ocupar gradativamente esse espaço, estas têm contribuído para que o pesquisador deixe de depender unicamente dos textos escritos, a fim de estudar o passado. Ainda, contribuem para a valorização dos indivíduos geralmente excluídos da história oficial, fornecendo novos elementos para confrontar com as fontes escritas, tornando o estudo do tempo presente mais dinâmico, entre indagações e reflexões sobre o tema discutido. A crítica sofrida pela História Oral de que a memória não é digna de crédito e de que ela pode ser influenciada por versões coletivas não a impediu de ganhar cada vez mais espaço na historiografia contemporânea, como enfatiza Alberti (2013, p. 24):

A história oral pode ser empregada em diversas disciplinas das ciências humanas e tem relação estreita com categorias como biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos etc. Dependendo da orientação do trabalho, pode ser definida como *método* de investigação científica, como *fonte* de pesquisa, ou ainda como *técnica* de produção e tratamento de depoimentos gravados. Não se pode dizer que ela pertença mais à história do que à antropologia, ou às ciências sociais, nem tampouco que seja uma disciplina particular no conjunto das ciências humanas. Sua especificidade está no próprio fato de se prestar a diversas abordagens, de se mover num terreno multidisciplinar.

A análise apresentada pela autora acrescenta a História Oral com diferentes usos na investigação científica, cabendo ao pesquisador uma escolha que atenda aos seus propósitos. A propósito do seu uso, a autora

complementa, ainda:

Mas o que vem a ser, afinal, esse método-fonte-técnica tão específico? Se podemos arriscar uma rápida definição, diríamos que a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. (ALBERTI, 2013, p. 24).

Nessas palavras, a autora destaca as especificidades da História Oral e sua utilização como método, fonte ou técnica; assim, tal análise e aplicação de uma das possibilidades da história oral valorizam o testemunho do depoente, com exposição de novas visões sobre o objeto pesquisado.

Em consideração à formalidade da História Oral, no Brasil, temos a contribuição de Meihy (2002), para quem a tradição da História Oral tardou a lograr êxito em razão da ausência de instituições formais que realizassem essas atividades dentro de espaços de pesquisa, e também em razão da influência da tradição francesa, mais vinculada à cultura formal e escrita do que à oral.

Em que pesem as dificuldades decorrentes da censura, em especial durante a vigência do regime militar brasileiro, essa metodologia foi introduzida na década de 1970, a partir da criação do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC, 1973), que é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, tendo sido fundada, em 1994, a Associação Brasileira de História Oral, com troca de experiências e desenvolvimento de pesquisas. Dentro desse contexto, o seu uso se justifica através de duas possibilidades – a ausência de documentos ou novas versões sobre o tema –, sendo que, como destacam Meihy e Holanda (2015, p. 29):

Duas alternativas, em geral, presidem a discussão sobre “quando” se justificam os projetos em história oral. Para alguns se deve fazer história oral em situações em que não há documentos a respeito de algum aspecto a ser estudado. Outros apregoam que história oral se faz como voz alternativa, indicando “outras versões” sobre fatos estabelecidos com alguma garantia histórica.

Essas duas posições nem sempre se completam e dialogam. Trata-se, na primeira hipótese, de lacunas documentais que seriam preenchidas com documentos feitos para suprir a ausência de dados ou informações. O mérito

da História Oral, entretanto, não reside em produzir documentos onde estes não existem, ainda que isso seja comum. Ela ganha sentido quando deixa de ser equiparada aos documentos escritos, por apresentar novas visões sobre o tema pesquisado. Meihy e Ribeiro (2011, p. 30) acrescentam que:

Uma coisa é produzir documentos a partir de entrevistas, outra, bem mais completa e complexa, é, além de fazer documentos, integrar processos de história oral que implica a valorização das narrativas construídas e inscritas em projetos. [...] Essas narrativas interessam mais do que as eventuais informações que contenham. Por possuir os próprios argumentos ou versões subjetivas capazes de iluminar o contexto de outra maneira, são essas as razões da história oral. O que se propõe é que, antes de tudo, se busque formular suportes documentais que menos cuidem de informar e mais de produzir estratégias capazes de permitir o entendimento além de informações.

Os autores ainda salientam que a História Oral, como técnica, dialoga com outras versões sobre o tema, do que decorre a importância de vinculação desses trabalhos em projetos de pesquisa. Desse modo, Alberti enfatiza no processo de construção da História Oral a metodologia:

Não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido. Assim, antes mesmo de pensar em história oral, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação. (ALBERTI, 2013, p. 37).

A autora ainda sugere que as narrativas dos entrevistados são o objeto e a análise, com as seguintes questões: como os entrevistados viam e veem o tema em questão? O que a narrativa dos que viveram ou presenciaram o tema pode informar sobre o lugar que aquele tema ocupava (e ocupa) no contexto histórico e cultural dado? (ALBERTI, 2013). Para o uso da História Oral como método de investigação científica, é necessária uma sequência de etapas na sua operacionalização, dentre elas, uma contempla um dos mais importantes elementos – o projeto de História Oral.

Nessa perspectiva, foi formulado um projeto de História Oral com o objetivo geral de conhecer qual foi a atenção dada à formação de professores que atuavam no Ensino Médio, especialmente nas disciplinas de Matemática e Física, a partir da criação do Instituto Anísio Teixeira, em 1983, até os anos 2000. Foram colocados como objetivos específicos três pontos principais: identificar quais as maiores dificuldades dos professores para o ensino de Matemática e Física; conhecer as principais dificuldades no desenvolvimento

em sala de aula desses campos disciplinares; e tomar contato com as iniciativas de formação inicial ou continuada oferecidas pelo Instituto Anísio Teixeira nessa etapa de ensino.

Para responder aos objetivos levantados e prover a produção de fontes históricas, foi elaborado um questionário semiestruturado, com perguntas abertas, em que os depoentes tivessem a oportunidade de se expressar com liberdade sobre o tema e sobre as questões apresentadas pelo pesquisador (RICHARDSON *et al.*, 1985).

Após contatos e conversas com professores do período pesquisado, foram selecionados três profissionais, um homem e duas mulheres. A escolha dos depoentes ocorreu dentre aqueles que trabalharam como professores do Ensino Médio, a partir da década de 1980, após a criação do IAT, e que ensinavam a disciplina de Matemática. Como abordaremos também um pouco sobre o ensino da disciplina de Física, mostraremos como esses professores de Matemática trabalhavam nessas duas áreas, em decorrência principalmente da ausência de professores formados em Física atuando na rede pública estadual de ensino no período mencionado.

Nos encontros presenciais com os professores entrevistados, e pela própria dinâmica da temática abordada, foram apresentados documentos dos seus acervos pessoais, como certificados de cursos de formação inicial e continuada mediados ou desenvolvidos pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT). Esses documentos foram peças fundamentais, pois permitiram compreender o alcance das ações do IAT e ao mesmo tempo extrair elementos históricos necessários à pesquisa sobre as diferentes formações e experiências daqueles que viveram durante o período estudado. Antes das gravações das entrevistas, foi solicitada a autorização dos participantes por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido<sup>3</sup>, em que autorizavam a reprodução dos registros educacionais, transcrição do texto, reprodução de imagens, materiais e outras informações obtidas, nesta Tese.

Por compreender que o formato *multipaper* dialoga melhor com os dados coletados do que o formato monográfico, explicitamos a organização da estrutura desta Tese, constituída por introdução, cinco capítulos em artigos

---

<sup>3</sup> O modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido consta nos anexos deste trabalho.

científicos e as considerações finais. Logo a seguir, esboçamos um resumo de cada uma destas partes.

No artigo 1, o objetivo específico é conhecer historicamente as influências para a criação do Instituto Anísio Teixeira (IAT), em 1983, na Bahia, e sua atuação inicial na educação baiana. Para atender a esse objetivo, foram pesquisados quais fatores influenciaram a iniciativa de criação do Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira (IAT), em 1983; qual a relação de Anísio Teixeira nesse processo; quem é o professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, seu fundador; e quais desafios e problemas foram enfrentados e superados para institucionalizar a pesquisa, com a criação desse órgão vinculado à Secretaria de Educação. Para a realização dessa etapa do trabalho, foram pesquisados documentos na Biblioteca do IAT, no Conselho Estadual de Educação da Bahia (Ceeba), no Memorial Arlindo Coelho Fragoso, além de conversas com pessoas que compartilharam algumas valiosas informações no encaixe de peças dessa parte da história baiana.

Logo em seguida, o artigo 2 é apresentado com o seguinte objetivo específico: analisar os trabalhos produzidos pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT) e identificar os estudos e pesquisas educacionais para o 2º grau, na rede pública de ensino, especialmente nas áreas de Matemática e Física. Para esse propósito, foram explorados os relatórios de atividades produzidos pelo Instituto, além de outras produções complementares, como a elaboração e divulgação das revistas científicas criadas pelo órgão, que trazem textos e reflexões sobre os problemas educacionais no estado da Bahia. Foram resgatados também os relatórios dos projetos e estudos aplicados na época para a construção da narrativa de sua atuação em todas as etapas de ensino. O recorte temporal dessa parte do trabalho foi de 1987 a 1990, quando suas atividades já estavam com trabalhos mais amadurecidos<sup>4</sup> e com parcerias nacionais e internacionais.

No artigo 3, o objetivo específico é analisar os diagnósticos sobre o Ensino Médio, através do Plano de Desenvolvimento da Educação (Plandeba). Para a composição dessa narrativa de grande relevância para a comunidade científica baiana e colaboradores de trabalhos desenvolvidos no Instituto, foram

---

<sup>4</sup> Nos documentos pesquisados das etapas históricas do IAT o termo “amadurecidos” é muito utilizado na descrição dos seus trabalhos.

examinados documentos que subsidiaram o diagnóstico por intermédio de um breve relato histórico sobre o Plandeba e as iniciativas para a educação baiana, especialmente o Ensino Médio e os espaços das disciplinas, nessa etapa de ensino. Pela sua dimensão, esse conjunto de diagnósticos evidencia muitas leituras e interpretações das suas carências educacionais, através de uma visão política e social dos contextos e áreas de ensino apresentadas. São contempladas todas as modalidades de ensino, seus diagnósticos, o que mostra muito além de dados estatísticos da educação baiana com áreas que precisam de intervenções e investimentos em longo prazo.

Em prosseguimento aos elementos históricos pesquisados, no artigo 4 o objetivo específico é conhecer a reestruturação realizada nas atividades do Instituto Anísio Teixeira na década de 1990, identificando e analisando ações direcionadas para o Ensino Médio, especialmente nas disciplinas de Matemática e Física. De sorte a explorar os dados dessa etapa do Instituto no período de 1990 a 1994, foram analisados documentos e relatórios produzidos nessa época, quando as atividades na área educacional experimentaram uma considerável ampliação de investimentos, talvez em decorrência dos estudos e pesquisas anteriores, por influência política de gestão ou por novas diretrizes educacionais, as quais são observadas nessa etapa do trabalho.

Finalizando, no artigo 5, o objetivo específico é investigar as atividades desenvolvidas/experimentadas, a partir de ações do IAT, por professores que lecionavam Matemática e Física na etapa do Ensino Médio, em colégios estaduais de Salvador, no período de 1980 a 2000. Para atendimento desse objetivo, foram feitas entrevistas com três professores do Ensino Médio que trabalharam com as disciplinas de Matemática e Física nessa etapa de ensino. Na composição das perguntas, consideramos o contexto de sua atuação profissional, o apoio pedagógico, estrutural e didático recebido pelas unidades escolares e pela Secretaria de Educação. Foram levantados, também, dados sobre o acesso aos cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo Instituto e a divulgação dos seus trabalhos nas unidades escolares.



## ARTIGO 1

### AS CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR HILDÉRICO PINHEIRO DE OLIVEIRA E A CRIAÇÃO DO INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA NA EDUCAÇÃO BAIANA

**Resumo:** Na história da educação brasileira, alguns baianos foram precursores no cenário nacional, dentre eles, Anísio Teixeira, muito mencionado em pesquisas e apresentado como referência na administração, políticas e inovações nessa área. Para além da bandeira de expansão e democratização pública da educação, Anísio Teixeira mostrou que a pesquisa educacional subsidia planos e políticas públicas pelas demandas de cada época na sociedade. A sua atuação nessa área colabora na criação, em 1952, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), no Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e nos Centros Regionais, disponibilizados em algumas capitais do país. Após a sua morte, o seu legado foi perpetuado por muitos outros nomes, como o professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, que adquiriu relevante experiência na atuação do Inep na Bahia. Após o fechamento desses centros, em 1974, tivemos uma lacuna sobre as pesquisas e estudos educacionais até a criação do Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira, em 1983. A proposta dessa pesquisa traz como objetivo conhecer historicamente as influências para a criação do Instituto Anísio Teixeira (IAT), em 1983, na Bahia, e sua atuação inicial na educação baiana. Para elaboração deste trabalho, foram consultados documentos no acervo da biblioteca do IAT, no Conselho Estadual de Educação, no Memorial Arlindo Coelho Fragoso e produções publicadas sobre o tema. Esta pesquisa não esgota o espaço merecido em memória do professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, mas traz o que não se tem na literatura, um registro sobre as suas principais contribuições em distintos cenários da educação baiana.

**Palavras-chave:** Inep. Pesquisa educacional. Educação baiana. Instituto Anísio Teixeira.

## INTRODUÇÃO

Personagens baianos são recorrentes no cenário educacional do Brasil, no protagonismo das demandas políticas, sociais e econômicas na historiografia brasileira. Desde o século XIX, a voz de Rui Barbosa (1849-1923) conclamava através de seus “Pareceres”<sup>5</sup> um diagnóstico sobre a

---

<sup>5</sup> Rui Barbosa (1849-1923) elaborou no século XIX dois importantes diagnósticos sobre educação que se intitulam *Reforma do Ensino Secundário e Superior*, elaborado em 1882, e *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública*, em

educação no país, que colocou a necessidade de o Estado assumir a responsabilidade da oferta, acesso e redução das desigualdades sociais em um período em que a ideia da Escola Nova conquistava espaço na América Latina pela influência do filósofo e pedagogo John Dewey (1859-1952). Analogamente, no século XX, mais precisamente em 1932, a proposta da renovação educacional prevista no documento escrito por um renomado grupo de educadores, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, que teve circulação nacional e defendia um plano geral de educação, reafirmava a responsabilidade do Estado por meio da bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Essas mudanças foram aceleradas ainda na década de 1930, quando o ensino se expandiu em razão do crescimento da sua demanda social, resultado de dois fatores: o crescimento demográfico e o processo de urbanização, acompanhados por um longo processo de defasagem entre a educação e o desenvolvimento brasileiro (ROMANELLI, 1986).

Nessa mesma época, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, a pesquisa educacional ampliou sua visibilidade no mapeamento e compilação de informações necessárias como subsídio das políticas públicas, com função demarcada desde sua Lei de estruturação pelo Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930. Embora iniciativas para a educação estivessem sendo realizadas em instância federal, é importante observar que até 1960 o sistema educacional era unificado e seguido por todo território nacional em uma proposta de modelo único. Através de uma longa batalha pela aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, aos Estados ficou a incumbência da organização dos seus sistemas de ensino, com observância da presente lei, em que conquistaram mais autonomia de organização de acordo com suas peculiaridades regionais.

Dentro do contexto de inovações educacionais, é importante destacar a atuação de outro baiano, Anísio Teixeira (1900-1971), pela sua longa e audaciosa atuação para além da esfera estadual de sua origem. Como um dos

---

1883. Ele acreditava em um projeto de modernização do país através da criação de um sistema nacional de ensino público, gratuito e laico desde as séries iniciais até a universidade. Fundamentava suas ideias e seus projetos em países que já tinham uma nova visão, diagnóstico e destinação de recursos à educação e ao desenvolvimento da ciência (MACHADO, 2010).

intelectuais do *Manifesto dos pioneiros* (1932), trazia em suas propostas a inclusão da população carente vinculada ao conhecimento para o trabalho, respeitando as diversidades regionais. Sua longa e diversificada trajetória em diferentes cenários da educação brasileira incorporou inúmeras contribuições sobre a pesquisa, as construções escolares e a formação de professores. Dentre tantas, podemos citar, em 1935, a criação da Universidade do Distrito Federal. Neste ano, o Rio de Janeiro era a capital do Brasil e Anísio Teixeira idealizou essa universidade. Em 1961, após a instalação da capital em Brasília, junto com outros sujeitos engajados, fundou a Universidade de Brasília. Citamos também sua atuação como conselheiro de ensino superior da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e, no ano de 1947, como Secretário de Educação do Estado da Bahia, que dentre tantas realizações, idealizou diversas construções escolares em todo o estado e a criação da Escola Parque, em Salvador, que se tornou um novo modelo de educação integral.

Além disso, a consolidação da pesquisa educacional se fortaleceu no período de 1952 a 1964, quando Anísio Teixeira se tornou diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), havendo a realização de trabalhos em todo o país. Em prosseguimento a essas ideias, a partir de 1955, criou o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE) de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco.

Nesse espaço, mais nomes baianos somam contribuições e inovações nessa área, dentre os quais podemos citar Isaías Alves de Almeida (1888-1968), que atuou como professor e como Secretário da Educação entre 1938 a 1942. Suas preocupações nessa área colaboraram, em 1941, com a iniciativa de fundar a Faculdade de Filosofia da Bahia, que mais à frente se integrou à Universidade da Bahia pelo Decreto Lei nº 9.155, de 1946. No ano de 1943, a Faculdade de Filosofia iniciou suas atividades com a formação de professores e mais tarde a criação dos institutos das áreas de ciências humanas. A partir de 1946, as faculdades isoladas ficam sob o primeiro e longo reitorado de outro baiano, Edgard Santos, e passa a ser Universidade Federal da Bahia (Ufba), com significativa importância para a formação universitária em todo território baiano.

Acrescentamos também ao grupo de intelectuais baianos o professor Edivaldo Boaventura, que atuou como Secretário da Educação do Estado da Bahia e participou da fundação da segunda universidade pública do estado, a Universidade Estadual da Bahia (Uneb), em 1983. Foi também membro e presidente do Conselho Estadual de Educação e desenvolveu importantes trabalhos na expansão da educação superior com um extenso legado de publicações na literatura. Finalmente, temos outro professor com uma grande referência na história educacional baiana, porém, um tanto anônimo na literatura – o professor Hildérico Pinheiro de Oliveira. Na análise dos dados históricos da época, sentimos sua falta na literatura e nos debruçamos em realizar uma breve narrativa sobre sua trajetória nos poucos registros encontrados no acervo do Instituto Anísio Teixeira, no Memorial Arlindo Coelho Fragoso da Escola Politécnica da Ufba, além de conversas com membros do Conselho Estadual de Educação e documentos disponíveis na sua biblioteca.

Para compreender sua discreta, mas muito significativa passagem na historiografia da educação baiana, este trabalho foi dividido em seções, em que produzimos uma linha histórica organizada através da exposição da criação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE), e algumas ações na Bahia do Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira (IAT). Finalizamos com os ideais e a gestão do professor Hildérico Pinheiro de Oliveira na educação e sua atuação no Conselho Estadual de Educação da Bahia (CEE-BA).

## **1 O INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP)**

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, foi uma das ações de regularização das atividades educacionais no país em um contexto complexo de novas demandas políticas e econômicas providas do desenvolvimento. Nesta linha, a criação do Instituto Nacional de Pedagogia através da Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, modificado no ano seguinte pelo Decreto Lei nº 580, de 30 de julho de 1938, quando passou a ser chamado de Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, por seu primeiro

gestor Lourenço Filho, teve o objetivo de realizar estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde Pública, como descreve o Decreto Lei nº 580, de 30 de julho de 1938:

Art. 2º. Compete ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos:

- a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas;
- b) manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos;
- d) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional;
- e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos;
- f) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas. (BRASIL, 1938).

Além dessas atribuições, ainda tratava, em seu art. 3º, sobre os processos seletivos realizados na União:

Art. 3º Constituirá ainda função do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público, por meio de estudos ou quaisquer providências executivas, nos trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação do funcionalismo público da União. (BRASIL, 1938).

Suas publicações eram realizadas em formato de boletins com o público direcionado às universidades, professores, pesquisadores e gestores da área de educação. Seus primeiros trabalhos tratavam sobre “O ensino no Brasil: no quinquênio 1932-1936” e o “O ensino no Brasil: no quinquênio 1936-1940” com diagnóstico inicial de analfabetismo de 70% da população brasileira. Obviamente, estudos e pesquisas precisavam ter continuidade para pelo menos encontrar diretrizes para subsidiar políticas públicas educacionais e sanar os problemas diagnosticados. A sua importância e divulgação dos dados sobre a situação educacional brasileira teve continuidade por cada um dos gestores que titularam esta pasta, com apresentação de iniciativas para atender às necessidades de escolarização. Em 1944 foi lançada a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, a primeira e mais antiga publicação periódica de circulação do país sobre educação na América Latina. Nela foi

registrada a evolução das ideias e estudos educacionais realizados em cada época da educação nacional.

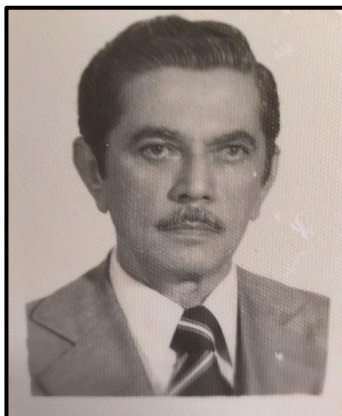
Em 1952, após a morte de Murilo Braga, Anísio Teixeira assume o posto de Diretor-Geral do Inep, e em seu discurso de posse, dentre tantas abordagens sobre os problemas educacionais brasileiros, declara a importância da pesquisa no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e da realização de estudos atentos e cuidadosos coordenados por uma equipe especializada na área educacional (RBEP, 1952. p. 69-79). Seguindo a expansão das pesquisas pelo território nacional, em 1955, através do Decreto n.º 38.460, de 28 de dezembro de 1955, são inaugurados os Centros de Pesquisas Educacionais, divididos da seguinte forma: no Rio de Janeiro foi instalado o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE); e nas cidades de Salvador, Belo Horizonte e Recife foram instalados os Centros Regionais, todos subordinados ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Estes eram estruturados, de acordo com seu artigo 3º, com uma biblioteca de educação, um serviço de documentação e informação pedagógica, um museu pedagógico e os serviços de pesquisa e inquérito, como o serviço de educação audiovisual, de distribuição de livros e material didático, e outros que se fizessem necessários ao cumprimento de suas finalidades. Além disso, ainda tinha o objetivo de realizar treinamentos para aperfeiçoamento de docentes, gestores e equipe pedagógica das escolas.

### 1.1 OS LAÇOS ENTRE ANÍSIO TEIXEIRA E O PROFESSOR HILDÉRICO PINHEIRO DE OLIVEIRA

Anísio Teixeira (1900-1971) iniciou sua proposta de renovação da educação brasileira em 1924, quando recebeu o convite do governador Góis Calmon (1924-1928) e assumiu o cargo de Inspetor-Geral de Ensino com apresentação de seus projetos pedagógicos. Em 1947, ao retornar ao cargo de Secretário da Educação no governo de Otávio Mangabeira (1947-1951), em continuidade à causa da educação pública no seu estado, relata que “as condições da educação, ao assumir o cargo, eram semelhantes às de um país devastado por uma guerra perdida” (TEIXEIRA, 1952 apud ANDRADE

JÚNIOR, 2011, p. 04). Frente a esta situação, o governador determinou a Anísio Teixeira a responsabilidade do Serviço de Obras da Secretaria de Educação e Saúde Pública, no trabalho de construir, reformar e planejar os prédios escolares do estado. Nesse contexto, gostaríamos de apresentar um novo personagem: Hildérico Pinheiro de Oliveira (1921-2000).

Figura 1 - Hildérico Pinheiro de Oliveira



Fonte: Memorial Arlindo Coelho Fragoso, Ufba (2019).

Indiscutivelmente importante no cenário educacional baiano, Hildérico Pinheiro de Oliveira transitou por esses espaços com poucas produções bibliográficas e extrema discrição na sua exposição pessoal, o que tornou um desafio a busca de fontes e reconstrução de sua passagem por alguns cenários educacionais. A criação dessa narrativa se deve à coleta de registros e documentos encontrados na Biblioteca Anísio Teixeira, no Colégio Central da Bahia, no Memorial Arlindo Coelho Fragoso e no Conselho Estadual da Educação da Bahia, em que foi possível conversar com pessoas que o acompanharam até sua morte em 2000. Ele nasceu em 12 de junho de 1921 na cidade de Água Comprida, no estado da Bahia. No período de 1929 a 1937, fez o primário e o ginásial no Instituto Baiano de Ensino, e em seguida realizou o curso anexo para engenharia no Colégio Estadual da Bahia de 1938 a 1939. Em 1940, ingressou no Curso de Engenharia Civil na Escola Politécnica da Bahia.

No seu último ano de graduação, em 15 de outubro de 1944, ingressou no Colégio Estadual da Bahia como professor secundário e começou a lecionar a disciplina de Matemática. Em 1949, realizou a prova de Habilitação e se efetivou como professor contratado da rede estadual. Para esse cargo de

professor secundário, em 1950, é posto à disposição do gabinete do Secretário de Educação, quando já tinha iniciado o seu trabalho de construções escolares em uma ação do Inep – Bahia. Em paralelo, a partir de 1951, ministrou aulas na Ufba e na Escola de Filosofia Católica de Salvador, onde também continuou atuando até sua aposentadoria como professor, no ano de 1990.

O seu currículo mostra uma rica, porém pouco conhecida trajetória, pelo menos nos registros históricos da educação baiana, sobre os quais reproduziremos alguns dados e apresentaremos mais à frente seções em que atuou com atenção especial no ensino básico, talvez influenciado pelas iniciativas de Anísio Teixeira que, além de amigo, foi um parceiro profissional em distintos ambientes. Ainda sobre sua trajetória, no período de 1957 a 1961, foi membro e vice-presidente do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura. Em 1971 a 1975 atuou como Membro Titular do Conselho Estadual de Educação da Bahia, em que participou, durante todo o mandato, da Câmara de Ensino do 1º grau e da Comissão de Planejamento. No ano de 1974, participou da Comissão para Ensino Especial, criada no ano em que foi autor do projeto transformado em Resolução nº 128/72, “Normas para elaboração de Planos de aplicação de Recursos”.

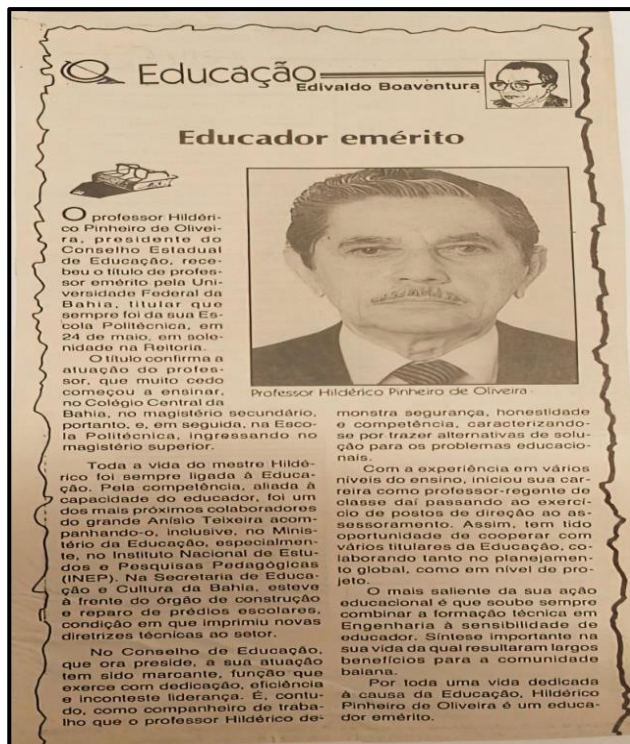
O professor Hildérico participou como membro da comissão do planejamento do campus Universitário da Universidade Federal da Bahia no ano de 1965, e em 1967 foi Presidente da comissão criada pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia para fixar as Diretrizes para elaboração do Plano de Educação do Governo Estadual no quadriênio de 1967 a 1971. No período de 1975 até o ano de 1983, ingressou como membro titular do Conselho Estadual de Educação na Bahia. Nos anos de 1979 e no período de 1989 até 1991 foi membro suplente do Conselho de Coordenação da Ufba e membro e presidente do Conselho Editorial da Universidade Federal da Bahia respectivamente.

Na sua gestão como Secretário de Educação no governo de Luís Viana, entre 1967 a 1971, o professor Edivaldo Boaventura (1933-2018) recebeu a proposta de Pedro Calmon, em homenagem a Castro Alves, para a criação do Parque Castro Alves, em Muritiba, na Fazenda Cabaceiras. Logo então, procurou Hildérico Pinheiro de Oliveira, pois considerou relevante a sua experiência com Anísio Teixeira nas construções escolares, de forma que essa



união foi fundamental, junto com as ideias de Pedro Calmon (1902-1985)<sup>6</sup>, para execução desse projeto.

Figura 2 - Homenagem do Jornal *A Tarde*, em 1995



Fonte: Memorial Arlindo Coelho Fragoso, Ufba (2019).

Essa proximidade se estendia também no Conselho Estadual da Educação da Bahia, em que ambos atuaram como conselheiros por décadas, em orientação à política educacional do Estado. Essas informações também ficam registradas em sua coluna sobre Educação na edição do Jornal *A Tarde* de 26 de maio de 1995, conforme a Figura 2, com título educador emérito, em que traz a trajetória de Hildérico Pinheiro de Oliveira como educador em diversas instâncias, e como um dos mais próximos colaboradores de Anísio Teixeira nos projetos educacionais desde o Inep até à frente do órgão de construção e reparo de prédios escolares.

Esse documento é um dos poucos achados sobre a trajetória do professor Hildérico na seara educacional baiana, publicado por seu amigo Edivaldo Boaventura. Outro dado presente no documento fala sobre as experiências em vários níveis de ensino, a partir do trecho captado:

<sup>6</sup> Entrevista concedida à jornalista Mariluce Moura e publicada em 27 de julho de 2015, na edição nº 4 da *Revista Bahiaciência*. Disponível em: [https://ufba.br/ufba\\_em\\_pauta/ufba-est%C3%A1-enlutada-com-morte-do-professor-edivaldo-boaventura](https://ufba.br/ufba_em_pauta/ufba-est%C3%A1-enlutada-com-morte-do-professor-edivaldo-boaventura). Acesso em: 05 abr. 2020.

O mais saliente de sua ação educacional é que soube sempre combinar a formação técnica em Engenharia à sensibilidade de educador. Síntese importante na sua vida da qual resultaram largos benefícios para a comunidade baiana. (A TARDE, 1995).

Outra publicação no Jornal *A Tarde*, datada de 25 de maio de 1995, é a solenidade de entrega do título de Professor Emérito da Universidade Federal da Bahia ao professor Hildérico Pinheiro de Oliveira. Na publicação, ressalta-se que o homenageado lamentou os poucos recursos investidos em educação nos país e acusou o governo de “estrangular a universidade”. O evento contou com a presença de Edivaldo Boaventura em nome do Conselho e da Academia de Educação, e do reitor Luiz Felipe Serpa, em que ambos destacaram a carreira do engenheiro e educador com tantos serviços prestados à educação e à Bahia, como podemos ver na Figura 3, abaixo:

Figura 3 - Título de Professor Emérito



Fonte: A Tarde (1995).

A relação de Edivaldo Boaventura com Hildérico Pinheiro de Oliveira em projetos e inovações educacionais foi fortalecida no início da década de 1980, quando o professor Edivaldo Boaventura assumiu o Cargo de Secretário da Educação pela segunda vez no governo de João Durval Carneiro (1983-1987) e convidou o professor Hildérico para iniciar os trabalhos da criação de um órgão de estudos e pesquisas educacionais, vinculado à Secretaria de Educação, sobre o qual dissertaremos mais à frente. Embora com trajetórias distintas, essa relação continuou através da atuação de ambos no Conselho Estadual da Educação da Bahia, em alguns momentos como presidente ou conselheiro, até o final da década de 1990.

## 2 O INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS NA BAHIA

Com uma pergunta iniciamos esta seção: O trabalho do Inep somente chegou à Bahia em 1955, através da criação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE)? Para construção dessa narrativa, utilizaremos os dados disponíveis no texto do professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, uma das raras produções realizada através de uma palestra em comemoração aos 50 do Inep/MEC na Faculdade de Educação na Ufba, sob o título “A ação conjunta de Anísio Teixeira e do Inep na Bahia 1947-1951” (BAHIA, 1988, p. 31-46), que narra por si esta experiência antes da sua criação oficial com dados até sua extinção em 1974.

Anísio Teixeira, antes de assumir a direção do Inep, em 1952, já tinha uma estreita relação com um valioso programa educacional no estado da Bahia. Em 1947, tendo no Ministério da Educação e Cultura o baiano Clemente Mariani Bittencourt, por intermédio do Inep, dirigido por Murilo Braga, lançou no estado uma campanha de Construções Escolares, dando ênfase à área rural. O governador na época era Otávio Mangabeira, que convidou Anísio Teixeira para o cargo de Diretor da Instrução Pública, o qual, dentre outras medidas, pleiteou as construções escolares que até o ano de 1946 eram realizadas pela Secretaria de Viação de Obras Públicas. Assim, foi organizado um serviço técnico para execução das obras, o qual foi dirigido até abril de 1948 por Fernando Santana, e de 1948 a 1951 pelo professor Hildérico Pinheiro de Oliveira. Nesse momento, o professor Hildérico relata a sua relação com Anísio Teixeira:

Meu primeiro contato com Anísio Teixeira, com quem colaborei por muitos anos e de quem sempre recebi a honra de sua confiança e de sua amizade, decorreu exatamente da criação do Serviço de Obras, pois em novembro de 1947, por convite de Fernando Santana passei a trabalhar ali, desenvolvendo atividades de assessoria técnica no que se referia a problemas construtivos, pois, para a parte de arquitetura, Anísio Teixeira contava com a valiosa colaboração do professor Diógenes Rebouças, para mim um dos melhores arquitetos brasileiros; foi, inclusive, responsável por todo o projeto da Escola Parque. (OLIVEIRA, 1988, p. 32).

Em 1949, este setor de construções passou a ser chamado Superintendência de Prédios e Aparelhamento Escolar, que dirigia e elaborava estratégias de operacionalização dos trabalhos em todo território baiano,

discorrendo sobre os problemas apresentados à época, desde o envio de materiais e mão de obra para locais inóspitos. Em 1954, o Setor de Construções Escolares ficou diretamente ligado ao Inep e continuou instalado em dependências no casarão que hoje sedia a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) em São Lázaro.

### **3 O CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS (CRPE): ALGUMAS AÇÕES DO INEP NA BAHIA**

Oficialmente criado pelo Decreto Federal nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955, na cidade de Salvador, dentre outras capitais, ficou instalado no mesmo local do setor de construções escolares, vinculado ao Inep, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH), em São Lázaro. O Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE) do Inep, criado na Bahia, foi um convênio para a conclusão das obras do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, sendo que, conforme as próprias palavras de Oliveira:

Logo assumindo o INEP, Anísio Teixeira já tomara a iniciativa de firmar com o governo da Bahia um convênio para a conclusão, pelo INEP, das obras do Centro Educacional Carneiro Ribeiro, uma vez que no governo Mangabeira foram construídas apenas três escolas classes e iniciada a construção do Pavilhão de Atividades de Trabalho da Escola Parque. (OLIVEIRA, 1988, p. 35).

Ainda, Oliveira complementa que a atuação do Inep:

[...] dispunha de dois organismos para atuação na Bahia, o Setor de Construções Escolares e o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, ao qual cabia administrar, manter e utilizar para suas finalidades básicas, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, cabendo ao Estado apenas contribuir com o professorado. (OLIVEIRA 1988, p. 35).

O setor de Construções escolares atuava em duas áreas: na realização das obras do Centro Regional de Pesquisas Educacionais e na execução de prédios escolares para rede estadual, e mediante convênios para as prefeituras. A partir de 1959, em decorrência de um convênio mais amplo pelo então governador da Bahia Juracy Magalhães, foi criada a Comissão Executiva da Rede Escolar da Bahia (Cereb), onde o professor Hildérico foi diretor executivo até sua extinção, em 1962, embora as obras continuassem até o ano

seguinte para conclusão dos trabalhos já iniciados. Registra-se que foram construídas 1435 salas de aula em 955 localidades, correspondendo a 1013 escolas.

Com o término das construções, em 1964, o professor Hildérico assumiu a direção do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, que se manteve na Bahia até o ano de 1974. O mesmo explica como foi a sua relação com Anísio Teixeira:

Até então, não havíamos tido com Anísio Teixeira outro relacionamento senão aquele consequente da direção das construções que, para o órgão, eram executadas com recursos do então Ministério da Educação e Cultura. Assim, ao longo de dez anos, fomos testemunha, nada mais do que testemunha, do trabalho que por intermédio daquele órgão Anísio Teixeira, como diretor do INEP, realizava na Bahia. (OLIVEIRA, 1988, p. 41).

Em suas palavras, fica claro que sua atuação encerra o ciclo das construções escolares e inicia uma nova etapa com pesquisas e experimentos educacionais, atividades que passou a dirigir no CRPE. Do início das atividades do Centro até o ano de 1964, a direção era regida pela professora Carmen Teixeira, como diretora de todas as atividades técnicas educacionais, e Luiz Ribeiro de Sena, como diretor das atividades culturais e administrativas. O Centro desenvolveu atividades de muita relevância para o estado da Bahia, atuando até o ano de 1971, com atendimento especial à população carente nas séries iniciais do 1º grau. Atribuiu também uma atenção especial à qualificação de professores leigos e à necessidade de sua formação em nível de 3º grau, afirmando que este seria um grande desafio educacional para esse público no país, sobretudo na área rural.

Destaca-se que o Inep não somente elaborou estudos e planos, mas desenvolveu ações na redução de profissionais sem formação nas redes de ensino, até nas regiões mais remotas do Brasil. Aos diplomados, foram realizados cursos de aperfeiçoamento e formação de especialistas para atividades que se desenvolviam na Escola Parque. O CRPE da Bahia contava com as melhores condições para o tipo de trabalho proposto, pois possuía o Centro Educacional Carneiro Ribeiro no bairro da Liberdade e a Escola de Aplicação em São Lázaro, o que permitia aos professores que buscavam uma melhor capacitação a possibilidade de participação e observação dentro do

processo de ensino e aprendizagem que, no caso, era rico e diversificado com estudo de técnicas e processos de ensino.

É importante ressaltar que embora não existam números sobre a quantidade de alunos e professores que foram atendidos, a notoriedade dos trabalhos desenvolvidos no CRPE – Bahia atraía também profissionais de outros locais do Brasil para se capacitarem e conhecerem os projetos e experimentos desenvolvidos. Para além do que foi realizado, o Inep – Bahia foi também um promotor de publicações de livros sobre temas educacionais, sociais, científicos e históricos, atendendo aos objetivos propostos na sua criação – pesquisar, aplicar e divulgar os dados.

Dentre as pesquisas realizadas, podemos constatar a preocupação com o atendimento às séries iniciais (um diagnóstico preocupante da época). Ademais, havia uma atenção especial à continuidade dos estudos e ao acesso à universidade por parte da população mais carente, o que não era muito comum na época em razão dos dados apresentados. O Inep – Bahia relata ainda que os trabalhos citados foram alguns dos quais conseguiram apurar, de modo que podemos mencionar algumas pesquisas que foram coordenadas pela professora Regina Espinheira: “O ensino normal do Estado da Bahia”, “Diretores e Professores de Estabelecimentos de Ensino Normal da Bahia”, “Alunos do Curso Normal do Estado da Bahia”, “Aspectos qualitativos do ensino primário”, “Acesso das diversas classes sociais aos cursos de nível superior em Salvador no ano de 1965”, “Grau de satisfação dos formandos pelas Faculdades de Educação com o curso”, “Situação socioeconômica dos estudantes universitários”, e “Classe social dos candidatos não aprovados no vestibular em 1967”.

Outros nomes colaboraram nas pesquisas educacionais, como o professor Luiz Henrique Tavares com os trabalhos: “Duas reformas educacionais 1895-1925”, “Bibliografia de Anísio Teixeira até 1961”, “Renda dos pais e alunos do Centro Educacional Carneiro Ribeiro” e “O livro didático na Bahia”. Thales de Azevedo, que já desenvolvia pesquisas com Anísio Teixeira desde a época da Unesco, colaborou também para o CRPE com a pesquisa: “As famílias dos alunos de uma escola pública primária de Salvador”. As professoras Maria Tereza Linhares contribuiu com o trabalho: “Condições socioeconômicas dos alunos do Centro Educacional Carneiro Ribeiro”, e a

professora Maria Jorgisa de Melo com os títulos: “Estudo do desenvolvimento educacional obtido por ex-alunos do Centro educacional Carneiro Ribeiro e de escolas públicas comuns”, “Formação do professor primário” e “Formação do Magistério brasileiro”.

Outros trabalhos são acrescentados, como “Estudos da população escolar de nível médio em Salvador”, do professor Klass Woortmann; o professor Sílvio Bandeira de Melo com o trabalho: “Regiões culturais e geoconômicas da Bahia”; e a professora Olga Beatriz Kamergorodski, com o trabalho “Levantamento educacional para a III conferência nacional da educação”. São adicionados também trabalhos que não são resultados de pesquisa, mas de valor didático, registrando todas as técnicas e os processos de ensino utilizados na Escola de Aplicação, de autoria da professora Terezinha Éboli. Na época da direção do professor Hildérico no Centro, foi implantado um Serviço de Documentação que ficou sob a responsabilidade do professor Antônio Piton, definido em suas palavras como “um mestre da administração escolar e que depois se transformou em diretor do centro”.

A consolidação e sucesso do centro, idealizado por Anísio Teixeira, tem grande participação da dedicação dada por Luiz Ribeiro de Sena e por Carmen Spínola Teixeira. Luiz Ribeiro de Sena administrou o Centro em São Lázaro, promoveu a difusão cultural, que era um programa do Inep, e ainda dedicou-se à sua própria produção, traduzindo com fidelidade filosófica dois dos mais célebres livros deste século – “O elogio do lazer”, de Bertrand Russel, e “A civilização posta à prova”, de Arnold Toynbee. Quanto a Carmen Spínola Teixeira, é declarado um grande débito que a educação baiana tem com esta ilustre devotada professora pelo desenvolvimento à frente do Centro Educacional Carneiro Ribeiro e da Escola de Aplicação, no intuito de aprimorar o magistério primário e dirigir o setor técnico do Centro de Pesquisas.

Nas considerações finais do documento supracitado, enfatiza-se sobre o recolhimento e tratamento dos arquivos dos Centros para a criação de um valioso documentário comprobatório da grande ação do Inep ao longo do tempo. O documento declara ainda que, no que toca à Bahia, a execução desse projeto não seria difícil, pois a Secretaria de Educação do Estado dispunha de um órgão, criado na gestão de Edivaldo Boaventura, que se encontraria perfeitamente capacitado para a tarefa. “Trata-se do Instituto Anísio

Teixeira, em que fui o seu primeiro diretor.” (OLIVEIRA, 1988, p. 46). Aqui, Hildérico Pinheiro de Oliveira faz referência ao Gebid, Gerência de Documentação e Informação Bibliográfica, criado no IAT em 1985, com uma proposta moderna de sistemas informacionais para pesquisas para a época. Podemos notar que, após a morte de Anísio Teixeira em 1971 e o fim das atividades do CRPE em 1974, houve um enfraquecimento nas pesquisas e experimentos educacionais no estado da Bahia. Ainda que existissem trabalhos isolados, nenhum deles se destacou até a criação do Instituto Anísio Teixeira, idealizado pelo professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, como veremos a seguir.

#### **4 A CRIAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA ANÍSIO TEIXEIRA: OS IDEAIS E A GESTÃO DE HILDÉRICO PINHEIRO DE OLIVEIRA**

Iniciamos esta seção com uma parte do texto do Relatório de Atividades do Instituto Anísio Teixeira (1983-1986), desenvolvido na gestão do professor Hildérico Pinheiro de Oliveira:

Antes da instalação da atual administração, em 1983, não existia, na Secretaria de Educação e Cultura, órgão com finalidade específica de realizar pesquisas no campo da educação. Até aquela data, não são encontradas, na produção dos órgãos responsáveis pela rede estadual de ensino, pesquisas sistemáticas objetivando facilitar soluções aos mais agudos problemas da educação básica no Estado da Bahia. Isto não significa que trabalhos diversos, em ocasiões várias, não tenham sido elaborados, esgotando-se, porém, os estudos em campo muito localizados, sem continuidade, não permitindo adoção de qualquer medida geral, seja no que tange a planejamento, seja no que concerne à superação de certos entraves com vistas a um melhor desenvolvimento da educação. (BAHIA, 1986, p. 1).

Não se podia, e nem se pode hoje, considerar tal situação como uma deficiência característica dos serviços educacionais deste Estado, pois não lhe cabia o privilégio de ser o único a relegar a plano secundário a pesquisa educacional, que, na maioria dos casos, no Brasil, se desenvolve mais pelo esforço individual dos pesquisadores que pela iniciativa das administrações de instituições responsáveis pelo ensino público. (BAHIA, 1986, p. 1).

No governo de João Durval (1984-1987), o professor Edivaldo Boaventura, como já mencionado neste artigo, assume pela segunda vez o



posto de Secretário da Educação do Estado da Bahia, sendo sua diversificada experiência na seara educacional, especialmente na educação superior, explícita em sua extensa trajetória profissional e bibliográfica. Dentre os cargos e funções ocupados por Edivaldo Boaventura estão professor da Ufba, dirigente do escritório da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), membro e presidente do Ceeba, além de ser o responsável pela implantação da TV Educativa da Bahia (TVE) e pela criação da Uneb.

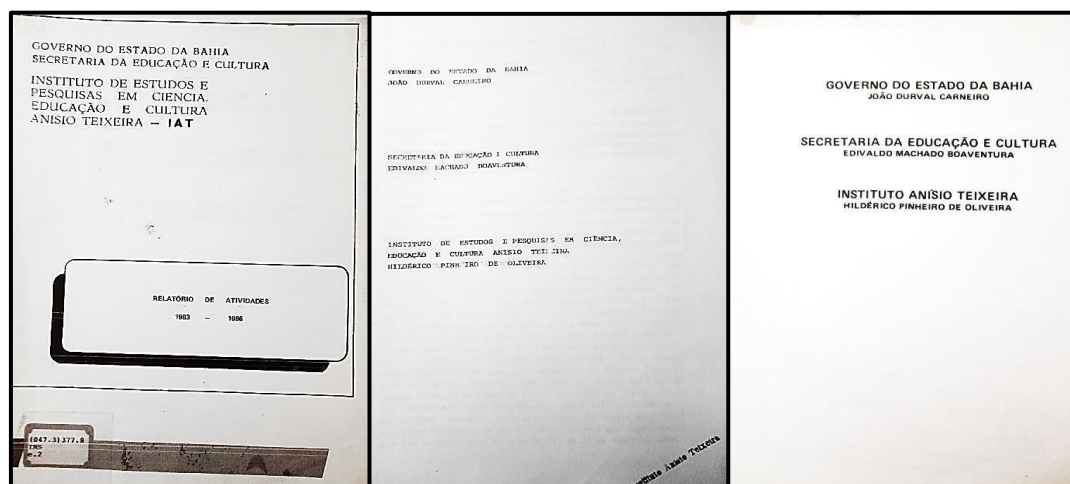
A reestruturação da Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia através da Lei Delegada nº. 67, de 1º de junho de 1983, traz um dado interessante que é descrito no seu Relatório de Atividades. Informa que no texto inicial daquele documento legal, o órgão era chamado Instituto de Pesquisas Educacionais e limitava-se, como dizia o seu nome, a tais tipos de pesquisas. Na revisão final para ser sancionado, por decisão do Secretário da Educação, ficou decidida a seguinte denominação: Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira, com a finalidade de realizar estudos, pesquisas e experimentações no âmbito da Secretaria de Educação, apresentadas no Artigo 11, inciso I, dessa lei:

Art. 11 - Terão sua estrutura e competências definidas em regulamentos os seguintes órgãos em regime especial de administração centralizada:

I - O Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira que realiza estudos, pesquisas e experimentações objetivando o desenvolvimento global e harmônico do homem. [...] (BAHIA, Lei Delegada nº 67, de 1º de junho de 1983).

O seu primeiro ano foi marcado pela ausência de dois elementos fundamentais para iniciar seus trabalhos, a saber, a dotação orçamentária para o ano de 1983 e o espaço físico adequado para o seu funcionamento. O espaço físico em questão só veio a ser instalado no dia 26 de janeiro de 1984 em uma sede provisória na Avenida Sete de Setembro, nº 2735, onde também funcionava o prédio dos Programas de Ações Socioeducativas e Culturais para as Populações Carentes Urbanas (Prodasec). Na Figura 4, a seguir, é apresentado o seu primeiro relatório de atividades, que relata suas dificuldades, seus projetos e sua perspectiva de melhoria dos trabalhos desenvolvidos.

Figura 4 - Relatórios de atividades 1983 - 1986 do IAT



Fonte: Instituto Anísio Teixeira (2021).

Apesar de todas as dificuldades apresentadas, o texto faz referência, ainda em 1983, ao primeiro cronograma de atividades do Instituto. Para tal realização, foram estabelecidas diretrizes a partir das quais deveriam se desenvolver os programas de estudos e pesquisas do órgão, assim definidos: no campo da educação, foi estabelecido um leque mais amplo que visou à “Avaliação de sistemas”, “Melhoria do ensino”, “Ampliação da oferta de matrículas”, “Memória da legislação e história da educação no estado da Bahia” e “Estudos prospectivos”. No campo da ciência, considerando a fase inicial de sua implantação, o instituto “se reservaria a agir principalmente em função da demanda, mesmo assim em consonância quanto as suas possibilidades de recursos humanos e materiais.” (BAHIA, 1986, p. 2). Essa é a primeira iniciativa em realizar estudos e pesquisas no campo da ciência, naturalmente influenciado pela experiência do Professor Hildérico em reconhecer a importância dessa área na esfera da educação inicial. Embora a Lei 5692/71 tenha disponibilizado a obrigatoriedade do ensino de ciências em todas as séries iniciais da educação, a sua prática era travada por dois fatores, a saber, os professores leigos<sup>7</sup> e o alto índice de repetência e distorção idade-série.<sup>8</sup>

Ainda, no campo da cultura, com a existência de outros órgãos que tratavam dessa área e para evitar duplicidade de atividades, sua finalidade seria o “entrosamento” até a completa consolidação nos vários setores de sua

<sup>7</sup> Professores leigos: termo utilizado para os profissionais que não possuíam formação pedagógica em nível superior ou licenciatura para as disciplinas às quais lecionavam.

<sup>8</sup> Distorção idade-série é um índice utilizado para calcular a proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar.

atuação. Além de estudos e pesquisas em sua estrutura, é atribuído também o serviço de documentação e informação bibliográfica como um instrumento de prestação de serviços à comunidade educacional.

É relatado que o Instituto Anísio Teixeira, objetivando prover a Secretaria de Educação de informações essenciais para planejamento de suas atividades anuais, teria como foco a escola do ensino de 1º grau, da 1ª a 8ª séries (hoje 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental), pois se justifica pela preponderância em termos quantitativos desse meio de ensino no meio urbano e rural. Aponta também que essa modalidade de ensino é responsável pela aplicação de somas mais vultosas no Estado, além de ser prioridade nas preocupações do MEC e da Secretaria. A obrigatoriedade de atendimento a esse nível educacional exige um esforço permanente e realístico para maximizar a aplicação de recursos da população escolarizável (BAHIA, 1986, p. 10).

As expectativas para colocar em funcionamento a proposta de trabalho do Instituto são postas, para além das dificuldades financeiras, à disponibilidade de pessoal, entretanto, o instituto ainda faz uma previsão otimista de que em um “futuro próximo” ele terá um núcleo de pesquisadores e estudiosos dos problemas da ciência, da educação e da cultura no estado da Bahia.

#### 4.1 PRIMEIROS ESTUDOS E PESQUISAS DO INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA

Sobre o planejamento financeiro apresentado para início das atividades do Instituto, Souza (2017) aborda suas principais dificuldades, de forma que a crise econômica brasileira, na década de 1980, refletiu fortemente no planejamento das suas pesquisas e estudos. Acrescenta também que em outubro de 1983, quando o orçamento para o ano de 1984 foi apresentado ao órgão coordenador do planejamento da Secretaria de Educação (BAHIA, 1984), o mesmo foi agraciado com apenas um pouco mais da metade do valor proposto. Isso acarretou no redimensionamento e cancelamento de algumas atividades programadas inicialmente, aspectos que são também apresentados no texto.

Na programação geral, as atividades foram divididas em dois programas: um voltado para “Pesquisas e Estudos Educacionais” (Programa 01); e o outro voltado para “Documentação Bibliográfica” (Programa 02). O Programa 01 previa 3 subprogramas: um destinado a investigar aspectos qualitativos da educação (subprograma 1.1), outro destinado a abordar aspectos quantitativos da educação (subprograma 1.2), e um terceiro destinado à preservação da “Memória da Educação” (subprograma 1.3), sendo que tais atividades foram justificadas pela necessidade de se conhecer primeiro as demandas educacionais do estado da Bahia para então iniciar ou propor intervenções de melhoria da qualidade educacional. É importante destacar que, ao final da gestão, na apresentação do Relatório 1983-1986 do referido instituto, ficaram como executadas “23 pesquisas e estudos objetivando fenômenos considerados relevantes na problemática educacional.” (BAHIA, 1986).

Podemos observar que o cenário educacional na época estava envolto em dois pilares: a atuação de professores leigos na zona urbana e rural, e os altos índices de evasão, repetência e distorção idade-série, que implicavam diretamente no escasso recurso financeiro. Diante disso, foram dimensionados estudos e pesquisas no mapeamento das escolas multisseriadas<sup>9</sup>, oferta e demanda de matrículas no 1º grau, alfabetização, currículo do meio rural, capacitação de professor leigo, o estágio supervisionado e o ensino de ciências e matemática. Sobre esta última área, foi realizada a pesquisa “O Ensino de Ciências e Matemática nas primeiras quatro séries do 1º grau e sua relação com o currículo do curso de magistério” no ano de 1986, que teve como objetivos gerais caracterizar o ensino de ciências e matemática no 1º grau, sensibilizar o professor dessas séries quanto à possível necessidade de mudanças efetivas no ensino em tal área de estudo, e propor aos professores dos cursos do magistério mudanças efetivas na sua formação.

A referida pesquisa concluiu que se faz necessária a avaliação do currículo e da formação de professor de 1º grau nas áreas de ciências e matemática nessa modalidade de ensino em razão da qualidade diagnosticada.

---

<sup>9</sup> As classes multisseriadas são modelos de organizações em algumas escolas, principalmente na área rural, em que o professor ensina várias séries simultaneamente com alunos em diferentes níveis de idade e escolarização. Historicamente, é uma prática comum em locais que apresentam ausência de professores e de espaços físicos em algumas regiões do país.

Foram realizados também estudos e pesquisas sobre os recursos financeiros necessários para investimento e custeio para atender à demanda do ensino de 1º grau, assim como a participação financeira das três esferas administrativas na educação.

No que tange ao Subprograma “Memória da Educação”, foi realizado o trabalho “A legislação educacional baiana no período de 1889 a 1983”, que exalta a irrefutável necessidade de reunir todas as experiências já realizadas no campo da educação na Bahia. Esse mesmo documento vem complementar o trabalho do professor Luiz Henrique Dias Tavares, realizado em 1959 “sob os auspícios do Inep e publicado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais”. Em decorrência de tais considerações, o instituto programou um estudo que se denomina no conjunto “História da educação da Bahia”, cujo produto foi o “Ementário da Legislação educacional baiana no período republicano de 1889 a 1983”, que abrange as mais ricas experiências da história da Bahia, com o acréscimo de estudos de períodos anteriores sob o título “Ementário da legislação educacional baiana, período de 1822 a 1888”. Os estudos e pesquisas realizados durante a sua primeira gestão tiveram uma ampla abordagem sobre diversos aspectos da educação baiana e apresentaram um diagnóstico que possibilitou ações mais eficientes no sistema educacional baiano. Finalmente, esses estudos apresentaram os problemas de avaliação da rede estadual, além de problemas estruturais do ensino, bem como socioeconômicos e da prática pedagógica.

Quanto ao Programa 02, sobre a Documentação Bibliográfica, foi idealizada uma “moderna” infraestrutura informacional para o IAT e seus pesquisadores, incorporando resultados positivos alcançados dos centros já existentes, além da referência da publicação do *Guidelines of Studies of Information Users* (UNESCO, 1981). Assim, em 1985, foi criada a Gerência de Documentação e Informação Bibliográfica (Gedib) para prover os meios de facilitar o acesso à informação de todos os recursos disponíveis desde a parceria com instituições nacionais e internacionais, editoras e um rico acervo bibliográfico catalogado com diversidade de fontes de informação. Em suas considerações, o relatório exaltou a importância das atividades desenvolvidas com o apoio da Gerência Administrativo Financeira (Geafi), a qual realizou serviços de comunicação e informação, material, patrimonial, encargos

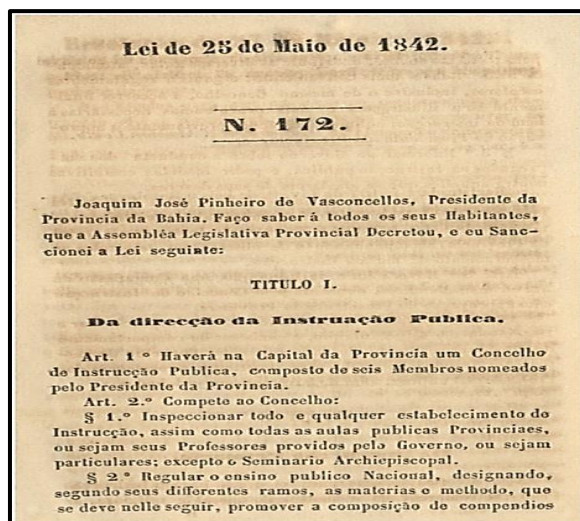
auxiliares, execução orçamentária e contabilidade. Além das atividades de rotina, incorpora em seu acervo o registro das seguintes ações: 548 correspondências expedidas, 3168 processos de pagamento, 35 licitações, 31 demonstrativos contábeis, 3 balanços e inventários, 9 prestações de contas e 1315 distribuição de publicações.

Este documento enfatiza-se que soluções definitivas não tenham sido encontradas para os problemas estudados, entretanto, realiza uma reflexão sobre a descrença da pesquisa em subsidiar ações administrativas e pedagógicas, não pelo fato de ser um poderoso instrumento para os sistemas de ensino, “e sim pelo uso incorreto que os responsáveis pela educação fazem de seus resultados.” (BAHIA, 1986, p. 42).

## 5 O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA

O Conselho Estadual de Educação da Bahia tem um diferencial na participação social das diretrizes da educação brasileira, de modo que, em sua página institucional, apresenta-se com orgulho, como sendo o primeiro conselho criado no Brasil com o objetivo de discutir a educação nacional, desde a sua primeira elaboração em 1842, como *Concelho de Instrucção Pública*, pelo qual foram criadas várias leis que passaram a nortear a educação no país (BAHIA, 2020), como podemos ver na Figura 5, a seguir:

Figura 5 - *Concelho de Instrucção Pública*



Fonte: CEE Bahia (2020).

Sobre o seu papel na sociedade, segundo Boaventura (1992), Anísio Teixeira defendia a ideia de que o Conselho Estadual de Educação da Bahia deveria ser uma agência autônoma em que a educação fosse responsabilidade de cada Estado federativo com certo grau de autonomia nas suas deliberações. Essa premissa, regulamentada na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 1961), institucionalizou os Conselhos Federais e Estaduais, proporcionando a descentralização das responsabilidades educacionais de cada esfera.

Seu funcionamento como órgão colegiado e representativo da sociedade é vinculado à Secretaria da Educação do Estado da Bahia e tem a atribuição de disciplinar as atividades do Sistema Estadual de Ensino, tanto público como privado, em todas as instâncias da educação, no exercício das funções deliberativas, normativas, consultivas, além do controle de qualidade dos serviços educacionais e fiscalizadores determinados pelos termos da Constituição do Estado da Bahia. A escolha de seus componentes acontece através de nomes indicados entre brasileiros de notório saber sobre o assunto educação, em diversos graus de ensino, tanto público quanto privado. A nomeação é feita pelo governador do Estado com indicação de 24 membros titulares e 12 suplentes. A escolha do presidente é realizada por esses membros, com permanência de dois anos, podendo haver recondução para igual período. Seu longo processo histórico, desde o império até a atualidade, agregou nomes baianos que atuaram como conselheiros, dentre os quais podemos citar os mais ilustres: Rui Barbosa, Anísio Teixeira, Edivaldo Machado Boaventura e Hildérico Pinheiro de Oliveira.

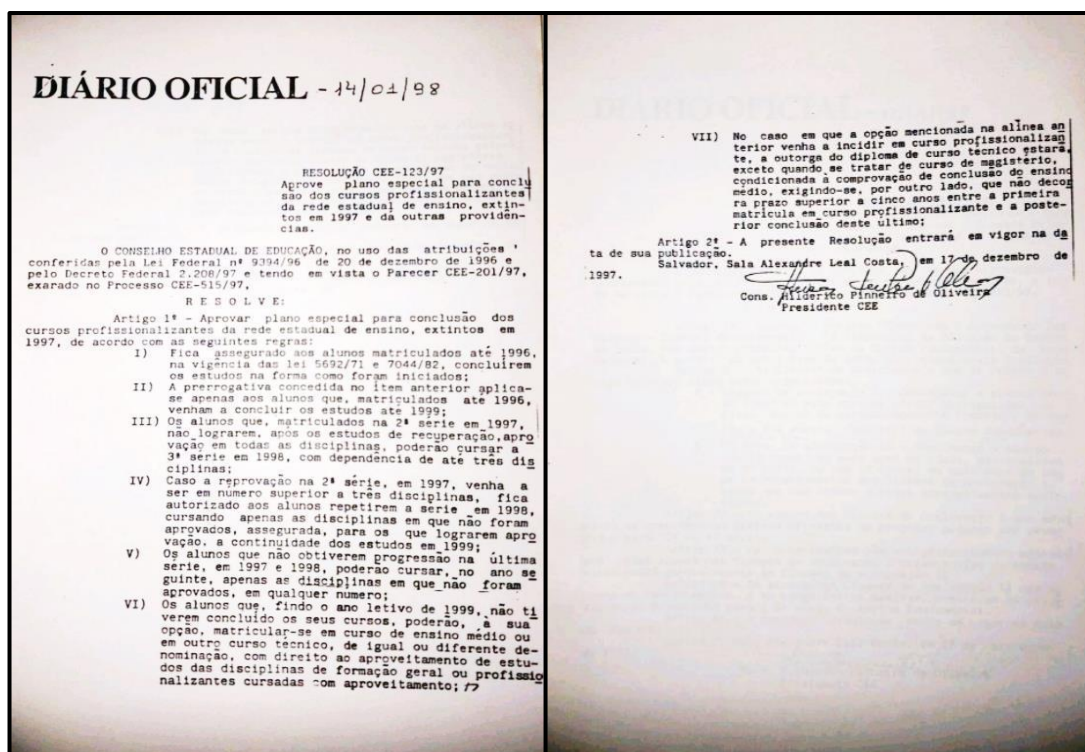
## 5.1 O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA E O PROFESSOR HILDÉRICO PINHEIRO DE OLIVEIRA

Desde 1971, quando ingressou como membro titular do Conselho Estadual de Educação, o professor Hildérico permaneceu em atividades vinculadas a esse órgão até a sua morte em 2000. No período de 1971 a 1975, participou em todo mandato da Câmara de Ensino do 1º grau e do Planejamento, contribuindo com a experiência adquirida nas pesquisas do

CRPE, em que atuou também como diretor. No período de 1994 a 1998, foi eleito presidente em um período que teve a aprovação, talvez, da mais importante Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB 9394/96, em que significativas mudanças teriam que ser adequadas em cada região, de acordo com suas demandas.

No estado da Bahia, o ensino médio público era organizado de acordo com as diretrizes da LDB 5691/71, em que a predominância dessa etapa era profissionalizante, mas com as adequações da Lei 7044/82, extinguiu-se o caráter obrigatório da profissionalização. Cabia então ao Conselho Estadual de Educação promover um processo de transição, o que foi feito através da Resolução CEE 123/97, posta em prática em 1997 na rede estadual, extinguindo os cursos profissionalizantes, como podemos ver logo a seguir:

Figura 6 - Resolução CEE BA 123-97



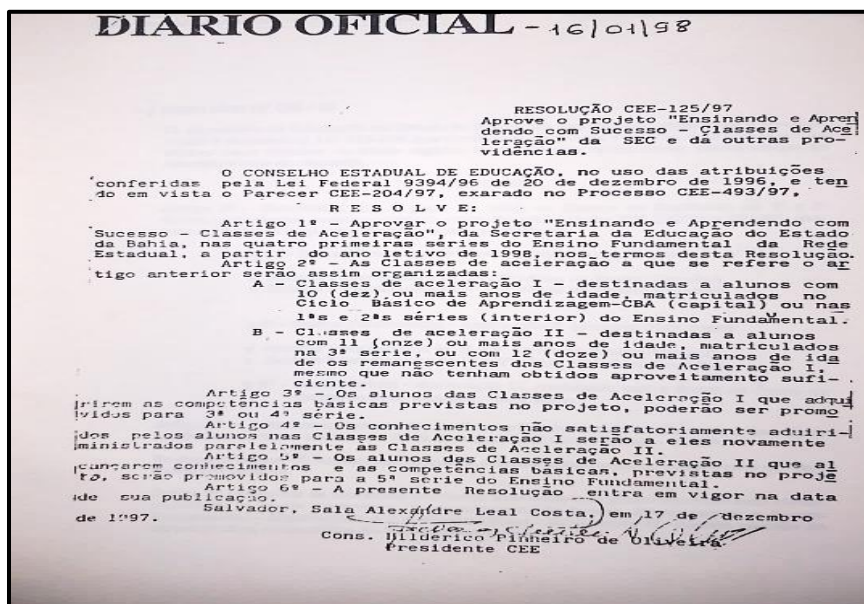
Fonte: Conselho Estadual de Educação - Bahia (2020).

Além disso, o professor Hildérico Pinheiro de Oliveira sancionou a Resolução 125/97 com o projeto “Ensinando e aprendendo com sucesso – Classes de aceleração”, da Secretaria Estadual de Educação do Estado da Bahia, a partir do ano letivo de 1998. Este era voltado para as quatro primeiras séries do ensino fundamental da rede estadual, divididas da seguinte forma:



Classes de aceleração I e Classes de aceleração II, sendo que os alunos com 10 anos ou mais que participassem dessas classes e adquirissem as competências básicas previstas no projeto, seriam promovidos para a 3ª, 4ª ou 5ª série do ensino fundamental respectivamente. Verificamos que a repetência escolar, pesquisada e diagnosticada em sua primeira gestão no Instituto Anísio Teixeira, permanecia como um problema recorrente na educação baiana, com déficit de investimentos e redução dos índices.

Figura 7 - Resolução CEE 125 - 97



Fonte: Conselho Estadual de Educação – Bahia (2020).

Longe de esgotar as discussões sobre a atuação do professor Hildérico Pinheiro de Oliveira durante o seu período como presidente, expomos aqui algumas ações que foram encontradas durante a pesquisa, sem a mínima pretensão de exaurir todas as contribuições realizadas por esse educador baiano. Finalizamos, assim, com uma de suas frases, a qual reúne sua percepção sobre os problemas educacionais: [...] se desenvolve mais pelo esforço individual dos pesquisadores que pela iniciativa das administrações de instituições responsáveis pelo ensino público. (BAHIA, 1986, p. 1).

## 6 CONCLUSÃO

Em virtude dos fatos mencionados, ficou evidente a influência de importantes nomes baianos na historiografia do cenário nacional, fato

consumado na criação do Ministério da Educação e Cultura, em 1930, que foi o marco para a institucionalização da pesquisa e estudos educacionais no âmbito de significativas decisões políticas e econômicas no território brasileiro. Após a conquista desse espaço, as divulgações dos seus resultados foram feitas na primeira Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos em 1944, a RBEP, a mais antiga publicação periódica de circulação nacional que está em vigência até os dias atuais, com exposição de trabalhos realizados por pesquisadores.

A criação do Inep, especialmente na gestão de Anísio Teixeira, e o funcionamento dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE) no estado da Bahia tiveram significativo desenvolvimento no que se refere aos projetos de construções escolares na área urbana e rural, no projeto da Escola Parque e nas atividades desenvolvidas no Inep (BA) que ficaram ativas até o ano de 1974. As atividades realizadas por esse centro deixaram um legado de produções bibliográficas reproduzidas também na capacitação de profissionais que participaram de seus trabalhos. Dentro desse contexto, trouxemos o professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, que iniciou os trabalhos com Anísio Teixeira nas construções escolares a partir de 1947 e, ao longo do tempo, em diferentes espaços institucionais, desenvolveu atividades e projetos relacionados à educação. Toda essa experiência foi colocada em prática quando, a convite de seu amigo Edivaldo Boaventura, criou e colocou em funcionamento o primeiro Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, vinculado à Secretaria de Educação do Estado da Bahia. Envolto em dificuldades financeiras e administrativas, o instituto conseguiu realizar nos seus primeiros quatro anos o planejamento e execução de vinte e três atividades que mapearam os principais problemas educacionais da época. Além disso, conseguiu estruturar um sistema informacional moderno para a época, para pesquisadores com acesso às informações e acervo bibliográfico reunidos no centro. Estabeleceu, também, parcerias com instituições de pesquisas nacionais e internacionais, abrindo as possibilidades de intercâmbio de informações e pesquisadores. Até a sua morte, continuou a participar de trabalhos no Conselho Estadual de Educação da Bahia, especialmente em atendimento à educação básica, pela qual sempre demonstrou uma especial simpatia.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE JÚNIOR, N. V. **As obras do plano de edificações escolares de Anísio Teixeira e a arquitetura moderna na Bahia (1947-1950)**. 2011.

Disponível em: [http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/146\\_M03\\_RM-AsObrasDoPlanoDeEdificacoes-ART\\_nivaldo\\_junior.pdf](http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/146_M03_RM-AsObrasDoPlanoDeEdificacoes-ART_nivaldo_junior.pdf). Acesso em: 10 mar. 2021.

BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Relatório de Atividades Instituto Anísio Teixeira, 1984 a 1986**. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1986.

BOAVENTURA, E. M. Criação e Reorganização do Conselho Estadual de Educação da Bahia. **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 10, p. 13-30, jul./dez., 1992. Disponível em: [http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/10/criacao\\_e\\_reorganizacao\\_do\\_conselho\\_d\\_e\\_educacao\\_da\\_bahia.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/10/criacao_e_reorganizacao_do_conselho_d_e_educacao_da_bahia.pdf). Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. **Decreto no 19.890, de 18 de abril de 1931**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/116725/decreto-19890-31>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 580, de 30 de julho de 1938**. Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-580-30-julho-1938-350924-norma-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8777-22-janeiro-1946-416416-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm). Acesso em: 15 dez. 2019 .

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009). Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 20 dez. 2019.

MACHADO, M. C. G. **Rui Barbosa**. Fundação Joaquim Nabuco: Ed. Massangana, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4715.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2021.

OLIVEIRA, H. P. A ação conjunta de Anísio Teixeira e do INEP na Bahia. **Cadernos IAT**, v. 1, n. 1, p. 31-46, dez., 1988.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, v. 1, n. 1, jul., 1944. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/issue/view/324/27>. Acesso em: 10 jan. 2020.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS, v. 1, n. 46, abr., 1952. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489316/Revista+Brasileira+de+Estudos+Pedag%C3%B3gicos+%28RBEP%29+-+Num+46/5e61f527-bd9e-401a-a923-4d28d41d167a?version=1.0>. Acesso em: 15 jan. 2020.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. **O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 407-425, maio./ago. 1984. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto\\_dos\\_Pioneiros\\_Educao\\_Nova.pdf](http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educao_Nova.pdf). Acesso em: 23 mar. 2021.

ROMANELLI, O. de O. **História da educação no Brasil (1930–1973)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SOUZA, H. S. **Iniciativas Contemporâneas para a formação de professores de matemática na Bahia**. Dissertação (Mestrado), Instituto de Física, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

TEIXEIRA, A. Discurso de posse do Professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 17, n. 46, p. 69-79, 1952. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/discurso2.html>> Acesso em: 30 mar. 2020.

#### **Coleta de documentos e informações:**

Biblioteca do Instituto Anísio Teixeira, Salvador-BA.

Conselho Estadual de Educação da Bahia, Salvador-BA.

Memorial Arlindo Coelho Fragoso, Salvador-BA.

Agradecimento especial:

À amiga do professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, que em conversa para coleta de dados nos confirmou a sua discrição proposital em seus trabalhos na educação baiana.

## ARTIGO 2

### O INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA NO PERÍODO DE 1987 A 1990: A EXPANSÃO DOS ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS NO ESTADO DA BAHIA

**Resumo:** No ano de 1983, foi criado o primeiro órgão destinado a estudos e pesquisas educacionais no estado da Bahia, o Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira, almejando subsidiar dados para os problemas mais agudos da educação baiana. Este foi influenciado pelos ideais de Anísio Teixeira, que inaugurou no estado da Bahia um dos Centros de Pesquisa Educacional, como a Escola Parque, e o INEP – Bahia, os quais colaboraram para que seu legado fosse perpetuado através de iniciativas de outros profissionais. Este trabalho é apresentado com dois objetivos: analisar os trabalhos produzidos pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT) e identificar os estudos e pesquisas educacionais para o 2º grau, na rede pública de ensino, especialmente nas áreas de Matemática e Física, que traz heranças de invisibilidade na historiografia das escolas públicas estaduais. Para a realização deste estudo, foram pesquisados documentos, relatórios e publicações da época em bibliotecas públicas, acompanhados de revisão bibliográfica sobre o tema. A despeito de se autodenominar como um órgão infante no período pesquisado, dentro de suas limitações, o Instituto Anísio Teixeira conseguiu expandir e consolidar a sua atuação e visibilidade na área educacional, com ênfase no analfabetismo. Foi um período em que ampliou parcerias acadêmicas e institucionais, as quais facilitaram a execução de seus trabalhos, com o apoio de corpo técnico e financeiro.

**Palavras-chave:** Instituto Anísio Teixeira. Pesquisa educacional. Matemática. Física.

## INTRODUÇÃO

No contexto dos problemas educacionais do cenário brasileiro, a visibilidade da pesquisa educacional, como potencial ferramenta de redução das desigualdades, conquistou espaços ao longo da história recente. Institucionalizada a partir da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, recebeu notoriedade na atuação do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (Inep), fundado em 1937, e mais à frente, em 1955, com a implantação dos Centros Regionais em algumas capitais do país. No trabalho de Ferreira (2006), a autora sistematiza alguns projetos desses centros, que trouxeram a proposta de gerar subsídios para decisões políticas relacionadas à educação e às mudanças da sociedade brasileira. Adiciona

ainda fatores políticos e sociais que influenciaram diretamente a organização interna de suas atividades

Essas medidas, no transcorrer do século XX, sistematizaram a organização de investigações dos mais agudos problemas ocorridos em cada época, considerando as peculiaridades regionais. No estado da Bahia, a criação desse Centro se tornou um marco referencial no mapeamento dessas demandas, com êxito em alguns projetos, até seu fechamento, em 1974 (OLIVEIRA, 1988). Após a sua extinção, a Educação Básica apresentou-se com uma lacuna; obviamente, iniciativas devem ter sido realizadas, mas não existe na Secretaria de Educação do Estado da Bahia registro de órgão responsável com essa finalidade (OLIVEIRA, 1988 apud SOUZA; ROCHA; TEIXEIRA, 2020).

Nesse contexto, trazemos o nome do professor Hildérico Pinheiro de Oliveira (1924-2000), um tanto anônimo na literatura, mas que produziu significativas iniciativas na educação baiana, em diferentes áreas, cujas contribuições no Ensino Básico abordaremos neste texto. No ano de 1947, Hildérico de Oliveira iniciou os trabalhos com Anísio Teixeira (1900-1971), no setor de construções escolares, até assumir a direção do Inep – Bahia, em 1964, quando começou a ter proximidade com outras áreas da Educação, como a pesquisa educacional. Sua formação em construção civil pela Escola Politécnica na Ufba possibilitou ampla atuação como professor, desde o ensino secundário<sup>10</sup>, no Colégio Estadual da Bahia e na Ufba, atuando em cursos como o curso de Engenharia Civil e Arquitetura, dentre outros, ao longo da sua vida, o que dinamiza seu olhar em outras vertentes da Educação e suas dificuldades.

Em 1983, através do convite de seu amigo de longa data, Edivaldo Boaventura, então Secretário de Educação (1983-1987), pôs em prática sua relevante experiência adquirida em diferentes ambientes educacionais. Esses ideais foram concretizados na criação do Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira. De acordo com Souza (2017), é

---

<sup>10</sup> Dias (2011) retrata em seu trabalho que no início do século XX, na cidade de Salvador-BA, predominavam os engenheiros no exercício do ensino de matemática nas escolas secundárias públicas e particulares, formados pela Escola Politécnica da Bahia. A partir da criação do curso de Licenciatura e Bacharelado em Matemática na Faculdade de Filosofia da Bahia, formaram-se os primeiros professores na área.

registrado que o começo de suas atividades foi pautado por dificuldades financeiras, operacionais e de pessoal; entretanto, ainda assim, conseguiu desenvolver 23 pesquisas/estudos educacionais e iniciar trabalhos de parcerias acadêmicas e institucionais para o estado da Bahia. Para além das questões internas mencionadas, nessa época havia a transição política brasileira para a Nova República, com propostas de reformas sociais (SILVA, 2007).

O Inep é um órgão de regime especial da administração centralizada, subordinado à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, com a finalidade de produção de estudos, pesquisas e experiências educacionais na promoção de melhorias do processo de ensino e aprendizagem, assim como no fornecimento de informações sobre o sistema de administração e planejamento das ações educacionais (SOUZA, 2017). Após sua fundação, continuadas pesquisas foram realizadas, identificando suas demandas. Dentre alguns trabalhos desenvolvidos, chamou-nos a atenção o Relatório da pesquisa “Subsídios ao planejamento da rede escolar de 1º grau em Salvador”, que traz a informação de que esse estudo foi solicitado por alguns órgãos da Secretaria de Educação para subsidiar a organização da rede escolar. Esse trabalho começou no ano de 1987, com a proposta de organizar a matrícula para o ano seguinte, centrada em três pontos: o levantamento da oferta da rede estadual, sua demanda e a identificação de medidas necessárias para absorção dessa demanda. Em linhas gerais, podemos ver de forma resumida, na Figura 1 e na Figura 2, os dados gerais desse levantamento, junto com a capa desse relatório respectivamente.

Figura 1 - Déficit das escolas de 1º grau em Salvador<sup>11</sup>

Setores Escolares	Situação em 1984			Nº de vagas criadas através de novas construções 85/87 (B)	Capacidade de absorção das redes em 1988 A + B	População Escolarizável em 1988	Déficit em 1988	Necessidade de construção de novas salas
	Matrículas nas redes estadual e municipal (A)	População Escolarizável	Déficit					
A - Centro	16.183	22.254	6.071	-	16.183	26.194	10.011	
B - Orla I	8.945	30.027	21.082	630	9.575	34.246	24.671	
- Orla II	14.461	29.386	14.925	1.820	16.281	39.508	23.227	
- Orla III	5.286	16.942	11.656	1.330	6.616	30.246	23.630	
- Orla IV	4.429	7.022	2.593	350	4.779	10.230	5.451	
- Mansurunga/S. Cristóvão	7.276	7.052	-224	840	8.116	9.236	1.120	
- Ipitanga	2.145	4.021	1.876	490	2.635	6.047	3.412	
- Valéria	1.447	1.867	420	280	1.727	2.308	581	
- Subúrbio I e II	31.183	41.046	9.863	2.870	34.053	55.143	21.090	3
- Cidade Baixa	24.829	27.833	3.004	-	24.829	28.813	3.984	
- São Caetano	18.717	34.023	15.306	1.680	20.397	40.248	19.851	2
- Liberdade	34.025	39.671	5.646	1.120	35.145	41.087	5.942	
- Brotas I e II	18.894	32.657	13.763	-	18.894	37.316	18.422	2
- Cabula	17.871	36.876	19.005	5.250	23.121	57.303	34.182	4
- Pau da Lima	9.090	15.580	6.490	560	9.650	23.236	13.586	1
- Castelo Branco	7.733	16.543	8.810	280	8.013	40.960	32.947	4
<b>Total do Município de Salvador</b>	<b>222.514</b>	<b>362.800</b>	<b>140.286</b>	<b>17.500</b>	<b>240.014</b>	<b>482.121</b>	<b>242.107</b>	<b>3.41</b>

FONTES: SEC/DEPSC/GEROE - Estudo de Capacitação da Rede Escolar de Salvador - 1984/85  
SEEB/CONESC  
PMS/SMDC  
Dados de 1988 elaborados pela SEEB/IAT.

Fonte: Relatório Subsídios ao planejamento da rede escolar de 1º grau em Salvador (1988).

Figura 2 - Capa do Relatório



Fonte: Relatório Subsídios ao planejamento da rede escolar de 1º grau em Salvador (1988).

Observamos que, nessa época, a administração da Secretaria não trabalhava de forma contínua no atendimento dessa demanda, pois o quadro de carências mostra a situação em 1984 na cidade de Salvador, no entanto, os dados foram tratados, através dessa pesquisa, no ano de 1988. No período mencionado, foram feitas 222.514 matrículas, entretanto, a população

<sup>11</sup> As expressões “1º grau” e “2º grau” foram substituídas, a partir da publicação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), pelos termos “Ensino Fundamental” e “Ensino Médio” respectivamente.



escolarizável era de 362.800, com déficit de vagas em 140.286. No período de 1984/1987 foram criadas 17.500 vagas e, mesmo assim, no ano de 1988, tivemos o aumento da população escolarizável para 482.121, o que gerou um déficit de 242.107 vagas na rede.

Notamos também que os dados apresentados foram obtidos por setorização da cidade de Salvador. Essa prática foi adotada para as cidades de Feira de Santana, Irecê, Itabuna e Jacobina, consistindo no zoneamento de espaços urbanos para efeito de planejamento da rede escolar. Na capital iniciou-se junto com esse projeto, pois acreditava-se que esse formato oferecia melhores condições de controle diferenciado, em razão de intervenções, organização e racionalização da oferta e demanda. Os setores escolares individualizavam as necessidades de cada área escolar. Esse trabalho era realizado, desde 1979, pelo Departamento de Ensino de 1º Grau, e após a criação do Instituto passou a ser administrado por sua equipe.

Dentre os documentos pesquisados, não foram encontrados estudos sobre vagas do 2º grau, entretanto, percebemos que, na faixa etária dessa etapa de ensino, de 15 a 17 anos, existia um trabalho com dados sobre altos índices de analfabetismo, conforme podemos ver na Figura 3.

Figura 3 - População de 15 anos ou mais por condição de alfabetização

TABELA 20 BAHIA: População de 15 anos e mais por condição de alfabetização - 1940/80					
ANO	POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS				
	TOTAL	ABSOLUTO		%	
		Alfabetizado	Nº Alfabetizado	Alfabetizado	Nº Alfabetizado
1940	2.251.684	649.755	1.601.919	28,9	71,1
1950	2.741.473	911.903	1.829.570	33,3	66,7
1960	3.289.609	1.430.566	1.859.043	43,5	56,5
1970	4.098.095	1.982.863	2.115.232	48,3	51,7
1980	5.308.383	3.047.840	2.260.543	57,5	42,6

FONTE: IBGE. Censo Demográfico da Bahia: 1940, 1960, 1970 e 1980.

Fonte: BAHIA (1990a, Tabela 20, p. 164).

Apesar da redução dos índices, em 1980 o percentual de analfabetismo desse grupo ainda era de 42,6%. Em comparação com os dados do Brasil,

apresentados na Figura 3, fica evidente o atraso da escolarização da população baiana nessa etapa de ensino (cf. Figura 4):

Figura 4 - População alfabetizável segundo região

REGIÃO	POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS		
	TOTAL	ANALFABETOS	
		Absoluto	%
Norte	3.230.798	975.799	30,2
Nordeste	20.108.467	9.365.131	46,6
Sudeste	34.359.957	5.845.690	17,0
Sul	12.257.947	2.004.238	16,4
Centro-Oeste	4.478.510	1.139.302	25,4
Brasil	74.436.482	19.330.250	26,0
Bahia	5.308.383	2.260.543	42,6

FONTE: FIBGE, Censo Demográfico, 1980.

Fonte: BAHIA (1990a, Tabela 21, p. 165).

Foram identificados dois polos opostos que merecem ampla atuação na redução de índices de analfabetismo e aumento da escolaridade baiana expostos: nas séries iniciais e na redução desses índices, numa idade mais avançada.

Esses dados foram tratados de forma mais analítica na produção do livro *Educação para Adultos na Bahia – 1972-1986*. Uma iniciativa concretizada no governo de João Durval, essa produção foi efetivada na época em que o Secretário da Educação era o Professor Edivaldo Boaventura. Conferimos a devida importância aos dados educacionais e às ações desenvolvidas na Secretaria de Educação, com acréscimo de uma importante reflexão:

Esse documento tem para a SEC um grande significado haja vista que inicia o preenchimento de uma lacuna inadmissível em um sistema de educação já bastante amplo e diversificado como o do Estado da Bahia, que é a falta de informações cumulativas, consequência de descaso geralmente demonstrado no interior dos órgãos de administração pública com o registro e a sistematização das experiências desenvolvidas nas mais diversas áreas. Tal comportamento que tem dificultado a análise crítica, a avaliação, a continuidade e o aperfeiçoamento dos serviços essenciais devido à população estar presente, sobretudo no setor educacional, onde o pouco tratado às informações relativas aos aspectos qualitativos e quantitativos referentes ao processo de planejamento e a prática pedagógica adotados nas ações e projetos desativados e/ou em execução, reduzem, geralmente, a relatórios e um rol de eventos aparentemente desconectados. (BAHIA, 1986a, p.17).

Essa informação reitera reflexões realizadas desde a criação do IAT, em que os pesquisadores expõem a ausência de dados, à descontinuidade de trabalhos e o devido tratamento de informações já coletadas para subsidiar planejamentos na Secretaria de Educação. Percebemos que, na medida em que se expandem os trabalhos, essas pesquisas se aproximam das reais demandas educacionais do Estado.

Nessa mesma gestão, foi publicado outro trabalho, sob o título de *Estudos sobre a realidade educacional da Bahia*, que vai além da carência das demandas de acesso. O mesmo enfatiza a desatualização dos dados educacionais e faz uma crítica sobre os modelos de diagnósticos que buscam o conhecimento e a realidade educacional, através destas palavras:

Utilizando indicadores quantitativos globais sobre o sistema comprometem a fixação de diretrizes e metas, na medida em que não têm o poder de captar aspectos essenciais da realidade educacional às vezes, os pontos-chaves em que necessita-se intervir visando imprimir mudanças dos rumos. E mais, a utilização de determinados indicadores chega a produzir erros de interpretação em alguns aspectos da realidade, o que faz conduzir ao estabelecimento de ações que reforçam as distorções do sistema ao invés de corrigi-las. (BAHIA, 1989a, p. 2).

Apesar da relevante atuação dos trabalhos do IAT, a partir de 1983 não foram identificados pesquisas/trabalhos voltados para o ensino do 2º grau. Acreditamos que essa “invisibilidade” decorria de dois fatores: em primeiro lugar, a função profissionalizante e terminal dessa etapa de ensino, atribuída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 5691/71; em segundo lugar, a sua tardia obrigatoriedade, implementada somente através da Emenda Constitucional nº 59/2009, o que talvez tenha eximido, em termos legais, a implantação de políticas públicas e investimentos em períodos anteriores à vigente lei, especialmente na educação pública estadual, foco desta pesquisa.

Em tempos atuais, é senso comum obter dados sobre a qualidade de ensino das instituições, e até mesmo do desempenho individual, através de ferramentas amplamente divulgadas e acessíveis. Entretanto o cerne desta pesquisa observa um período em que não existiam sistemas de avaliação da qualidade em larga escala, os quais dialogassem com os dados censitários no subsídio/auxílio de decisões educacionais. Assim, acreditamos ser necessário

fazer uma breve exposição sobre essas avaliações, no contexto dos dados pesquisados, situando-as no período analisado.

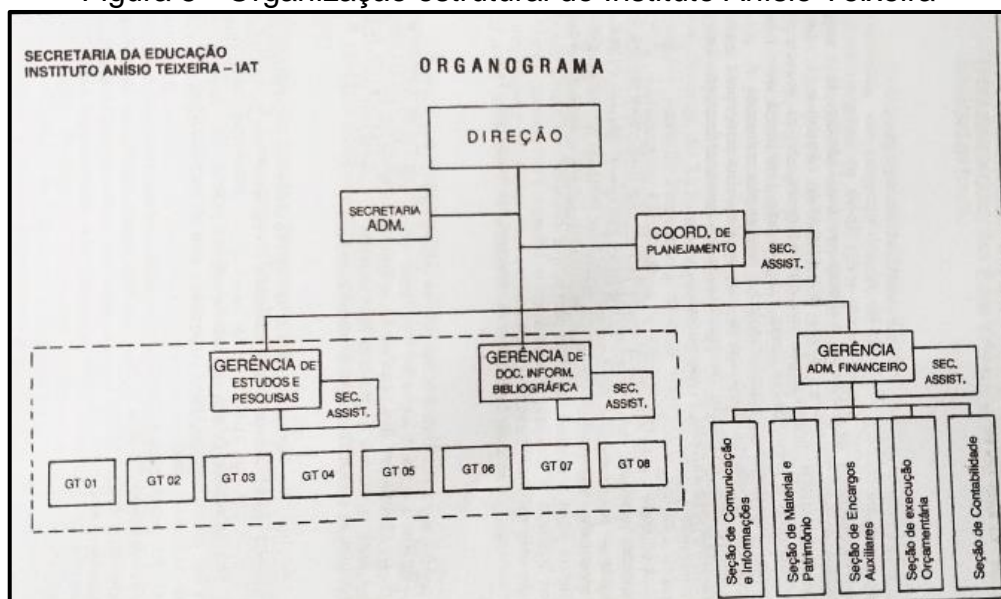
A primeira ferramenta que possibilitou uma análise de larga escala da educação foi o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), aplicado pela primeira vez em 1990, e que somente em 1995 incluiu o Ensino Médio em suas avaliações, com o objetivo de fornecer diretrizes para um aumento da eficácia das medidas governamentais que avaliavam o conhecimento nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) concentrou indicadores da qualidade do ensino por município e por escola, com o objetivo de auxiliar políticas educacionais e investimentos públicos. Além disso, temos a avaliação individual para ingresso em nível superior, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), desde 1998, o qual se tornou uma ferramenta de referência em avaliação. Esta breve exposição evidencia a carência de ferramentas que pudessem medir índices em larga escala da qualidade educacional.

Diante dos dados apresentados, este trabalho pretende analisar os trabalhos produzidos pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT) e identificar os estudos e pesquisas educacionais para o 2º grau, na rede pública de ensino, especialmente nas áreas de Matemática e Física. Para a realização desta investigação, foram consultados documentos da biblioteca do Instituto Anísio Teixeira, da Faculdade de Educação da Ufba, além de se efetuar a revisão de literatura sobre o tema. O trabalho foi dividido em seções, explicitadas como segue: na primeira seção, é apresentada a ampliação do Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira (IAT). Posteriormente, na segunda seção, são mostradas as suas principais dificuldades de operacionalização quanto às funções regimentais no período de 1987-1990. Em seguida, na terceira seção, é abordado o Plano Decenal da Educação (Plandeba), expondo-se também as expectativas do IAT, suas pesquisas, estudos executados e o seu papel na expansão dos debates educacionais baianos.

## 1 AMPLIAÇÃO DO INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E CULTURA ANÍSIO TEIXEIRA

A segunda gestão do Instituto Anísio Teixeira (IAT) ficou sob a direção da professora Maria José de Oliveira Palmeira, que atuou desde a sua fundação na equipe do professor Hildérico, com relevante participação nas primeiras pesquisas e estudos desenvolvidos pelo Instituto. Nesse período, os documentos acrescentam que os problemas foram recorrentes, desde a sua fundação, mas adicionaram melhorias em seus trabalhos, através da análise do seu desempenho institucional. A despeito de ter se autodenominado um órgão infante, com fatores que ainda contribuem para essa situação, a exemplo da inexistência de um quadro de técnicos e, acima de tudo, pelos limitados recursos financeiros de que dispôs, conseguiu prosseguir com sua proposta institucional de estudo, pesquisa e experiência na área da Educação, a qual disponibilizasse aos distintos órgãos da Secretaria de Educação dados e informações sistematizados, indispensáveis ao planejamento e à execução de suas atividades. Nesse período, organizou-se da seguinte forma, como podemos ver na Figura 5.

Figura 5 - Organização estrutural do Instituto Anísio Teixeira



Fonte: BAHIA (1990b, p. 05).

No organograma, percebemos a continuidade das atividades iniciais aplicadas na sua fundação, como é o caso da Gerência de Documentação e

Informação Bibliográfica, idealizada para a criação de um acervo bibliográfico e documental para a comunidade de pesquisadores e educadores da sociedade baiana. A fim de operacionalizar a sua proposta institucional já iniciada e implementar novas funções regimentais, gradativamente, constituiu o seu pequeno quadro de técnicos recrutados entre os funcionários da Secretaria de Educação e outros órgãos públicos. Dentro dessas dificuldades que atrasavam o trabalho, identificaram-se duas estratégias para melhorar a qualificação técnica dos profissionais: a primeira foi a implementação de facilidades internas à conclusão e realização de cursos de pós-graduação (*stricto* e *lato sensu*), enquanto a segunda foi a atualização ou o treinamento em serviço.

Na medida em que havia oportunidade, os profissionais tinham acesso à primeira ação de qualificação profissional, ao passo que a segunda foi realizada através de treinamento em serviço, programado do modo explicitado a seguir. No ano de 1987, o curso de Metodologia da Pesquisa, com os professores Robert Verhine e Solon Fontes; em 1988, o curso Abordagens Qualitativas e Quantitativas, com o professor Ubiratan de Castro Souza; em 1989, o curso de Filosofia e Lógica, com o professor Fernando Antônio Lopes Rego e com o professor João Carlos da Silva; e finalmente, em 1990, ocorreram sessões semanais de estudos e discussões de temas ligados aos trabalhos em execução.

É identificado que seus trabalhos priorizaram, nessa época, a democratização do acesso e a melhoria da qualidade do ensino na escola pública, assim como sua gestão democrática. Para atender a esses objetivos, investiu-se na operacionalização de suas três funções regimentais: 1) Produção de estudos, Pesquisas e Experiências; 2) Fomento à investigação científica nas universidades estaduais e unidades escolares; 3) Divulgação do conhecimento produzido pelos órgãos/instituições da Secretaria, particularmente nas unidades escolares.

Assim, a fim de satisfazer as prioridades estabelecidas juntamente com os departamentos-fins da Secretaria de Educação, foram definidas três linhas de pesquisa que permitissem cobrir áreas relacionadas aos problemas educacionais: Planejamento e administração da educação, Pedagogia, e

Economia e financiamento da educação, tendo sido, mais tarde, realizado um reagrupamento com as seguintes denominações e conteúdos:

**Planejamento, financiamento e administração da educação:**

Estudos que visam subsidiar decisões relacionadas à educação, tais como: diagnóstico da capacidade física da rede escolar, oferta de matrículas e demanda nos diferentes graus, avaliação dos programas e projetos educacionais; investigação de aspectos relativos a custeio, e manutenção do sistema de ensino, financiamentos e gastos com a educação etc...

**Pedagogia:** Investigação de aspectos relacionados à operacionalização do princípio de melhoria da escola pública e de boa qualidade, a exemplo da análise e proposição de conteúdos curriculares, tecnologia educacional, problemas de aquisição da linguagem e da escrita, da alfabetização, da educação matemática e ambiental, das Ciências e dos Estudos Sociais etc.

**Processos Políticos, Filosofia e Legislação da Educação:** estudo dos planos setoriais de educação nas esferas Federal, Estadual e Municipal em suas bases filosóficas e políticas; proposição de diretrizes políticas para programas e projetos da SEEB; reconstituição das propostas educacionais, suas limitações socioeconômicas, políticas e diretrizes técnico pedagógicas; estudo de grandes educadores; contextualizando suas propostas pedagógicas; legislação educacional etc. (BAHIA, 1990b, p. 08).

Essa execução abrange a necessidade de mapeamento e análise da realidade educacional em importantes aspectos: quanto à democratização, ao acesso, ao avanço da qualidade do ensino, na escola pública, dentre outros aspectos, com retroalimentação do sistema da administração e planejamento da Secretaria de Educação no processo ensino/aprendizagem. Nesse período, houve também ampliação da sua proposta inicial, que foram estudos e pesquisas contemplando a democratização, o acesso e a qualidade do ensino e gestão das unidades escolares.

Além disso, foram implantados mais dois projetos: “Fomento à investigação científica nas universidades e escolas estaduais” e “Divulgação da produção científica em educação”. No primeiro, foram incentivadas iniciativas de instituições de ensino superior e de pesquisadores interessados na investigação de temas que atendiam às necessidades da educação, com o objetivo precípuo de fomento à realização de experiências inovadoras em Educação, nas unidades escolares de 1º e 2º graus, em articulação com outras instituições e universidades locais. Já no segundo projeto a preocupação esteve voltada para a divulgação, a qual foi fortalecida através da socialização dos resultados realizados/apoiados pelo IAT, via editoração e divulgação de revistas especializadas nas unidades escolares de 1º, 2º e 3º graus. Esse

projeto visou ainda à contemplação de simpósios, seminários e encontros nas escolas e superintendências regionais, em parceria com universidades locais, propiciando um importante momento de reflexão coletiva sobre os diagnósticos educacionais.

## **2 DIFICULDADES DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES REGIMENTAIS DO IAT ENTRE 1987-1990**

Nos documentos pesquisados do IAT, é apontada a continuidade de dificuldades financeiras na execução das pesquisas educacionais. A sua insuficiente destinação de recursos, diferentemente do orçamento programado, faz constatar que o instituto “padeceu” quatro anos com atrasos do fluxo dos seus trabalhos. A impossibilidade de contratação de serviços técnicos especializados, como consultores, a fim de coordenar alguns trabalhos desenvolvidos e programados, transformou-se em um dos mais notáveis prejuízos das atividades do IAT.

Ora, as figuras a seguir ilustram uma síntese sobre a escassez de recursos financeiros durante esse período, mostrando que a pesquisa educacional representa sempre menos que 1% do total da despesa concretizada pela Secretaria de Educação no período, ficando ressaltado, na Figura 6, que o total de despesas em pesquisa educacional, na época, teve uma variação de 0,03% a 0,05%. Na sequência, na Figura 7, temos uma síntese da articulação entre a despesa programada e a despesa realizada com a pesquisa educacional, no mesmo período de 1987-1990.



Figura 6 - Despesa com pesquisa educacional

**QUADRO Nº I**  
DESPESAS DO ESTADO DA BAHIA COM PESQUISA EDUCACIONAL EM RELAÇÃO AS DESPESAS COM O CONJUNTO DA EDUCAÇÃO ESTADUAL.

PERÍODO: 1987 - 1990

Ano	Total da despesa realizada pela SEEB	Total da despesa com Pesquisa educacional(3)	%
1987(1)	Cz\$ 10.876.901.597,00	Cz\$ 3.705.201,00	0,03
1988(1)	Cz\$ 67.428.171.000,00	Cz\$ 23.567.880,00	0,03
1989(2)	Cz\$ 632.191.954,52	Cz\$ 350.516,00	0,05
1990(2)	Cz\$ 27.471.389.827,00	Cz\$ 8.515.296,90	0,03

FONTE: (1) Governo do Estado da Bahia, Secretaria da Fazenda, Inspetoria Geral de Finanças - Balanços Gerais do Estado.  
(2) Governo do Estado da Bahia, Secretaria de Educação - Inspetoria Setorial de Finanças - ISF/SEEB.  
(3) Demonstrativos de execução Orçamentária e Financeira do IAT/SEEB do mês de dezembro. Anos de 1987 a 1990.

Fonte: BAHIA (1990b, p. 11).

A Figura 7 demonstra as três funções regimentais já citadas anteriormente e revela que a função um, sobre o Desenvolvimento de estudos e experiências educacionais, e a função dois, Fomento à investigação científica, tiveram um significativo decréscimo de investimentos, o qual representou a redução dos investimentos nessa área.

Figura 7 - Despesa programada x despesa realizada

**QUADRO Nº II**  
DESPEZA PROGRAMADA E DESPEZA REALIZADA COM A PESQUISA EDUCACIONAL MANTIDA PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SEEB  
INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCAÇÃO  
A NÍSIO TEIXEIRA - IAT (1987 / 1990)

A N O	PROJETOS						ATIVIDADE	
	Desenvolvimento de Estudos, Pesquisas e Experiências Educacionais		Divulgação da Produção Científica em Educação		Fomento à Investigação Científica nas Universidades e Unidades Escolares		Manutenção do IAT	
	Programado %	Recebido e Executado %	Programado %	Recebido e Executado %	Programado %	Recebido e Executado %	Programado %	Recebido e %
1987	100	68,95	100	82,31	100	49,55	100,0	51,99
1988	100	93,54	100	39,87	100	2,00	100,0	39,68
1989	100	2,32	100	44,14	100	3,49	100,0	46,91
1990	100	24,81	100		100		100,0	

FONTE: Demonstrativos de execução Orçamentária e Financeira do IAT/SEEB do mês de dezembro - anos de 1987 a 1990.  
● Programado: Dotação orçamentária final. Durante o exercício são realizadas anulações ou créditos suplementares que alteram o valor inicial.  
● Recebido e Executado: Despesas empenhadas até o final do exercício, após o repasse de recursos pela ASPLAN / SEEB.

Fonte: BAHIA (1990b, p. 12).

A Figura 7 contempla um panorama das receitas programadas e o que efetivamente foi recebido para execução das suas atividades, ficando evidente o quanto o seu funcionamento foi uma árdua tarefa de resistência institucional. Sobre os trabalhos que conseguiu concretizar e ainda em cumprimento do seu ideário institucional de promover, dentro das condições disponibilizadas, as etapas programadas, foi intensificada nos anos finais dessa gestão a divulgação como estratégia que pudesse assegurar a

[s]ocialização do que foi produzido e evitar que a mudança de governo, associada à desastrosa prática de ignorar-se a produção passada, fizesse com que esses estudos permanecessem nas prateleiras das bibliotecas, ou pior ainda, não saíssem do Instituto, ficando as escolas sem os conhecerem e refletirem sobre seus resultados. (BAHIA, 1990b, p. 11).

Essa preocupação mostrou o devido trato que deve ser dado aos dados coletados e a importância de continuidade das atividades iniciadas. Ainda, ratifica as dificuldades de captação de recursos humanos habilitados para a tarefa de estudos e pesquisas para a qual se propunha, somadas à insuficiência financeira. Entretanto em seu documento final, faz uma análise sobre essa delicada situação, concluindo que, além das condições de trabalho limitadas em razão das dificuldades já mencionadas, o corte orçamentário para o deslocamento às escolas nas quais fazia a pesquisa *in loco* também contribuiu para a perda de uma importante e privilegiada estratégia de melhoria da qualidade do ensino e reciclagem em serviço dos professores.

Em razão disso, alguns projetos da área de Pedagogia, que eram realizados nas escolas, resistiram por um tempo, por força e iniciativa de manutenção de alguns técnicos do IAT, docentes, Universidades e outras instituições. Dentre alguns que foram desativados, temos o Projeto Educação Matemática, desenvolvido pela professora Martha Dantas na Escola Parque, em 1987 e 1988; e Conteúdos curriculares para o 1º grau (1º a 4º séries) em Estudos Sociais e Matemáticos, implementado sob a coordenação das professoras Maria Antonieta de Campos Tourinho (IAT) e Tania Zacarias (Ufba). Nas escolas Lomanto Júnior e Colégio Rotary, algumas atividades conseguiram sobreviver até 1990 com muitas dificuldades, sem, contudo, atingir os seus objetivos (BAHIA, 1990b, p. 11).

### **3 O PLANO DECENAL DA EDUCAÇÃO (PLANDEBA)**

Em fins de 1989, os esforços do Instituto estavam concentrados na divulgação e socialização dos trabalhos promovidos nas unidades escolares e comunidade educacional, contudo, foi solicitado pela comissão de coordenação a elaboração do Plano Decenal da Educação (Plandeba), a fim de sediar os trabalhos de sua elaboração. A realização dessa atividade constituía, para o IAT, uma proposta inusitada e desafiadora frente às dificuldades financeiras e de pessoal enfrentadas em sua breve existência. Todavia diante da importância desse projeto para a comunidade educacional baiana, o IAT assumiu a tarefa, sem abrir mão do planejamento de suas atividades, que nesse momento consistiam na divulgação dos dados. De acordo com Silva (2007), a iniciativa foi considerada como uma mobilização pró-mudanças da educação em face da participação de diversos setores.

Em face do contexto histórico, a elaboração do Plandeba pela equipe do Instituto representou uma enorme sobrecarga, no entanto, entre seus aspectos positivos, permitiu-lhe consolidar a linha de pesquisa Planejamento, financiamento e administração da educação; fortalecer a linha de pesquisa de Pedagogia, produzindo estudos com diagnósticos e identificação das maiores necessidades dessa linha e alternativas para os problemas identificados; viabilizar a integração com o órgão responsável pelas estatísticas, em que estava com o trabalho represado há mais de dois anos; aglutinar esforços de educadores de várias instituições para organização da I Conferência Baiana de Educação, na qual a Secretaria de Educação promoveu um espaço livre de discussão dos temas educacionais; e, definitivamente, assegurar o espaço técnico científico do IAT na comunidade educacional baiana e – o que parece inverossímil – na organização administrativa da própria Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

Quanto aos funcionários do estado da Bahia que atuavam no Instituto, é colocado que a política salarial vigente na época desprestigiava as funções da Educação, sem a complementação salarial para esses trabalhos. Isso se estendia também aos órgãos financiadores de pesquisa (CNPq, Inep, Capes, Finep), que observavam como item não financiável a complementação salarial que acarretou, no decorrer do tempo, a insatisfação de seus colaboradores.

Como consequência, os recursos humanos mais qualificados migravam gradativamente para outras áreas, e quando ainda permaneciam na Educação, iam para as universidades.

Com efeito, o Plandeba faz uma análise indicando que aqueles que permanecem prosseguem insistindo na proposição de novos temas e projetos para financiamento externo/interno, sem muitas perspectivas profissionais, descontinuando os trabalhos já iniciados pelo Instituto. Todo esse cenário dificulta a contratação de outros especialistas que poderiam ajudar nas pesquisas educacionais, como antropólogos, economistas, estatísticos, advogados e até mesmo pedagogos, sociólogos, biólogos, que são da área – estes profissionais começam a migrar para outros campos que oferecem melhores condições de trabalho e retorno financeiro.

Sobre o segundo objetivo desta pesquisa, o documento elaborado pelo Plandeba traz, dentre outros problemas educacionais, uma forte reflexão sobre o ensino do 2º grau.

Reflexões de educadores denunciam que o ensino médio continua ocupando, na estrutura da educação brasileira, a incômoda posição ou de hífen – como ponto de passagem e elo entre educação básica e superior – ou de ponte entre a educação e o mercado de trabalho, como momentos ou coisas distintas. Fazer a travessia continuam as reflexões, tem sido como principal obstáculo do nunca superado dilema – entre ser teoria ou prática, cunho mais acadêmico ou mais técnico, educação geral ou formação especial, que esse grau de ensino tem sofrido tanto no nível do pensamento pedagógico quanto na condução de iniciativas específicas. A especificidade tende a ser buscada pela articulação entre Ciência e trabalho, retirando o movimento pendular, que tem caracterizado o ensino médio nacional, entre a ciência (ensino propedêutico) e o mercado de trabalho (ensino profissionalizante) e buscando o “domínio do saber tecnológico” e a mais plena “compreensão das relações de produção”. (BAHIA, 1990a, p. 61-62).

Apesar dessa reflexão sobre a invisibilidade dessa etapa de ensino, o documento não aborda medidas contundentes sobre as suas demandas e não apresenta a atenção que se deve dar ao âmbito de estudos e pesquisas educacionais. Os aspectos citados acima são colaborados pela análise da autora Silva (2007), que reconhece a importância do Plandeba para o estado da Bahia. Entretanto destaca que esse parecer dispenderá grandes esforços para mudar o perfil quantitativo e de qualidade da rede pública de ensino em dez anos.

#### **4 EXPECTATIVAS PARA O INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA (IAT)**

Em reconhecimento de sua importância para a educação baiana, o IAT fez uma projeção de melhoria do atendimento ao sistema público de ensino e, dentro dessa expectativa, considerou as recomendações feitas no Plano Decenal da Educação para os próximos dez anos. Esse documento, como já mencionado, foi elaborado pela equipe do IAT e, dentre outras recomendações, projeta ênfase na produção de estudos voltados para as alterações curriculares do Ensino Fundamental e na alfabetização de crianças, jovens e adultos, pois concebe essa área como prioridade, dentre tantos problemas educacionais da época.

Para amenizar esse cenário, a equipe do Instituto previu, como próximas ações, uma estreita relação de articulação interna com órgãos responsáveis pelo currículo escolar no desenvolvimento de recursos humanos das universidades estaduais e outras instituições formadoras do 3º grau, instituições públicas e privadas que trabalhem com pesquisa educacional. Algumas articulações interinstitucionais foram realizadas através da formação de convênios de captação financeira com o Inep, Unicef, CNPq, MEC, como também se buscou, por ocasião das atividades efetuadas no Plandeba, recursos humanos com capacitação multidisciplinar para atendimento de suas demandas.

Além disso, o Instituto trocou informações e desenvolveu cooperação técnica com instituições como Unicef, Ufba, Mestrado em Educação na Faced, Fundação Joaquim Nabuco, universidades estaduais, Escola Técnica Federal da Bahia, entre outras. Essas estratégias asseguraram a sobrevivência de seus trabalhos nesse quadriênio, mas não a sua atuação como órgão responsável, pois, se tivesse com posse de todos os recursos, poderia ter desenvolvido ações mais favoráveis ao processo de ensino/aprendizagem.

Nessa época, a gestão do Instituto acreditou que deveria revisar junto à Secretaria de Educação sua independência financeira, conferida como órgão em regime especial da administração centralizada, criado pela Lei Delegada nº 67, de 1º de junho de 1983. Outro ponto também refletido como prioridade por sua equipe condiz com a abreviação do processo de municipalização da educação, pois acreditava-se que essa regionalização trataria os problemas de

forma direcionada. Fato que somente foi concretizado mais à frente pelo Decreto nº 7254/98, que afirma que a descentralização e a municipalização do ensino devem ser consideradas também como prioridades educacionais para o próximo planejamento, uma vez que essa regionalização tratará os problemas educacionais de forma direcionada, além de melhor contribuir com a administração de recursos financeiros.

Sobre os problemas educacionais condizentes ao processo de municipalização e divisão de responsabilidades entre Estado e Município, Luiz Navarro de Brito (2007) mencionou em suas análises que o processo de municipalização se arrasta por muitos anos sem efetivá-las de fato, e que merece um planejamento a médio e longo prazo, condizentes com a sua abrangência de atuação.

## 5 AS PESQUISAS E ESTUDOS REALIZADOS NO IAT

Nesta parte do trabalho, consideraremos as informações do relatório final de 1987/1990, que mostra sinteticamente as pesquisas e estudos realizados na sua gestão. Na tabela abaixo, resumiremos essa abrangência e apresentaremos alguns desses trabalhos nos parágrafos seguintes.

Tabela 1 - Produções do Instituto Anísio Teixeira

Função	Linhas de pesquisa		
	1	2	3
Produção de estudos, pesquisas e experiências educacionais.	14	8	5
Fomento à investigação científica nas universidades locais e escolas estaduais	-	10	1
Divulgação da produção científica em educação	Revistas <i>Estudos IAT</i> – 10 <i>Cadernos IAT</i> – 9		

Fonte: BAHIA (1990b).

Como mencionado anteriormente, essa organização foi definida pelo Instituto em três funções regimentais: 1) Produção de estudos, pesquisas e experiências; 2) Fomento à investigação científica nas universidades estaduais e unidades escolares; e 3) Divulgação do conhecimento produzido pelos órgãos/instituição da Secretaria. Estas se dividiram em três linhas de pesquisa:

1 – Planejamento, Financiamento e Administração da Educação; 2 – Pedagogia; e 3 – Processos Políticos e Legislação da Educação.

### 5.1 FUNÇÃO, PRODUÇÃO DE ESTUDOS, PESQUISAS E EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS

Na primeira função, Produção de estudos, pesquisas e experiências educacionais, foram efetivados 27 trabalhos, com abrangência nas três linhas de pesquisa. Na linha 1, “Planejamento, Financiamento e Administração da Educação”, foram executados os seguintes trabalhos: “Sistema Conselho Estadual de Saúde (CES) na Bahia: Subsídios para uma tomada de decisão (em articulação com o DEC/Seeb)”, em que se objetivou subsidiar a Seeb, quanto à continuidade ou redirecionamento das unidades de ensino no Sistema CES; “Diagnósticos do Projeto de Saúde Escolar”, onde foi verificado o projeto de saúde escolar, com o propósito de avaliar o seu funcionamento; e “Estudo preliminar sobre analfabetismo na administração pública estadual” (em articulação com a Fundesp/Saeb e NDRH/Seeb), no qual foram identificadas e analisadas as condições de alfabetização do servidor público estadual, visando a subsidiar programas de alfabetização e pós-alfabetização, na perspectiva de resgatar a participação do servidor na sociedade, enquanto profissional e cidadão. É importante destacar que seus resultados foram apresentados envolvendo toda a administração estadual centralizada.

Nesta perspectiva, foi feito um diagnóstico das escolas agrotécnicas para uma proposta de revitalização e recuperação dessas unidades de ensino, sob o nome de “Quadro geral e proposta de reestruturação do ensino agrotécnico”. Na região metropolitana de Salvador, houve o trabalho “Escolas Comunitárias”, que foi um estudo realizado para definição de políticas de articulação com essas escolas. Posteriormente, foi acrescentado também um estudo das cooperativas escolares, o qual trouxe um diagnóstico dessas unidades mantidas pela Secretaria de Educação, objetivando contribuir nas decisões acerca desse programa. Nessa época, foi implementado um estudo *in loco*, visando a subsidiar a decisão de renovação do convênio entre a Secretaria de Educação e a Fundação Emílio Odebrecht, desenvolvido na

Serra da Pipoca, sobre o “Projeto Serra da Pipoca: diagnóstico incluindo estudos de custo/aluno e recurso financeiros”.

Em função de alunos excedentes das escolas públicas, foi realizado um trabalho que apresenta algumas considerações sobre bolsas de estudos para absorção desses alunos, como mecanismo de colaboração entre a Secretaria de Educação e as escolas particulares, sob o título “Algumas considerações sobre bolsas de estudos e convênios em escolas particulares como recursos ao atendimento indireto de alunos excedentes”. Foi igualmente promovido um estudo sobre a oferta e a demanda da capacidade física da rede escolar do Estado, em todos os municípios, bem como sua condição de funcionamento com sugestão de medidas, dentre elas a ampliação de vagas na rede escolar de 1º e 2º graus, com o seguinte título: “Ações preparatórias para o planejamento da rede escolar do Estado da Bahia”.

Foi efetuado o trabalho “Estudos de contexto socioeconômicos e educacional do Estado da Bahia”, que propunha compreender a caracterização da economia baiana, o qual foi inicialmente denominado “Inventário da produção científica em economia e população 1982/1987”, interrompido devido à falta de recursos humanos para sua execução. Foi preparado também um documento preliminar, contendo princípios norteadores, com diretrizes políticas, prioridades básicas, metas e estratégias de ação para elaboração do Plano Decenal de Educação 1987/1991. Em atendimento a um dos maiores problemas da época, procedeu-se a um “Estudo exploratório sobre possibilidade de ampliação dos recursos para escola pública, através do salário-educação”, que foi a sistematização de dados para a ampliação de recursos para a escola pública e, por último, a “Realização de estudos subsidiadores à elaboração do Plano Decenal da Educação (Plandeba)”, com uma ampla atuação em diversas áreas educacionais.

Na Linha Pedagogia dessa função regimental, foram realizados oito trabalhos. O primeiro, “Análise e Experimentação de Propostas e Conteúdos Curriculares para a formação de professores de 1ª a 4ª séries, área de Estudos Sociais”, parcialmente financiado pelo Inep, foi uma experiência concretizada no colégio Lomanto Junior e na Escola Rotary, visando a produzir alterações qualitativas no ensino de Estudos Sociais do 1º grau, via proposta de modificação curricular de formação docente.



O segundo, “Análise do ensino da disciplina Estudos Sociais no 1º grau: estudo de caso em escolas públicas da área urbana”, objetivou a apresentação de propostas de melhoria dessa área, nas escolas da rede pública, tendo sido produzidos três artigos: 1) “O ensino de Estudos Sociais no 1º grau; a perspectiva técnica pedagógica segundo diretrizes da Gecin/Seeb”; 2) “Estudos Sociais na escola pública de 1º grau: a perspectiva do legislador”; e 3) “Estudos Sociais no ensino de 1º grau de 1ª a 4ª série, algumas características da prática docente em escolas públicas estaduais de Salvador”.

O terceiro, denominado “Estudos para subsidiar a elaboração de mapas didáticos do Estado da Bahia”, objetivou melhorar a qualidade do ensino de Estudos Sociais e amenizar as dificuldades de professores e alunos na utilização e interpretação de mapas. O quarto, “Diagnóstico do ensino de Química na rede pública estadual”, desenvolvido nos colégios Severino Vieira, João Florêncio e José Freitas Mascarenhas, almejou identificar a situação da disciplina Química nos cursos profissionalizantes e acadêmicos das escolas de 2º grau da rede estadual. Pela primeira vez, nos documentos pesquisados, é citada uma inicial preocupação com o ensino de disciplinas do 2º grau nas escolas públicas, ainda com a premissa de “[...] identificar a situação da disciplina Química nos cursos profissionalizantes e acadêmicos das escolas de 2º grau da rede pública estadual” (BAHIA, 1990a, p. 29), o que mostra a autonomia das escolas e dos professores na gestão de seus trabalhos.

O quinto, intitulado “Análise da proposta de diretrizes curriculares para o 1º grau”, estava direcionado à republicação das diretrizes curriculares. O sexto, “Estudos curriculares sobre educação ambiental”, consistia em uma proposta para introdução da variável ambiental no currículo escolar, com sugestão de alterar o currículo vigente. O sétimo trabalho, “Revisão dos resultados da pesquisa Classe-Piloto do Colégio Estadual da Bahia – uma vivência pedagógica dos anos 60”, de autoria da professora Leda Jesuíno dos Santos, foi uma experiência do Ceciba – Centro de Ensino de Ciências da Bahia – em que traça um histórico, enumera seus elementos, seus participantes e sua filosofia educacional.

Por último, temos “Os meios de comunicação de massa para a educação e seu uso na escola” (financiado parcialmente pelo Inep), uma experiência que pretendeu verificar até que ponto os meios de comunicação de

massa podem ser aproveitados pela escola, na divulgação institucional ou comunicação de conteúdos, tendo sido realizada nas escolas Mario Costa Neto e Manoel Devoto, utilizando-se jornal para divulgação dos conteúdos. Foi interrompido, devido à saída da coordenadora das atividades do IAT.

Na Linha 3, Processos Políticos e Legislação da Educação, foram executados quatro projetos, assim denominados: “Retomada da análise das experiências educacionais da Bahia”, em que foram retomados registros históricos, memória e experiências educativas já efetuadas na Bahia na década de 1960; “Revisão do Segundo Ementário da Legislação Baiana em Educação”, o qual dá continuidade ao primeiro volume já publicado pelo Instituto, relativo ao período republicano (1889-1983); “Estudo bibliográfico sobre educadores baianos”, com uma revisão da sistematização de informações sobre Anísio Teixeira, Isaías Alves, Luiz Navarro de Britto, visando a analisar a ação de educadores baianos na história; “Estudos e análise visando à elaboração de propostas à Constituinte Baiana” – Educação, no qual foi elaborada uma coletânea, em versão preliminar, com onze textos subsidiadores aos trabalhos da Assembleia, ao Fórum da sociedade civil, ao Fórum Navarro de Britto e à Comissão dos Notáveis; e o último trabalho, “Estudos subsidiadores à criação da Fundação Anísio Teixeira”, na comissão especial (Portaria nº 2376, D.O. 06/04/89), que efetivou um levantamento da documentação e material sobre Anísio Teixeira, com vistas à elaboração de dois catálogos para produção e editoração do número especial dos *Cadernos IAT*, com textos de vários autores sobre a obra de Anísio Teixeira, com atividades que envolvem seminário, comemorações de criação da Fundação e elaboração, com o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb), de um vídeo e programa de TV, contendo resultados da pesquisa executada pelo IAT, em Caetité.

## 5.2 FOMENTO À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA NAS UNIVERSIDADES LOCAIS E ESCOLAS ESTADUAIS

Na linha de Pedagogia, foram desenvolvidos dez trabalhos: o primeiro, com o título “Experiência aplicando os princípios da Educação Científica”,

consistiu em uma experiência realizada no Centro Integrado de Educação Anísio Teixeira (Cieat), envolvendo professores e alunos do 1º grau e pré-escola, visando a desenvolver no educador a percepção, através de um processo de autovivência; o segundo, “Criação literária em unidades escolares (oficina de criação literária)”, foi uma experiência também efetuada no Centro Integrado de Educação Anísio Teixeira (Cietat), com alunos da 1ª a 5ª séries do 1º grau, pretendendo avaliar a aplicabilidade do estado poético da linguagem no ensino público, mobilizar o potencial criador do estudante em relação à matéria verbal e estimular a produção de textos poéticos.

O terceiro projeto, “Integração dos alunos de 1º grau ao Bairro onde vivem (em articulação com a Ufba)”, foi uma experiência promovida no colégio Euclides de Matos, no Rio Vermelho, com alunos do 1º grau, objetivando reconstruir a recuperação da memória do bairro Rio Vermelho. O quarto, “Subsídios substantivos para o Ensino da Matemática – Etapa I (em articulação com a Uefs)”, objetivou repensar o conteúdo substantivo de Matemática para o ensino de 1º e 2º graus, de forma histórico-crítica, por meio da elaboração de textos didáticos de Matemática, com ênfase em aspectos históricos e sociais de tal conhecimento, tendo sido concluída somente a 1ª etapa. O quinto, “O ensino de Matemática da 5ª a 8ª séries do 1º grau (em articulação com a Ufba)”, foi uma experiência realizada na Escola Parque – Escola Classe I, II, III e IV, com o objetivo de reciclar professores sobre o ensino de Matemática e com a utilização de um novo método do processo de ensino/aprendizagem, intitulado “Entre a exposição e a descoberta”, de autoria de Martha Dantas.

O sexto trabalho foi denominado “Elaboração de material didático/científico em Geografia na Bahia (em articulação com a Uesb)”; o sétimo, “A aquisição da Fonologia em português (em articulação com a Ufba)”, instituiu-se uma pesquisa para conhecer o diagnóstico maturacional de crianças para fins de remediação terapêutica e/ou de encaminhamento psicopedagógico. O oitavo trabalho, “Estudo da relação entre jogos”, foi um estudo voltado para a criatividade na aprendizagem da leitura e escrita das crianças de classes populares (em articulação com a Ufba), uma experiência concretizada na Escola Parque – Classe II, com alunos e professores da 1ª série. O penúltimo, “Análise e experimentação de propostas e conteúdos curriculares para a formação de professores da 1ª a 4ª séries do 1º grau – área

de Ciências e Matemática (em articulação com a Ufba)”, aconteceu no colégio Lomanto Junior e Escola Rotary com os professores, com o objetivo de produzir alterações qualitativas no ensino de Ciências e Matemática no 1º grau, via proposta de reformulação curricular no curso de formação de professores, ação interrompida em 1990. Finalmente, o último trabalho dessa linha, “Compreensão e expectativas do falante em relação ao ensino de língua materna”, pretendeu investigar o ensino de língua portuguesa, a teoria linguística e a percepção do falante, mas também foi interrompido.

Na linha 3, Processos Políticos e legislação da educação, foi implementada uma proposta de recuperação da memória da educação na Bahia sobre o educador baiano Anísio Teixeira, com a sistematização de estudos, além de se iniciar no IAT a constituição de um acervo sobre sua vida e obra, com ampla divulgação nas escolas públicas de 1º e 2º graus.

### 5.3 FUNÇÃO: DIVULGAÇÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM EDUCAÇÃO

Como proposto desde o início dessa etapa, a importância da divulgação das suas pesquisas foi enfatizada através da produção e divulgação de 10 números da *Revista Estudos IAT*, lançada em 1987, e dos *Cadernos IAT*, com 9 números, publicados em 1988, com tiragem de 2.000 exemplares cada, divulgados e distribuídos nas escolas, órgãos da Secretaria de Educação e outras instituições.

Em análise do material divulgado nos estudos IAT e atendendo ao objetivo desta pesquisa, na identificação de contribuições para o ensino de 2º grau, percebemos que suas divulgações se constituíram nos três pilares da educação baiana, confirmados pelos trabalhos efetivados desde a criação do IAT, em 1983: o analfabetismo, a repetência e os professores leigos. Nesse ínterim, poucas produções trazem reflexões sobre o contexto do 2º grau na rede pública. Dentre elas, podemos citar os seguintes títulos: “Matemática moderna na escola secundária: uma análise crítica”, de Martha Maria de Souza Dantas; e “Estudos Sociais na escola de 1º e 2º graus: a perspectiva do legislador Solon Santana Fontes”. Na edição nº 4 dos *Estudos IAT*, de

Matemática, a professora Martha Maria de Souza Dantas, na apresentação do trabalho, faz uma reflexão sobre o contexto da época:

A vertiginosa ascensão da ciência e da tecnologia exigem mudanças constantes no ensino de matemática quanto aos conteúdos a serem ministrados e aos métodos que é preciso aplicar. Em matemática pode-se preparar os alunos para as mudanças dando-lhes uma formação que lhes permita enfrentar sozinhos as tarefas futuras, utilizando instrumentos apropriados. Para isso é preciso contar com professores bem formados e atualizados. **A dificuldade de promover cursos de atualização pode ser compensada, em parte, por publicações que apresentem aos professores as novas propostas de conteúdos a introduzir ou de métodos a serem aplicados, que não lhes foram dados durante seus estudos.** (BAHIA, 1989b, p. 243, grifo nosso).

A citação acima reafirma que o Instituto estava no início de seus trabalhos, com escasso apoio ao professor e às unidades escolares. Além disso, acreditava-se que as publicações de seus trabalhos, distribuídos nos ambientes educacionais, alcançassem aquele professor na sua tarefa em sala de aula. Todas as publicações seguintes trazem reflexões sobre a educação baiana e propostas de intervenção nos temas abordados. Somente na nº 10, com textos relativos ao Plandebea, são retomadas as reflexões sobre o ensino de 2º grau através do texto com o “Diagnóstico da Realidade Educacional do Estado da Bahia”, subsidiador do Plandebea.

Nas publicações dos *Cadernos IAT*, foram produzidos nove números, com a sugestão de “perpetuar” a memória da educação baiana e personagens que contribuíram na sua historiografia. A primeira edição resgata alguns temas e nomes relevantes desse cenário, que apresentaremos a seguir: “Uma escola de Patriotas (a propósito do centenário de Isaías Alves)” – autor: Romulo Almeida; “Humanismo e Abnegação” – autor: Isaías Alves; “Ação conjunta de Anísio Teixeira e do Inep na Bahia” – autor: Hildérico Pinheiro de Oliveira; “Uma experiência de educação primária integral” – autor: Anísio Teixeira; “Luiz Augusto Navarro de Britto” – autor: Hildérico Pinheiro de Oliveira; e “Reflexões sobre a educação na América Latina” – autor: Luiz Navarro de Brito.

## 6 EXPANSÃO DOS DEBATES EDUCACIONAIS

Para além da produção mencionada, o Instituto participou de relevantes iniciativas, nesse período pesquisado, e a despeito de todos os percalços já referidos, conseguiu garantir a expansão da sua credibilidade e visibilidade na realização de importantes parcerias educacionais. Nessa época, em razão das poucas instituições de ensino superior na capital, não existia uma diversidade de atividades acadêmicas, todavia, mencionaremos a seguir algumas participações do IAT em eventos e na apresentação dos seus trabalhos. Foram contabilizadas mais de cinquenta atividades, entre conferências, consultorias, seminários, encontros, fóruns, debates e produções bibliográficas. Elencamos alguns desses trabalhos, que acreditamos ser os mais relevantes para os propósitos da época.

Destacamos a parceria com a Faculdade de Educação (Faced) da Ufba, com acentuada participação nas atividades do IAT, dentre as quais podemos citar: a I Conferência Baiana em Educação, que envolveu 273 instituições e 1560 participantes, realizada no Centro de Convenções com o objetivo de discutir a 1ª versão preliminar do Plano Decenal da Educação (Plandeba); e o Fórum de Debates sobre o Ensino de Matemática da 5ª a 8ª séries do 1º grau, com a participação também da Associação de Educação Matemática e XI Simpósio de Estudos e Pesquisas em Educação. Foi promovida também a Conferência do Dr. Pierre Salama, sobre o tema “O papel do Estado e as suas funções sociais”, numa produção conjunta do IAT e a Faculdade de Mestrado em Economia da Ufba.

Outros trabalhos envolveram o Mestrado da Ufba, a Fundação Educar e a Escola Técnica Federal da Bahia, sob o título “Educação e trabalho no capitalismo: a face oculta da escola”. Ainda, o IAT participou igualmente em eventos fora do estado da Bahia, com a apresentação dos trabalhos: “Relação entre os meios de comunicação de massa e a educação”, “Experiências inovadoras da educação na Bahia” e “Análise e experimentação de propostas e conteúdos curriculares para a formação de professores de 1ª a 4ª séries do 1º grau”, no VII Encontro de Pesquisas em Educação do Nordeste, em Maceió, assim como com comunicação, no Seminário Latino-Americano de Pesquisas Educacionais, em Brasília, na sede do Inep e sob o patrocínio deste.

Desde a sua fundação, os escassos recursos sempre foram pauta no atraso de suas funções; na proposta de reduzir esse empecilho, o Instituto, ao longo de sua vigência, buscou parcerias externas à Secretaria de Educação para a realização de seus trabalhos, segundo podemos notar nos eventos relacionados: participação, como órgão gerenciador, no Encontro Estadual de Alfabetização promovido pelo Unicef, com a participação de Organizações Públicas e da Sociedade Civil, no Hotel Praia do Sol; participação na elaboração de projetos visando à captação de recursos financeiros e técnicos para as pesquisas do IAT, enviados para a Fundação Educar, Inep, CNPq, CPE/Seplantec, Fundação Joaquim Nabuco, Unicef, Universidade de Quebec/Montreal, entre outros; e no Assessoramento ao Grupo de Trabalho da Asplan, responsável pela elaboração do Plano de Ação da Seeb para um acordo MEC-BIRD 1988/1992.

Além disso, outras relevantes contribuições foram feitas, como a elaboração do trabalho “O contexto sócio-político econômico e a educação numa perspectiva do planejamento”, para subsidiar a preparação do Plano Decenal da Educação (Plandeba); uma equipe do IAT participou também da elaboração do documento “Política, Diretrizes, Estratégias e Metas da Educação na Bahia em articulação com a Assessoria de Planejamento – Asplan”.

Culturalmente, o IAT também participou de alguns eventos, como a Feira do Livro para o servidor público, na Saeb, a Sessão Especial da Câmara de Vereadores em homenagem à criação da Fundação Anísio Teixeira – Homenagem dos servidores do IAT, no Encontro Estadual de Alfabetização e Cidadania, realizado pela Comissão Estadual de Alfabetização e Cidadania, composta por representantes de órgãos da Secretaria de Educação, Instituições públicas e organizações da sociedade civil, no Hotel Praia do Sol, e da exposição “Os 100 anos de Educação na República”, promovida pelo Inep/MEC, com colaboração do IAT, no Teatro Castro Alves.

Como já mencionado anteriormente, o IAT participou também da discussão das propostas preliminares subsidiadoras da elaboração do Plandeba, com relevante construção de textos auxiliares do documento e exposição dos dados pesquisados na sua gestão e na Comunicação na Comissão de Ciência e Tecnologia, apresentando o trabalho “Alguns

Indicadores do Ensino do 1º e 2º graus no Estado da Bahia”. Ao longo desse período, o IAT deu um significativo passo na evolução de sua proposta institucional, embora eventos adversos e muito mencionados em seus documentos tenham representado entraves no desenvolvimento de suas atividades.

## **7 CONCLUSÃO**

No período pesquisado, o IAT ainda se considera um órgão infante, com fatores que contribuíram para essa conjuntura, evidenciados através da inexistência de um quadro de técnicos especializados para as atividades que se propunha, além dos limitados recursos financeiros de que dispôs em toda a sua gestão. Face aos aspectos identificados, a organização dos trabalhos se deu em três funções regimentais: 1) Produção de estudos, Pesquisas e Experiências; 2) Fomento à investigação científica nas universidades estaduais e unidades escolares; 3) Divulgação do conhecimento produzido pelos órgãos/instituições da Secretaria, favorecendo sua credibilidade, visibilidade e promoção de parcerias com outras instituições educacionais ou agências financiadoras.

Essas parcerias implementadas nacionalmente e internacionalmente promoveram, mesmo que de forma discreta, a destinação de recursos que cooperaram em algumas atividades desenvolvidas pelo IAT. Este considerou que seu desempenho foi limitado no que se refere ao suporte aos órgãos-fins da Secretaria. De igual modo, o IAT analisou que não socializou amplamente os resultados dos seus estudos, limitando-se ao envio de relatórios a alguns órgãos interessados e, ocasionalmente, por sua apresentação e discussão em eventos externos. Essa análise crítica, realizada pela equipe da administração, mostra os pontos que merecem melhorias e aperfeiçoamentos, em prospecção a uma melhor atuação. Dessa maneira, o primeiro objetivo deste trabalho foi atendido, porque mostrou os trabalhos efetuados e as dificuldades de funcionamento do IAT, trazendo à tona alguns dos problemas mais agudos da educação através da exposição dos dados coletados.



Quanto ao segundo objetivo desta investigação, de identificar as iniciativas voltadas para o 2º grau, especialmente nas disciplinas de Matemática e Física, este foi cumprido no que tange à confirmação da hipótese de que poucos trabalhos e investimentos foram direcionados a essa etapa do ensino, e que não houve iniciativas de pesquisas e estudos para identificar os principais problemas dessa modalidade de ensino. Consideramos que essa etapa do ensino permaneceu na invisibilidade em decorrência da ordem de prioridades nas ações e políticas educacionais da Secretaria de Educação, diante do cenário de carências apresentado.

## REFERÊNCIAS

- BAHIA. **Decreto nº 7.254 de 20 de março de 1998a**. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/78726/decreto-7254-98>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Diagnóstico da realidade educacional baiana, subsidiador ao Plano Decenal da Educação – PLANDEBA**, 1990a.
- BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Educação para adultos na Bahia 1972/1986**. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1986a.
- BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Estudo sobre a realidade educacional da Bahia**, 1989a.
- BAHIA. Secretaria de Educação e Cultura. Instituto Anísio Teixeira. **Estudos IAT**, n. 3, 1989b.
- BAHIA. **Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, para atendimento ao Ensino Fundamental**. Decreto nº 7.254 de 20 de março de 1998b.
- BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Relatório de Atividades Instituto Anísio Teixeira**. 1983-1986. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1986b.
- BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Relatório de Atividades Instituto Anísio Teixeira, 1987 a 1990**. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1990b.
- BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Subsídios ao planejamento da rede escolar de 1º grau em Salvador**. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1988.

BOAVENTURA, E. M. Criação e Reorganização do Conselho Estadual de Educação da Bahia. **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 10, p. 13-30, jul./dez., 1992. Disponível em: [http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/10/criacao\\_e\\_reorganizacao\\_do\\_conselho\\_d\\_e\\_educacao\\_da\\_bahia.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/10/criacao_e_reorganizacao_do_conselho_d_e_educacao_da_bahia.pdf). Acesso em: 23 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Resultados do SAEB/95 Estado da Bahia**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1998.

BRITTO, L. N. de; Diretrizes para a municipalização do ensino de 1º grau na bahia. **Caderno CRH**, [S. l.], v. 1, n. 7, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18891>. Acesso em: 25 out. 2021.

DIAS, A. L. M. Uma história da educação matemática na Bahia. *In: Educação matemática na Bahia: panorama atual e perspectivas*. 1 ed. Vitória da Conquista: UESB, 2012, p. 13-34.

FERREIRA, M. dos S. **Centros de pesquisas do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-21062007-150919/pt-br.php> Acesso em: 21 nov. 2021.

GATTI, B. A. Avaliação: contexto, história e perspectivas. **Olhares: Revista do Departamento de Educação da Unifesp**, v. 2, n. 1, p. 08-26, 31, mai., 2014.

OLIVEIRA, H. P. A ação conjunta de Anísio Teixeira e do INEP na Bahia. **Cadernos IAT**, v. 1, n. 1, p. 31-46, dez., 1988.

SILVA, A. A.. As políticas públicas para educação básica na Bahia nos anos 90: propostas e ações nas gestões de Antonio Carlos Magalhães e Paulo Souto (1991-1998). São Paulo-SP, 2007.

SOUZA, H. S. **Iniciativas Contemporâneas para a formação de professores de Matemática na Bahia, 2017**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Física, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

SOUZA, H. S.; ROCHA, J. F. M.; TEIXEIRA, E. Sales. Contribuições do Instituto Anísio Teixeira para a Educação Matemática no Estado da Bahia - Período 1983-1991. **Educação Matemática Pesquisa: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, [S.l.], v. 22, n. 1, jan., 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/44010>. Acesso em: 18 jun. 2020.

### ARTIGO 3

## UM DIAGNÓSTICO DA REALIDADE EDUCACIONAL BAIANA ATRAVÉS DO PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO – PLANDEBA

**Resumo:** A criação do Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira (IAT), em 1983, foi um marco de referência para a educação pública baiana. Em seus primeiros anos, expandiu suas atividades e conquistou parcerias e espaços institucionais na pesquisa educacional, com diagnósticos que dialogassem com cada realidade onde se queria intervir. Em meados de 1989, foi solicitada à equipe do IAT a elaboração de pesquisas e informações que pudessem subsidiar o Plano Decenal da Educação – Plandeba, documento que auxiliaria no planejamento e decisões educacionais para o estado da Bahia, de acordo com os principais dados apresentados. Esse trabalho representou um grande reconhecimento de sua equipe e das suas atividades na Secretaria de Educação. Esse conjunto de diagnósticos enseja muitas leituras e interpretações das mais latentes e básicas carências no Estado, através de uma visão política e social dos contextos e áreas de ensino focalizadas, em todas as modalidades de ensino, o que mostra muito além de dados estatísticos da educação baiana. O objetivo deste trabalho é analisar os diagnósticos sobre o Ensino Médio, através do Plano de Desenvolvimento da Educação (Plandeba). Para realização deste estudo, foram analisados documentos e arquivos relativos ao tema junto com publicações disponíveis em seu acervo. Os resultados apontam que o sistema público estadual carece de uma reestruturação administrativa, de recursos humanos e de formação, tanto no que tange a atividades técnicas como de professores com especialidades curriculares. Diante dos altos índices de analfabetismo, evasão e repetição nas séries iniciais, do restrito recurso público e da cultura social do funcionamento das escolas, o segundo grau não foi colocado como prioridade em ações político-educacionais, tampouco as áreas disciplinares para essa etapa, com evidente desvalorização que reverberou, nos anos seguintes, nos índices educacionais.

**Palavras-chave:** IAT. Plano Decenal da Educação. Diagnóstico. Segundo grau.

### INTRODUÇÃO

Todas essas pinceladas em tintas fortes e contrastantes, somadas à situação degradante em que se encontram as escolas públicas baianas, complementam a composição do quadro da educação baiana que só poderia estar emoldurado de forma desarticulada,

reticente, sem amarras ajustadas ao que se desenha deva ser o Sistema Público de Ensino. (BAHIA, 1990, p. 25).

Antes da criação do Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira (IAT), não existe registro, na Secretaria de Educação do Estado da Bahia, de um órgão responsável por realizar estudos e pesquisas educacionais, de sorte que a sua fundação, em 1983, representou um avanço no mapeamento dessas demandas com essa finalidade (OLIVEIRA, 1988 apud SOUZA; ROCHA; TEIXEIRA, 2020).

Dois nomes fazem parte dessa iniciativa: o então Secretário da Educação, Edivaldo Boaventura, e o seu primeiro gestor, o professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, o qual, na sua gestão, ainda incorporou nesse trabalho heranças e experiências trazidas desde a sua atuação do Inep – Bahia, as quais são dispostas e trazidas por Souza (2017) e Souza, Rocha e Teixeira (2020).

A despeito das dificuldades financeiras e de pessoal, no início das atividades do IAT, o amadurecimento<sup>12</sup> dos seus trabalhos incrementou as pesquisas educacionais e estabeleceu parcerias institucionais em nível nacional e internacional, com possibilidade de captação de recursos financeiros para a execução de alguns trabalhos. Foi somado a essa época o lançamento das publicações das séries de revistas científicas intituladas *Estudos IAT* e *Cadernos IAT*. Com efeito, a partir de 1987, a primeira faz a divulgação de textos resultantes de investigações e projetos apoiados ou desenvolvidos pelo órgão, sobre o conhecimento sistemático da realidade educacional baiana, enquanto a segunda revista se incorpora às atividades científicas, desde 1988, com acréscimo do resgate da historiografia educacional baiana, por meio de biografias, pesquisas, reflexões e resultados de trabalhos concluídos com grande relevância social.

As duas revistas tiveram tiragem de 2.000 exemplares cada, foram divulgadas e distribuídas nas escolas, órgãos da Secretaria de Educação, dentre outras instituições. Foram produzidas, nessa época, 10 e 9 números de cada uma respectivamente. Esses trabalhos tiveram efetiva participação de professores e pesquisadores da Ufba, os quais muito contribuíram nas

---

<sup>12</sup> Nos documentos pesquisados das etapas históricas do IAT, o termo “amadurecidos” é muito utilizados na descrição dos seus trabalhos.

pesquisas iniciadas no IAT, em parceria institucional e colaborativa, para a educação pública.

Em 1989, em reconhecimento às atividades desenvolvidas pelo Instituto Anísio Teixeira, a equipe recebeu o desafio de elaborar trabalhos na produção de estudos e pesquisas que subsidiariam o Plano Decenal da Educação do Estado da Bahia, em um período de quatro meses. Diante da importância desse projeto para a comunidade educacional baiana, agregaram essa tarefa às suas atividades, que nesse momento, em fase final de uma gestão, consistiam na divulgação das suas produções nas escolas e instituições parceiras. A produção desse material é resultado de uma síntese de diagnósticos parciais e específicos de diversas áreas da educação, realizados com equipes técnicas e que já tinham sido iniciadas desde a sua fundação (cf. Artigo 2).

Esse conjunto de documentos traz em suas análises e dados amostrais a proposta de elaboração de um conjunto articulado de ações, que têm começo, meio e fim. Deve ser visto e aplicado numa sequência de tempo, de continuidade e de permanência dos propósitos enunciados. Representa ainda um esforço conjunto daqueles que participam diretamente ou indiretamente, para alcance de melhores condições de aprendizagem dos alunos e melhoria da qualidade da educação pública; sua devida aplicação representa um recomeço de trabalhos em face dos problemas identificados para a sua elaboração (BAHIA 1990).

Vale lembrar que antes dessa execução a publicação da Constituição de 1988 representou alguns avanços na Educação, pois, em seu artigo 205, com a ideia de que a “Educação é tomada como um direito de todos”, ampliou o conceito de escolarização obrigatória com o acréscimo de que a etapa do Ensino Médio se torna “progressivamente obrigatória” para jovens de 15 a 17 anos. Sobre esse item, é importante frisar que esse nível passou a ser interinamente obrigatório desde a Emenda Constitucional nº 59, no ano de 2009, embora a LDB 9394/96 o tenha estruturado como última etapa da Educação Básica. Essa sequência de dados regidos pelas leis brasileiras mostra que ainda não era uma etapa de prioridade das políticas educacionais, apesar de ser um direito social (SILVA, 2019).

Os documentos revelaram que a elaboração do Plandeba foi um trabalho de ampla participação interinstitucional, tendo a Comissão Coordenadora dos trabalhos sido composta pelo presidente do IAT, um representante da Assessoria de Planejamento da Secretaria de Educação, dois representantes da Associação dos Professores do Estado da Bahia (APLB) e um representante do Conselho Estadual de Educação (CEE-BA). A comissão consultiva foi constituída por alguns representantes da sociedade, no total de oito, além da participação de membros de entidades da sociedade civil, como a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

O Grupo Executivo foi formado por quinze pessoas, em que se incluem coordenadores de grupos de trabalho, enquanto o grupo de consultores contou com nove pessoas. As informações estatísticas foram coletadas no Setor da Secretaria de Educação do Estado da Bahia. O apoio técnico e administrativo era constituído por quatro pessoas em cada um e, por fim, os elaboradores de textos auxiliares, equipe composta de vinte colaboradores.

Expor essa organização e o quantitativo de nomes que fizeram parte dessa construção comprova a seriedade desse trabalho para a comunidade científica baiana no mapeamento e entendimento das demandas sociais da Educação. Nesse quadro, temos também representantes de diversas áreas que já atuavam em diferentes instâncias, como o planejamento, professores, profissionais da Educação e de políticas educacionais. É importante acrescentar que alguns textos foram discutidos na Conferência Baiana de Educação, em eventos na Faculdade de Educação da Ufba e em seminários e organizações públicas da sociedade civil, que enviaram contribuições para esse diagnóstico e propostas de solução. Essa mobilização propiciou uma significativa série de debates sobre seus mais latentes problemas e a respeito das alternativas estratégicas tangíveis para enfrentá-los. Entretanto o êxito desse trabalho depende do compromisso sucessivo dos gestores políticos e institucionais, com o prosseguimento do que foi debatido, levando adiante a proposta de sua execução, com continuidade dos propósitos elencados como prioridades e dentro das expectativas financeiras. Essas informações são acrescentadas através do trabalho de Silva (2007) que complementa os trâmites políticos posteriores à elaboração desse documento:

[...] Após sua discussão, o documento foi encaminhado ao então governador Nilo Coelho, para conhecimento do processo, e ao Conselho Estadual de Educação, para que exarasse parecer conclusivo sobre o plano, como relata correspondência do então secretário da Educação Joir Brasileiro. (SILVA, 2007, p. 94).

Assim, ratifica a importância do plano para educação baiana, principalmente em atendimento aos dispositivos constitucionais, e destaca que as correções das defasagens apresentadas são prospectadas para longo prazo em diferentes gestões políticas. Entretanto a autora apresenta também que apesar de ter sido aprovado pelo governo vigente e pelo Conselho Estadual de Educação, não chegou a ser implementado no governo de Antônio Carlos Magalhães por razões políticas discutidas em seu trabalho (SILVA, 2007).

Porém pela ampla riqueza dos dados produzidos na época para esse trabalho, esta pesquisa de caráter bibliográfico e documental tem o objetivo de analisar os diagnósticos sobre o Ensino Médio, através do Plano de Desenvolvimento da Educação (Plandebe).

Para cumprir esse objetivo, este estudo está dividido em seções, as quais contextualizam o objeto de pesquisa, expostos na seguinte ordem: inicialmente, abordaremos alguns antecedentes históricos, exploraremos o diagnóstico da organização e gestão do sistema público estadual de ensino e sua estrutura com respeito aos recursos humanos. Logo em seguida, faremos algumas reflexões sobre investimentos educacionais e identificaremos os diagnósticos da qualidade e do Ensino Médio na Educação pública baiana.

## **1 ALGUNS ANTECEDENTES HISTÓRICOS**

Na década de 1980, os indicadores quantitativos mostravam a gravidade dos problemas educacionais em todo o território nacional, como o alto número de analfabetos, a baixa escolarização das séries iniciais, o atraso escolar, o reduzido ingresso no 2º grau e principalmente a sua permanência. Sobre essa última formação, os dados apresentados não favorecem aqueles sujeitos que conseguem chegar nessa etapa, pois como mostram os dados a seguir sobre a rede pública, no ano de 1984, somente 63,9% desse grupo logrou aprovação, enquanto que a taxa de abandono foi de 24% e reprovação 12,1%. Esses

dados colaboram para dois dados estatísticos preocupantes e já mencionados anteriormente: o baixo índice de conclusão da etapa do 2º grau e o ingresso no ensino superior (BAHIA, 1990). Também, mostram que no ano de 1984 o número de aprovações era correspondente a 63,9%. Como o número de concluintes, é um pouco mais de cinquenta por cento, de modo que todos esses índices favorecem o funil de acesso ao ensino superior.

Figura 1 - Ensino do Segundo grau. Reprovação e abandono por dependência administrativa

TABELA 26			
BRASIL: Ensino de Segundo Grau.			
Reprovação e abandonos por dependência administrativa			
1984			
Em percentuais			
SITUAÇÃO	E. PÚBLICA	E. PRIVADA	TOTAL
Abandonos	24,0	13,4	20,7
Reprovação	12,1	6,2	10,3
Aprovações	63,9	74,2	69,0

FONTE: SEEC/MEC.

Fonte: BAHIA (1990, p. 170).

No estado da Bahia, esses índices permaneciam ainda mais destoantes dos dados nacionais e do Nordeste, com evidência de seu atraso e insuficiente coordenação de ações que resultaram, ao longo do tempo, em graves problemas de organização e gestão desses resultados educacionais.

A título de comparação desses dados, nessa época, enquanto o Brasil apresentava a taxa de analfabetismo de 26% e o Nordeste de 46%, a Bahia exibiu um dado menor de 42,6%, mas cotejando-se com alguns Estados brasileiros, podemos perceber o quanto o seu índice é alto: em comparação com o estado de São Paulo, 11,6%, Rio de Janeiro, 11,92%, Santa Catarina, 13,4%, e Rio Grande do Sul, 13,07%. Nos dados da Bahia, ainda é acrescentado que, na década de 1980, o baixo nível de instrução da população baiana atingia 50% entre aqueles maiores de 14 anos que se declaravam sem instrução ou com menos de um ano de estudo (BAHIA, 1990).



Quando é analisada a escolarização com quatro anos de estudo, o que correspondente às séries do ensino primário, a Bahia tinha uma taxa de 30,18%, o Nordeste de 31,20%, e o Brasil, 51,44%. Na zona rural do território baiano, essa situação é muito mais aguda, pois 72% dos moradores nunca frequentaram escolas e não completaram sequer um ano de estudo. A Bahia mostrava indicadores mais baixos entre os estados do Nordeste (BAHIA, 1990).

Além disso, podemos acrescentar o atraso escolar com dados do ano de 1987, segundo os quais 696.273 crianças de 6 a 14 anos estavam fora da escola. Outro fator é o baixo rendimento daqueles que a frequentam. Nesse mesmo ano, 40% dos alunos matriculados se encontravam na 1ª série, em razão da evasão, reprovação e repetência nessa etapa. Logo não progrediam para a série subsequente.

Quando observamos os dados do 2º grau nos documentos, foi diagnosticado que, para cada 1000 habitantes no país, a proporção de ingresso nesse nível ficava desta forma: no Brasil, 231, Nordeste, 186, e Bahia, 169. Nessa etapa, a Bahia fica acima dos estados do Maranhão e Ceará. Foi constatado também que, nessa etapa de ensino, o grupo de alunos é predominantemente acima de 19 anos, especialmente no ensino noturno, com dados que, na Bahia, representavam 41,8%, quase metade dos que frequentavam essa modalidade (PLANDEBA, 1990).

No que tange ao ensino superior, foi diagnosticado, à época, que a Bahia estava longe de oferecer aos jovens a mesma oportunidade de acesso, em comparação às outras unidades da federação, em razão da carência do aumento do número de vagas nas universidades e da deficiência de formação adequada para os exames de admissão, em decorrência principalmente da divergência curricular do segundo grau, regido pela LDB 5692/71. O Plandeba (1990) ainda acrescenta que para cada 1000 estudantes baianos existiam 4,1 estudantes universitários.

Em comparação aos outros estados do Brasil, temos que esse indicador contempla dados de 23,2% e 22,1% para o Distrito Federal e Rio de Janeiro respectivamente. Essa amostra quantitativa é uma premissa sobre a realidade educacional baiana, comparada aos dados nacionais, realizada pela equipe

multidisciplinar, o que, de certa forma, já antecipa o que veremos a seguir, nos próximos tópicos.

## **2 O DIAGNÓSTICO DA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SISTEMA PÚBLICO ESTADUAL DE ENSINO**

A educação é um complexo grupo de fatores que, orquestrados aos objetivos propostos, predispõe a alcançar resultados positivos no seu processo de intervenção. Para significativa proposta de intervenção ou diagnóstico de um problema, é necessário o mapeamento de todo o contexto que o cerca. Assim feito, foram promovidas pesquisas sobre a organização e o funcionamento do sistema estadual de ensino público, no seu amplo território baiano. Algumas constatações no diagnóstico do Plandebea são exemplificadas pela seguinte afirmação:

É generalizado o sentimento de inexistência de um sistema público de ensino no Estado da Bahia. Decorre da constatação de redes desarticuladas, de níveis de ensino sem sintonia, de escolas subutilizadas ou superlotadas, da falta de supervisão e controle, e do desprestígio das unidades escolares. (BAHIA, 1990, p. 24).

Essas informações são complementadas com a evidência sobre o seu sistema de organização, com a dúvida de que não se consegue identificar sua modalidade de ensino, dentro de uma unidade física, se são “[...] estaduais, municipais, cenicistas e/ou comunitárias”<sup>13</sup>, devido ao “emaranhado” de acordos, convênios e acertos verbais efetuados ao longo dos anos. Esse processo dificulta que se façam cobranças institucionais em cada uma delas, pois as responsabilidades ficam dispersas em diferentes instâncias públicas. A gravidade disso foi tão alarmante que se encontraram escolas que no turno da manhã eram estaduais, à tarde, municipais, e à noite dependiam de outras instâncias administrativas. Foi identificado também que prédios que foram construídos pelo Estado eram cedidos a entidades filantrópicas e comunitárias,

---

<sup>13</sup> Os termos “cenicistas” ou “comunitárias” são dados para unidades escolares mantidas e administradas por comunidades de moradores ou grupo para atendimento educacional das crianças, jovens e adultos. Na coleta de dados para a realização desta pesquisa, foi identificado que essa prática era relativamente comum no estado da Bahia e aceita pela Secretaria de Educação como apoio à prática pedagógica, assim como apoio à sua organização e administração.

municipais e até particulares, com diversidades de convênios e durabilidade sem controle administrativo. Outro dado relevante ressalta:

Todos esses acordos têm sido feito muitas vezes movidos por interesses menos da clientela ou da comunidade e mais de proponentes que os capitalizam como feito ou troféu político eleitoreiro a ser alardeado nas próximas eleições. (BAHIA, 1990, p. 25).

Foi acrescentado que esse comportamento era repetido ao longo dos anos, na rede pública estadual, com informações de que o Estado teve que recorrer à justiça para a reintegração de posse de imóveis e que, em decorrência disso, muitas escolas foram fechadas em razão das divergências de sua posse, dos bens móveis e de administração de pessoal, por razões políticas e de responsabilidade institucional. Essas ações corroboram a afirmação anterior de que a escola, em alguns momentos, se tornava “um troféu político-eleitoreiro”.

Além disso, mostrou a ausência de coordenação do setor educacional, que é refletida na distribuição da responsabilidade da oferta de ensino de forma comprometedor para o desempenho dessa função. São expostas informações sobre a etapa da 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série, sob a responsabilidade dos governos municipais, sem que sejam adotadas medidas para amenizar o ônus que acarreta ao município e à educação. Agregou-se a isso o total de matrícula nessa modalidade, 56,76%, as quais, no ano de 1987, estavam sob a responsabilidade dos municípios menos populosos e de menor arrecadação de impostos, o que demonstra descompromisso do Estado com os municípios de pior situação financeira (BAHIA, 1990).

Mostrou também que algumas tentativas da União e do Estado nem sempre lograram êxito de apoio a esses municípios, a exemplo da implantação, em 1979, na Secretaria de Educação, do Programa de Ação Integrada (PAI), logo após, o Apoio à Educação Rural (Paer), que foi concebido para aglutinar os projetos especiais voltados para a zona rural, cujos recursos foram fornecidos preponderantemente por agências internacionais. O documento destaca que houve também a proposta de inovar a dinâmica gerencial, porém, não se conseguiu incorporar novas modalidades de gerenciamento aos grupos participantes.

Em suas conclusões de diagnóstico dessa área, é enfatizada a emergente reestruturação dos sistemas públicos de ensino no estado da Bahia, quanto às ações educacionais. Ademais, o Conselho Estadual de Educação informa que, desde 1970, tem encontrado inúmeros obstáculos a esse seu intento. A “assincronia” de iniciativas, de projetos e ações diversas entre o Estado, a União, os Municípios e a comunidade, no gerenciamento das questões educacionais, cria mais problemas e lacunas em diversos componentes dos quais fazem parte. Essa ausência de diretrizes comuns impacta em termos quantitativos e qualitativos nos resultados de progresso dos índices educacionais.

Para melhor exposição dessa situação, na Figura 2, abaixo, é apontado o quadro de vagas pelas quais, considerando os níveis normais de ensino, em 1987, foram oferecidas 2.535.269 oportunidades nas diferentes redes escolares. A rede municipal com maior proporção de vagas, a rede estadual com ofertas de vagas de 1º e 2º graus, a rede federal no atendimento à clientela superior, enquanto a particular ofertava a educação pré-escolar.

Figura 2 - Distribuição da matrícula do sistema de ensino

TABELA 01 BAHIA: DISTRIBUIÇÃO DA MATRÍCULA DO SISTEMA DE ENSINO, 1987*									
GRAU E MODALIDADE	REDES DE ENSINO								TOTAL
	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		PARTICULAR		
	N	%	N	%	N	%	N	%	
Educação Pré-Escolar	1.922	0,9	57.365	27,7	74.265	35,8	73.616	35,5	207.168
Ensino de 1º Grau	7.051	0,3	872.751	41,7	988.851	47,2	227.054	10,8	2.095.707
Ensino de 2º Grau	1.187	0,7	116.611	62,1	17.503	9,3	52.522	79,9	187.823
Ensino Superior	16.569	37,2	7.685	17,2	-	-	20.317	45,6	44.571
TOTAL	26.729	1,1	1.054.412	41,6	1.080.619	42,6	373.509	14,7	2.535.269

FONTES: SIEC/SEEB. Campanha Estatística, 1987.  
MEC/SEEC  
\* Não estão incluídas as escolas comunitárias e cenevistas.

Fonte: BAHIA (1990, p. 144).

Outras duas modalidades constituíram as redes formais de ensino: a primeira é a Educação Especial, que se desenvolve em grande parte integrada ao ensino formal de pré, 1º e 2º graus, por iniciativas particulares e/ou conjuntamente pelas duas redes em convênios. Temos também o Ensino Supletivo, o qual é oferecido aos jovens e adultos sem escolaridade ou com a

escolarização incompleta, através da rede estadual e municipal de ensino. Por exemplo, na rede estadual, no ano de 1988, houve atendimento de 234.948 alunos.

Sobre essa oferta, acrescenta-se a rede de escolas comunitárias que recebe um público de aproximadamente 10.000 alunos em cursos de alfabetização de crianças, jovens e adultos, além da rede de escolas que pertence à Campanha Nacional de Escolas de Comunidade (Cnec), cujos dados, nessa época, ainda não estavam sistematizados. As escolas comunitárias são criadas e geridas por associações comunitárias, que por força da Constituição devem se integrar ao sistema público estadual de ensino e serem mantidas pelo Estado. As que fazem parte do Cnec se administram e se identificam como escolas particulares que recebem apoio do poder público, por intermédio de convênios. A Constituição da Bahia, de 1989, as regulariza em seus termos:

Art. 252 - O Poder Público dotará de infraestrutura e recursos necessários as escolas comunitárias, organizadas e geridas pela própria comunidade, sem fins lucrativos e integradas ao sistema estadual de ensino.

Parágrafo único - Caberá ao Conselho Estadual de Educação definir critérios básicos para efetivação do apoio técnico-financeiro às escolas comunitárias, bem como acompanhar e avaliar sua experiência pedagógica, juntamente com a comunidade, professores, estudantes e outros setores envolvidos. (BAHIA, 1989, p. 84).

Apesar desse amplo leque de ofertas, tais vagas ainda não atendem à necessidade das crianças, jovens e adultos que efetivamente deveriam estar matriculados na rede pública de ensino. Em acréscimo à importância das escolas comunitárias no contexto da educação brasileira e baiana, Santos (2007) acrescenta seu processo histórico como prerrogativa ao direito educacional instituído por leis e a sua inserção nas políticas educacionais vigentes considerando cada época e região.

### **3 A ESTRUTURA DOS RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA**

Os dados descritos nessa parte do documento tomaram por base o Censo de Recursos Humanos da Secretaria de Educação e os quadros de

tabulação do mês de março do ano de 1989. Nessa época, foram cadastrados 77.544 servidores, 10.000 dos quais com dupla carga horária; somente 7.303 eram efetivamente professores em regência de classe. Era comum, nesse tempo, que muitos professores acumulassem funções técnicas e docentes. É importante destacar, conforme descrito no documento, que foi identificado que 52,6% dos servidores em exercício foram contratados depois de 1980, o que levou a considerar que o quadro de pessoal foi rapidamente duplicado nessa mesma época. A esses dados é somada a modalidade de ingresso desses novos servidores, que na admissão foram acolhidos por contratos pessoais, sem realização de concurso ou até mesmo uma seleção pública, o que leva a presumir, pela equipe de pesquisa, ausência de aferição do mérito dos contratados (BAHIA, 1990).

Um aspecto curioso chamou a atenção da equipe, quando foi constatado que 60% dos servidores cadastrados no Censo da Secretaria de Educação estavam em atividades técnicas, administrativas e de direção. Embora se deva ter em vista que Salvador concentre a administração central do sistema educacional baiano, 16.875 estão fora da sala de aula, ensejando a seguinte conclusão:

Tem-se uma situação de que para 11.200 regentes encontravam-se nas escolas, desligados da regência, 12.767 servidores, ou seja, para cada regente, 1,1 servidor no exercício de atividades técnico-pedagógica de apoio. (BAHIA, 1990, p. 84).

No interior do estado, excluindo-se o pessoal lotado no órgão-sede da Superintendência da Educação (Sured) e das coordenações estaduais, tem-se que essa prática era igualmente aplicada em todas as outras regiões. Acrescenta-se a esse quadro a grande incidência de cargos temporários, cujo critério de admissão se dá pela confiança do governante, dificultando que o levantamento realizado pela equipe apresentasse dados fidedignos à realidade da época.

Outro problema foi identificado quanto à distribuição dos servidores segundo o nível de instrução. Os dados evidenciam que 70% dos servidores têm formação do 2º grau ou menos: especificamente com 2º grau completo, 51,6% dos servidores, contra 21,8% com nível superior completo. Isso significa presença de pessoal com escolarização reduzida ou apenas com curso de

magistério desempenhando funções que deveriam exigir nível superior. Quanto aos chamados especialistas em Educação, é importante assinalar que o reduzido contingente desses profissionais, tanto no desempenho técnico pedagógico como em funções de nível superior, indica que havia apenas 614 orientadores e supervisores na Secretaria de Educação no ano de 1987.

O documento afirma que a Secretaria de Educação não possui um quadro de técnicos especializados em Educação. De fato, havia 805 profissionais de nível superior, sem nenhuma especificidade, denominada somente com identificação de “técnico (a) de nível superior”, o que dilui o compromisso do profissional em aplicar tratamento das questões relativas à Educação e conhecimentos sobre a sua formação. Outro processo semelhante foi notado nas funções de apoio administrativo, já que as atribuições eram genéricas, com pequeno número de datilógrafos, visto que a comunicação escrita é extremamente requerida, em face de natureza burocrática dessa área.

De maneira geral, os recursos humanos da Seeb, à exceção dos analfabetos, em torno de 3.500 em Salvador e região metropolitana, segundo estudo do IAT do ano de 1988, apresentam um perfil de qualificação de nível médio e superior em torno de 51,6%. Em nível de curso superior, foram identificados 2.519 servidores com cursos de especialização de 100 horas ou mais e, desses, 172 declararam ter curso de mestrado. Foram identificados também 53 servidores com doutorado, entretanto, é necessário fazer um estudo sobre os cursos realizados no exterior, em quais áreas de formação e se estão compatíveis com os cargos e funções que vêm sendo assumidos por tais funcionários.

É enfatizado também que 61,6% destes profissionais se encontram nas escolas. Isso, contudo, não permitiu identificar se exercem a função de magistério, de acordo com suas especialidades, e qual a influência desses estudos na qualificação dos serviços prestados. A graduação em Educação se associa a um significativo número desses profissionais, com 3.329 servidores. Desse contingente, as habilitações são em Administração Escolar – 26,8%, orientação educacional – 24,5%, supervisão – 39,6% e em outras áreas do conhecimento – 9,1%.

Dos 16.775 servidores cadastrados, as maiores concentrações são nas áreas de Ciências Humanas e Linguística, Letras e Artes, com 7.292 e 4.484

respectivamente. Quanto ao número de servidores formados no campo das Ciências Exatas e nas Ciências Biológicas, em todo o estado, existem somente 54 professores de Física e 100 de Química, com a evidente constatação da carência de profissionais nessa área.

Alguns diagnósticos demonstraram os principais problemas no que concerne ao baixo nível de especialização nas áreas do currículo, como a presença de professores sem qualificação para as áreas nas quais estão atuando, a inexistência de um quadro técnico no órgão central que preencha as diversas funções do planejamento, o acompanhamento e a avaliação do sistema educacional, e a inexistência de um sistema de controle de qualidade das ações educacionais, de sorte que as unidades escolares se ressentem da função de planejamento, supervisão, inspeção e orientação escolar.

Sobre a distribuição de professores nas unidades escolares, foi constatado também que não existe um programa de controle da carreira docente baseado em critérios que considerem a lotação e a remoção de servidores, fato que vem determinando que as escolas localizadas na periferia e nas pequenas cidades fiquem sem professor, em razão dessa ausência de gestão. Tem-se ainda a precária implantação das atividades complementares, pois a carga horária destinada ao trabalho, planejamento e produção de material instrucional na escola vem gerando problemas de programação da carga horária docente. Em razão de todos os problemas elencados, a carreira docente tem pouca valorização – talvez por isso exista um considerável percentual fora da atividade de regência.

Essa falta de controle foi ampliada nas unidades escolares, quando se verificou a indefinição de um quadro de servidores em cada uma delas, de acordo com a tipologia das unidades. Existia uma grande designação de cargos de direção e vice-direção nas cidades do interior, destoando do censo, porque, enquanto 6.000 servidores estão em cargos, só existem aproximadamente 4.000 unidades escolares na rede estadual, muitas delas com 1 ou 2 salas de aula. Há ainda um quadro de instabilidade e alta rotatividade de cargos de direção das unidades escolares, preenchidos sem aferição de mérito, competência e/ou experiência e retirados igualmente sem uma avaliação criteriosa do seu desempenho. Acresce-se a isso a desestruturação do apoio administrativo nas unidades escolares, com



desorganização de arquivos, falta de secretaria escolar, de bibliotecários, de agentes administrativos, serviço de apoio, limpeza, segurança e vigilância.

Em busca de mais informações, foram analisados também alguns dados sobre a folha de pessoal, os quais indicaram que o salário médio dos servidores da Secretaria de Educação da região metropolitana de Salvador, juntamente com os da administração central, era da ordem de Cr\$ 10.937,08<sup>14</sup>, o que correspondia a treze salários-mínimos da época, enquanto os servidores do interior do estado recebiam em média Cr\$ 8.943,24, equivalente a aproximadamente onze salários mínimos. Essa diferença de salário médio entre capital e interior indica maior concentração de pessoal com níveis mais altos na capital e municípios de maior porte. Os salários médios de servidores vinculados ao 1º grau são menores que daqueles de 2º grau, havendo uma variação desse salário médio segundo as regiões do estado – a exemplo, a variação do 1º grau, desde Cr\$7.458,05 e 7.408,28, o que corresponde em média a nove salários mínimos da época, em Irecê e Ribeira do Pombal, ao passo que, em Salvador e Ilhéus, existe a variação de Cr\$ 10.600,74 e Cr\$11.910,13, com uma variação de onze a quinze salários mínimos da época respectivamente.

Acreditamos que a variação salarial acontece em razão do acesso às instituições de formação de professores de nível superior, nas regiões mais desenvolvidas, juntamente com a parceria com as prefeituras locais, que muitas vezes cediam profissionais para atendimento à carência nas escolas públicas estaduais. É observado, nesse diagnóstico, que o pequeno número de servidores em folha, em algumas regiões, no 2º grau de ensino confirma a sua pequena dimensão, comprovada através deste trecho:

Isto por exemplo é bastante significativo nas regiões de Barreiras, Macaúbas, Ibotirama ou Teixeira de Freitas e Eunápolis, onde o 2º grau é diminuto face as suas exigências de crescimento populacional e econômico recentes. (BAHIA, 1990, p. 90).

---

<sup>14</sup> Em 1989, no período de coleta dos dados para a produção do diagnóstico, a moeda brasileira era o cruzado novo, que vigorou de 16/01/1989 a 15/03/1990. O valor de um salário-mínimo, nos últimos meses do ano de 1989, quando foi realizado esse trabalho, variou em 09/1989, de Cr\$ 249,48, em 10/1989, de Cr\$ 381,73, em 11/1989, de Cr\$ 557,33 e em 12/1989, de Cr\$ 788,18. A título de estimativa para conversão de valores, foi considerado o último salário do ano de 1989. Disponível em: [https://www.debit.com.br/tabelas/tabela-completa.php?indice=salario\\_minimo](https://www.debit.com.br/tabelas/tabela-completa.php?indice=salario_minimo). Acesso em: 13 jan. 2021.

Além disso, parte dos servidores encontra-se cedida a escolas de 2º grau particulares, mediante convênios, tendo em vista o número reduzido de escolas de 2º grau na rede estadual em diversas localidades. Essa prática movimenta servidores e destoa do objetivo da escola pública, pois não oferece de forma igualitária o acesso a essa modalidade de ensino.

#### **4 ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE INVESTIMENTOS EDUCACIONAIS**

Para mobilizar os meios para o atendimento às necessidades do ensino, uma das questões fundamentais estava pautada nos recursos financeiros, com grande incidência de estudos e pesquisas sobre essa área. Tais estudos geralmente se concentram na questão voltada à sua escassez e nos aspectos pertinentes à administração e ao seu gerenciamento. É senso comum que, assim como no estado da Bahia, outras regiões apresentam deficiências de investimentos nessa área, as quais se traduzem na ausência de qualidade vivenciada pela população mais carente (CARVALHO; VERHINE, 2000; VERHINE, 2000; VERHINE, 2002).

A análise da disponibilidade dos recursos, de suas fontes, fluxos, gerenciamento e usos, se torna indispensável no processo de planejamento da intervenção do setor educacional. Entretanto devido ao fato de todas as informações necessárias nem sempre estarem disponíveis e sistematizadas, particularmente no nível dos municípios, a análise feita pela equipe de pesquisa do Plandeba restringe-se ao financiamento do ensino, no nível do governo estadual, num período de 10 anos, à luz das informações precariamente disponíveis, o que de certa forma prejudicou o diagnóstico dessa área (BAHIA, 1990).

Foi identificado que as fontes de financiamentos repassados à Secretaria de Educação são Tesouro Estadual, Salário-Educação, Ministério da Educação (recursos orçamentários da União), operações de crédito, dentre outras. Nessa época, existia o entendimento de que a política orçamentária e financeira aplicada no Brasil, nos diferentes níveis do governo, provocavam desacertos na programação dos orçamentos governamentais, o que gerava alto grau de instabilidade na execução das ações. Isso coloca em situação crítica aqueles que são responsáveis últimos pela execução de políticas

governamentais, pois a programação de suas metas está sempre em desacordo com a periodicidade do fluxo e o montante de recursos afirmados, da seguinte forma:

A consequência negativa disto é que esses executores são obrigados a refazer, pelo menos, mensalmente, toda a programação de execução, já que a disponibilidade de recursos evolui dentro de um quadro de incertezas. (BAHIA, 1990, p. 92).

Durante a década de 1980, tomando os dados disponíveis, o crescimento total dos recursos do Balanço Geral do Estado foi ligeiramente inferior ao crescimento dos recursos da Educação. Esse crescimento é extremamente desigual ao longo dos anos. Entre 1980 e 1987, somente três anos apresentam taxa de crescimento positiva: os anos de 1982, 1985 e 1986.

Figura 3 - Relação dos gastos da Educação no Estado da Bahia

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987
Gastos com Educação (em milhões Cr\$ dez/89)	2.001	1.563	2.877	2.579	2.451	2.738	3.699	3.090
Gastos com Educação/ Balanço do Estado (%)	21,5	13,3	24,4	20,7	18,6	19,7	25,1	19,8
Taxa de Crescimento/ Anual gastos com E- ducação (%)	-	-21,9	84,1	-10,4	-5,0	11,7	35,0	-16,5

FONTE: Balanços do Estado da Bahia - 1980-1987.

Fonte: BAHIA (1990, Tabela 44, p. 190).

Os outros quatro anos (1981, 1983, 1984 e 1987) veriam os gastos em Educação decrescerem, seja acompanhando a queda dos recursos do Estado, seja pela concentração de recursos em outros setores, coerentemente com a seguinte afirmação:

Os gastos do estado para educação tendem a flutuar de acordo com a conjuntura econômica, com a política financeira do Estado e com a sua política eleitoral. Esta é a razão pela qual a participação da educação no total do Balanço varia de 13,3% a 25,18%. (BAHIA, 1990, p. 93).

Em comparação aos dados brasileiros, foi constatado que o estado da Bahia apresentava o menor custo/aluno/ano, tanto na esfera estadual quanto na esfera municipal. A título de comparação, construímos a tabela abaixo:

**Tabela 1 - Custo aluno rede estadual x rede municipal**

<b>Custo aluno</b>	<b>Rede estadual</b>	<b>Rede municipal</b>
<b>Bahia</b>	U\$ 62,00	U\$ 32,9
<b>Brasil</b>	U\$ 143,3	U\$ 80,4

Fonte: Elaborado pela autora com dados do Plandebea (BAHIA, 1990, p. 102).

Na tabela apresentada, percebemos o quanto os dados baianos destoam dos dados nacionais no que se refere aos gastos com pessoal não docente. Na rede estadual da Bahia, esses gastos representam 31,4%, enquanto a média do Brasil é de 16,1%. Isso endossa os dados já expostos sobre o aumento expressivo de admissão de funcionários, a partir da década de 1980, sem a realização de processos seletivos.

Foi percebido igualmente, nessa época, o crescimento dos recursos destinados ao ensino supletivo. Apesar de manter um gasto pequeno, entre 1980 e 1987, recebeu um aumento de recursos com crescimento médio anual de 9,8%, muito superior aos gastos de Educação, revelando uma atenção especial a essa etapa de ensino, a qual, em 1987, representava 2,5% do total de gastos em atividades-fim. Em contrapartida, a Educação Especial foi uma categoria da Educação que nunca teve investimentos ou atenção direcionada às pesquisas e apresentou, no ano de 1987, 0,01% de investimentos (BAHIA, 1990).

Uma iniciativa de gestão financeira realizada pela Secretaria de Educação diz respeito à descentralização, com a implantação das Superintendências Regionais de Educação, que em 1988 foram transformadas em unidades gestoras, passando a executar os recursos financeiros orçados e programados através do órgão central.

A organização dessas superintendências foi classificada, de acordo com seu porte, em grandes, médias ou pequenas, conforme o número de escolas, matrículas, número de municípios e a distância da sua sede. Essa breve e superficial demonstração de algumas informações financeiras evidencia a carência de uma profunda e transparente análise nessa área para a

distribuição dos recursos para todos os níveis de ensino e para necessidades especiais.

## **5 DIAGNÓSTICOS DA QUALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA**

O documento apresenta um conjunto de reflexões sobre a qualidade da escola pública baiana, com menções que fazem parte da complexa realidade brasileira nesse tempo. Nesta parte do texto, abordaremos alguns pontos relevantes e que servem como lente para esta pesquisa, em que foi percebido o deslocamento das responsabilidades sobre a escola pública entre alunos, professores e responsáveis institucionais.

Enquanto os alunos não se identificam com a escola, temos os professores, os quais se sentem sobrecarregados e desvalorizados, no que tange tanto às questões financeiras quanto às relações com o público discente e às expectativas quanto a sua aprendizagem. Por ambos os lados, existe uma expectativa com a escola, pois a veem como “[...] único meio de ascensão social.” (BAHIA, 1990, p. 12).

Além disso, em todo o documento, foi efetuada uma extensa reflexão sobre as leis que asseguram as melhorias de acesso à Educação, na história brasileira, mas se avalia também que a realidade se apresenta de forma diferente. Sobre isso, abordam-se os altos índices de atraso escolar, a repetência e a baixa conclusão dos estudos. Essa situação reforça a desigualdade social, com mais algumas explicações mencionadas nessa análise, de que a pobreza favorece a desigualdade em razão do meio sociocultural e econômico. Além disso, o processo de aprendizagem tem deficiências em razão da falta de formação dos professores e da própria adaptação do modelo de escola ofertada ao público mais carente, com divergências entre o modelo de educação formal e a educação popular, as quais possuem interesses diferentes.

Foi diagnosticado que é comum os professores de diversas disciplinas julgarem que não é necessário conhecer a realidade do aluno para ministrarem suas aulas, com diferença entre o que é ensinado e as condições reais de cada educando. É comum perceber que cada professor se compromete, quando

muito, com o conteúdo de sua disciplina, sem a necessidade de integrá-la numa proposta pedagógica única, dirigida ao alunado da escola. Não se discute, no interior da escola, o que se pretende com a formação dos seus alunos, já que simplesmente cada disciplina faz a “sua parte”. Os profissionais não elaboram um currículo para a escola onde estejam envolvidos os trabalhos da área da docência, técnica e administrativa, com o propósito de alcançar objetivos definidos para a formação desse público estudantil.

Esse desempenho é fator decisivo para o sucesso dos resultados, pois o agir de forma colegiada entre educadores, pais de alunos e todos os integrantes da comunidade escolar não é uma prática comum nas escolas públicas do estado da Bahia. O que se constata, ao lado dessas práticas, é que o planejamento e a administração da Educação não têm investido adequadamente na formação, aperfeiçoamento e reciclagem do professor.

Verificou-se ainda que as palestras pedagógicas, conferências e conteúdos se preocupavam somente com os aspectos didáticos. Os temas se restringem a aspectos técnicos, como elaborar provas, aplicar algumas técnicas de estudos e usar meios audiovisuais. Não existia uma reflexão sobre os problemas essenciais da Educação, que conteúdos ministrar e quais os objetivos dessas escolhas para a vida do estudante, observando-se o contexto de sua realidade. Concluiu-se que o trabalho do educador da escola pública vem se caracterizando deste modo:

Autoritário, provocador da passividade dos alunos, na preocupação do armazenamento dos conhecimentos não fornecendo elementos de um trabalho independente nem deixando espaço para autoavaliação dele próprio e seus alunos. (BAHIA, 1990, p. 16).

Entretanto alguns aspectos ampliam o contexto dessa realidade, como as condições do trabalho do professor das primeiras séries do 1º grau, o qual, quando habilitado (situação rara, na zona rural), não estava preparado para essa primeira etapa – a alfabetização. Por isso, foram realizadas análises no currículo do magistério, as quais constataram que não inclui a formação de alfabetizador, com raras exceções, que levam a considerar que deve existir uma revisão do currículo em nível nacional, pois não atende a muitos requisitos para a formação do professor nessa etapa de ensino.

Ademais, a partir da Lei nº 5692/71 e com o enfraquecimento dos Institutos de Educação, a inclusão do magistério como habilitação do 2º grau, concorrente com outras modalidades, desconfigurou as necessidades do exercício profissional, que antes eram mais bem conduzidas nesses centros de formação. Colaboram, ainda, para esse quadro de problemas, as condições de trabalho do professor, pela ausência de estrutura das unidades escolares, material pedagógico, assistência administrativa, coordenação e assessoramento na tarefa de educar as séries iniciais, agregadas ainda ao baixo padrão de remuneração dessa categoria.

Esses dados se ampliam para todas as etapas de ensino, pois foi percebido que a formação através das licenciaturas curtas e plenas em pouco altera as condições reais do exercício profissional, de modo que se recomenda que se deve ter uma atenção especial às instituições formadoras do estado da Bahia para uma revisão pedagógica dessas formações. Sobre as questões curriculares, observou-se que essa parte é tratada por um grupo de técnicos e que as diretrizes curriculares nas unidades escolares são apenas entendidas como grade curricular, com a sua prosaica contabilidade de horas-aula por disciplinas ou atividades e distribuição destas por períodos letivos.

Em acréscimo, tem-se a seguinte constatação de como o currículo está definido:

De forma exógena, através dos livros didáticos. É através deles que se veiculam e se caracterizam modelos de sociedade, de escola, de trabalho, numa direção bastante distanciada do aluno concreto, ciente da escola pública. Além disso, gradativamente, os livros didáticos foram substituindo o professor na tarefa de planejar o seu trabalho, apresentando propostas pedagógicas fechadas, de mérito altamente discutível. (BAHIA, 1990, p. 19).

As reflexões se estendem para fatores externos à escola e que contribuem para o seu “fracasso”; os mais frequentes são atribuídos aos problemas de natureza social e econômica, a exemplo da carência alimentar, habitação, saúde e tradição cultural dos alunos. Sobre os problemas internos do sistema público de ensino, podemos destacar a ausência de planejamento, organização, controle da rede escolar, expansão e manutenção da rede física e equipamentos escolares, assistência pedagógica, provimento, movimentação e aperfeiçoamento de pessoal e serviços de apoio ao educando.

Essas dificuldades mostram o reflexo de uma administração centralizada baseada na dependência total das escolas em relação aos órgãos centrais ou regionais para o seu funcionamento. É enfatizado ainda que, mesmo a administração regionalizada próximo das escolas, de forma significativa, não consegue romper o centralismo tradicionalmente característico da administração da Secretaria de Educação, com os agravantes da prática de clientelismo vivenciada nesses espaços. Agrega-se aos problemas educacionais a circunstância de que, além dos serviços básicos para seu funcionamento, as escolas sentem falta de aquisição de práticas modernas no campo da tecnologia educacional, assim como para o aprimoramento de suas atividades através do desenvolvimento de pesquisas, inovações e experimentações, no campo pedagógico, áreas praticamente ausentes da prática pedagógica nas unidades escolares.

## **6 O ENSINO MÉDIO NA EDUCAÇÃO BAIANA**

Nessa seção, como nas demais áreas do documento, é realizada uma reflexão a respeito dessa etapa de ensino, em cotejo com os dados nacionais. Diz-se que há uma preocupação de educadores com a denúncia de que essa etapa de ensino

[...] continua ocupando, na estrutura da educação brasileira, a incomoda posição ou hífen - como ponto de passagem e elo entre a educação básica e a superior – ou de ponte entre a educação e o acesso ao mercado do trabalho. (BAHIA, 1990, p. 61).

A reflexão continua quando se estabelece uma comparação com o movimento pendular entre a ciência (ensino propedêutico) e o trabalho (ensino profissionalizante), que disparam desigualdades e descontinuidade de investimentos nessa etapa de ensino. No ano de 1980, o estado da Bahia, conforme dados apresentados, detinha 10,5% das matrículas, ficando o Ensino Fundamental com 85,5% e o Ensino Superior com 4,5%. Assim, pode-se considerar que, para cada grupo de 100 alunos matriculados no 1º grau, existem pouco mais de 12 alunos no Ensino Médio e 6 alunos matriculados no Ensino Superior.



Sobre essa descontinuidade das etapas de ensino, precisamos olhar para o início da escolarização dessa época e levar em conta os dados de outras modalidades apresentadas no documento. Considerando a primeira etapa de ensino, a educação pré-escolar, o nível de atendimento dessa clientela na rede pública carecia de muitas intervenções, enquanto a rede particular ocupava cada vez mais espaços nessa área.

Embora a rede pública tenha ampliado as vagas, ao longo da década de 1980 foi diagnosticado que os serviços prestados estão longe de atender às necessidades das crianças, com alguns pontos que fragilizam essa etapa de ensino. Podemos mencionar alguns deles, como a falta de recursos humanos especializados, de escolas, material didático e metodologias específicas para a idade, além da inexistência de preparação adequada nos cursos de magistério de 2º grau.

Para além de alguns problemas citados, o único curso superior para essa modalidade era oferecido pela Faculdade de Educação da Universidade do Estado da Bahia (Faeeba/Uneb) com curso regular de Pedagogia com habilitação em ensino pré-escolar, que iniciou suas atividades somente no ano de 1985. Como já ressaltado, os cursos de habilitação do 2º grau não se preparavam para essa etapa de ensino e o curso superior especializado iniciou as atividades somente em 1985, fato que gerou um espaço lacunar na formação de professores nessa área.

Outro dado que também é muito discutido nessa etapa de ensino, consiste na evasão e na repetência. Em 1980, dos 751.880 alunos matriculados na 1ª série, 21,5% eram repetentes. Em 1984, eram 24,1% sobre um total de 785.460 alunos que estavam matriculados na 1ª série. Esses dados revelam o fenômeno da repetência na série inicial, com agravos pela evasão, os quais são expostos de forma subsequente na próxima etapa de ensino, da 5ª a 8ª séries, com forte incidência da distorção idade/série. Tendo em vista uma efetiva atuação na época em todos os problemas que alimentam esses dados, teríamos na rede estadual uma evolução de matrículas nas séries subsequentes e, certamente, índices mais positivos sobre as modalidades subsequentes da Educação.

Retornando aos dados do segundo grau, verifica-se que o ensino diurno e particular propedêutico concentra a camada mais beneficiada da sociedade e

garante – ou pelo menos cria – condições para o ingresso na universidade. Em contrapartida, a população mais pobre se concentra no Ensino Médio público, predominantemente noturno, com índices de reprovação e evasão muito superiores aos do ensino particular, como podemos ver na Figura 1 (apresentada neste artigo), na qual percebemos que os índices de abandono, reprovação e aprovações na rede privada são mais positivos, o que promove a desigualdade entre escolas públicas e particulares, ensino profissionalizante e propedêutico.

A equipe chega à conclusão de que inexistem prioridades para essa etapa de ensino, tampouco políticas bem definidas na rede pública estadual e que, na última década, teve de enfrentar alguns desafios abaixo enumerados:

- Insuficiente crescimento da rede pública – tendo em vista o montante potencial para Ensino Médio, a população de 15 a 19 anos, segundo dados concernentes a um total de matrículas, no Ensino Fundamental, alcança 2.241.286 alunos, enquanto o Ensino Médio apresenta apenas 187.823 matrículas, concentradas predominantemente na capital e cidades de médio porte. Podemos considerar que a demanda por essa etapa de ensino é débil, em razão do número reduzido de alunos que alcançam a 8ª série do Ensino Fundamental.
- Baixa produtividade – a taxa média de repetência é da ordem de 14% da matrícula total. A evasão e a reprovação totalizam uma perda de 25,7% da matrícula total, no período de 1980 a 1986, sendo mais grave a 1ª série, cuja média desses dados é de 35,2%. A baixa produtividade nessa etapa é provocada pela concentração de matrículas na 1ª série, sem êxito para a etapa seguinte.
- Descaracterização dos conteúdos curriculares e insuficiência de recursos – nessa etapa, um “[...] aspecto característico do ensino médio baiano é a coexistência de estruturas curriculares pulverizadas principalmente no tocante à profissionalização” (BAHIA, 1990, p. 66), o que implica identificar que não existe uma organização curricular para as diversas modalidades de ensino profissionalizante, ofertadas na rede pública estadual. Para as duas linhas, nessa etapa, a propedêutica e a profissional, foi constatado que a primeira não consegue preparar para a continuidade dos estudos, ao passo que a

segunda não prepara adequadamente para o mercado de trabalho. A descaracterização dos conteúdos curriculares tem sido o ponto de partida de outras graves consequências, a exemplo do aproveitamento escolar e da queda da qualidade dos cursos “pseudoprofissionalizantes”. É acrescentada uma reflexão sobre as atividades econômicas da Bahia que sofreram profundas mudanças econômicas, provocadas pela implantação de complexos industriais modernos, na região metropolitana e em alguns outros distritos industriais. Isso causou a demanda de mão de obra especializada, que não foi devidamente atendida, na modalidade de ensino profissionalizante oferecido na rede estadual, em razão da ausência de equipamentos e laboratórios, imprescindíveis para algumas especialidades, além de mão de obra especializada de professores.

- Concentração nas áreas urbanas – quase metade das matrículas distribuídas nas superintendências regionais se concentra na capital e na região metropolitana de Salvador. Em todas as outras regiões, essas etapas de ensino são cobertas por todas as redes de ensino, com exceção da rede federal.
- Forte incidência do ensino noturno – no ano de 1987, 41,8% dos alunos matriculados no Ensino Médio baiano era maiores de 19 anos de idade, o que demonstra que um grande contingente é constituído de alunos trabalhadores, os quais retornam aos estudos após a conclusão do 1º grau de ensino. Ademais, foi registrado o aumento de matrículas no Ensino Médio noturno com a informação de que, das 5.421 turmas existentes no estado, considerando todas as redes de ensino, no ano de 1987, 2.563 (47,2%) se encontravam no ensino noturno. A baixa produtividade é evidenciada nos índices de repetência, evasão e reprovação, especialmente na 1ª série, que se apresenta como um entrave nessa etapa de ensino.

Nos documentos não são mencionadas ações sobre o currículo e as disciplinas que o compõem nessa etapa de ensino, apenas se descrevendo a variedade de cursos profissionalizantes ofertados na rede estadual e os índices de ingresso e aproveitamento. Essa afirmação nos leva a acreditar que, como

mencionado anteriormente, essa etapa fica aos “cuidados” do livro didático e de iniciativas de cada professor em sala de aula.

## **7 CONCLUSÃO**

A criação e os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira (IAT), em 1983, representaram uma possibilidade da leitura e interpretação dos complexos dados educacionais no estado da Bahia. A sua participação na elaboração de pesquisas e informações que pudessem subsidiar o Plano Decenal da Educação (Plandeba) propiciou um importante trabalho realizado conjuntamente com vários segmentos da área educacional, oportunizando uma ampla discussão e reflexão dos problemas com diferentes segmentos da sociedade. Esse amplo trabalho expôs o conjunto de setores dessa área, com análises reais, desde a área administrativa, a parte estrutural e física e especialmente os recursos humanos, no que tange à formação inicial e continuada de professores e profissionais da Educação.

O objetivo do trabalho foi atendido, na medida em que foram desvelados o contexto e o conjunto de diagnósticos para a etapa do 2º grau, com uma análise das principais ações que devem ser realizadas em longo prazo, especialmente no que se refere ao aumento de ingresso e permanência nessa modalidade de ensino, e que se deve atuar inicialmente nas etapas anteriores de formação.

É importante acrescentar que essa etapa precisa de uma constante reavaliação na sua proposta curricular, amoldada aos anseios sociais e políticos de cada época. Outro dado de grande relevância é a sua clientela e o contexto social e cultural em que está inserida, pois a sua diversidade de público, seja rural, seja de comunidade, seja ainda de área urbana, se mostra com diferentes necessidades e um significativo desafio, nos diagnósticos da educação baiana.

No que concerne à aplicação da LDB 5692/71, a qual direciona ao ensino profissionalizante e à flexibilização da Lei 7.044/82, estas não foram suficientes como medidas de progresso nessa etapa de ensino, pois a

Secretaria de Educação não se revelou preparada, em termos administrativos, estrutura física e de pessoal, para atendimento dessa formação profissional. Pressupomos que os desafios externos e internos foram apresentados em todas as instâncias e que a melhoria dos dados educacionais e novas pesquisas e estudos dependem de um esforço conjunto, com um fluxo de ações em longo prazo.

## REFERÊNCIAS

BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia de 05 outubro de 1989**. Disponível em: <https://governo-ba.jusbrasil.com.br/legislacao/70000/emenda-constitucional-2-69>. Acesso em: 18 jun. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 25 jul. 2020.

BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Diagnóstico da realidade educacional baiana, subsidiador ao Plano Decenal da Educação – PLANDEBA**. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1990.

BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Relatório de Atividades Instituto Anísio Teixeira**. 1983-1986. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1986.

CARVALHO, I. M. M.; VERHINE, R. E. Descentralização da educação. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 299-321, 2000.

OLIVEIRA, H. P. A ação conjunta de Anísio Teixeira e do INEP na Bahia. **Cadernos IAT**, v. 1, n. 1, p. 31-46, dez., 1988.

SANTOS, M. O. dos. **Formação de professores de escolas comunitárias: sentidos do percurso formativo**. Orientador: Maria Ornélia da Silveira Martins. 202 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação - UFBA, Salvador, 2007.

SILVA, A. A. **As políticas públicas para educação básica na Bahia nos anos 90: propostas e ações nas gestões de Antonio Carlos Magalhães e Paulo Souto (1991-1998)**. São Paulo-SP, 2007.

SILVA, M. R. Ampliação da obrigatoriedade escolar no Brasil: o que aconteceu com o Ensino Médio?. **Ensaio: aval. pol. públ. educ.**, [s. l.], ano 2020, v. 28, ed. 107, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/mqfqFrxbKWWpcjhwrGNqsgn/?format=html#>. Acesso em: 1 dez. 2020.

SOUZA, H. S.; ROCHA, J. F. M.; TEIXEIRA, E. S. Contribuições do Instituto Anísio Teixeira para a Educação Matemática no Estado da Bahia - Período 1983-1991. **Educação Matemática Pesquisa**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática, [S.l.], v. 22, n. 1, jan., 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/44010>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SOUZA, H. S. **Iniciativas Contemporâneas para a formação de professores de matemática na Bahia, 2017**. Dissertação (Mestrado) – Salvador, Instituto de Física, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, da Universidade Federal da Bahia, 2017.

VERHINE, R. E. A gestão do financiamento da educação básica: um estudo longitudinal e comparativo no contexto do estado da Bahia. **Em aberto**, Brasília, v. 19, ed. 75, 2002. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2573>. Acesso em: 5 abr. 2019.

VERHINE, R. E. Um experimento chamado FUNDEF: uma análise do seu desempenho no cenário nacional e no contexto da Bahia. **Educação Brasileira**, Brasília, DF, v. 22, n. 45, p. 121-146, jul./dez., 2000.

## ARTIGO 4

### A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES DO INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA NA EDUCAÇÃO BAIANA DÉCADA DE 1990

**Resumo:** No processo histórico da educação pública baiana, é reconhecido que, a partir de 1980, a criação do Instituto Anísio Teixeira (IAT) tornou-se um referencial no fomento a estudos e pesquisas educacionais, apresentando dados e informações sobre os peculiares problemas identificados na época nessa área. Dentro desse contexto, representou, também, um espaço de ampliação de parcerias institucionais e de captação de recursos, quer nacionais, quer internacionais, para seus trabalhos, em um período de grande recessão econômica que foi a década de 1980, no cenário nacional. A sua segunda gestão, compreendida entre 1987 a 1990, foi marcada pela continuidade das primeiras ações, com evidente ampliação de suas atividades e parcerias com grande relevância e participação social e interinstitucional, inclusive, com trabalhos que subsidiaram o Plano Decenal da Educação (Plandeba), o qual mapeou e delineou, na época, as políticas educacionais no estado da Bahia. O ano de 1991 traz a reforma administrativa do Estado, com reestruturação das atividades da Secretaria de Educação, incluindo o Instituto, influenciada diretamente por mudanças políticas e sociais que marcaram a década de 1990. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é conhecer a reestruturação realizada nas atividades do Instituto Anísio Teixeira na década de 1990, identificando e analisando ações direcionadas para o Ensino Médio, especialmente nas disciplinas de Matemática e Física. A análise dos dados mostrou que a ampliação das suas atividades consistiu especialmente de ações em sala de aula e formação de professores em serviço, sobretudo das séries iniciais e Ensino Fundamental. Essa nova etapa da atuação do Instituto, entretanto, revelou que o Ensino Médio não se mostrou como prioridade, devido aos altos índices de analfabetismo, repetência e distorção idade/série, identificados nas gestões anteriores.

**Palavras-chave:** Instituto Anísio Teixeira. Educação. Secretaria de Educação.

## INTRODUÇÃO

Na história do Brasil, as demandas educacionais são adaptadas a fatores sociais, políticos e econômicos, com características próprias e incidências regionalizadas. Na ampliação dessa discussão, especialmente no século XX, significativas ações fazem parte desse processo histórico. Dentre tantas, podemos citar a criação e a evolução da Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira, com primeira versão na Lei nº 4.024/61, reformada pelas

Leis nº 5.540/68, nº 5.692/71 e, posteriormente, a mais longa que permanece na atualidade, a LDB nº 9.394/96.

Assim como a Constituição, houve importantes avanços nas últimas décadas, realizados através da incorporação de temas que conquistaram importância na sociedade, o que lhe atribuiu o papel de reorganizar e reestruturar o sistema educacional brasileiro, em cada época de sua vigência, incorporando aspectos políticos e econômicos. Antes desse processo, os debates sobre as questões educacionais ocupavam espaços sociais, concretizados através da relevante iniciativa do Ministério da Educação, em 1930, e do Inep, em 1937, que lhe conferiam atribuições descritas no Decreto-Lei n.º 580, de 30 de julho de 1938, em que a preponderância de estudos e pesquisas educacionais era a peça fundamental para cumprimento de suas finalidades. Nisso, conquistou espaço, credibilidade e fortalecimento dessa ferramenta como lente para diagnósticos e políticas públicas nacionais.

Alinhadamente, no estado da Bahia, tivemos nomes com essencial atuação em iniciativas nessa área, e suas particularidades regionais, como o baiano Anísio Teixeira e o seu legado de trabalhos, como a Escola Parque e o Inep – Bahia (SOUZA *et al.*, 2020). Como herança, perpetuada por muitos outros atores dessa época a partir de 1983, teve-se a criação do Instituto Anísio Teixeira (IAT), órgão vinculado à Secretaria de Educação, tendo na época como Secretário o professor Edivaldo Boaventura (1933-2018), o qual o concretizou, juntamente com o professor Hildérico Pinheiro de Oliveira (1924-2000). Esses ideais agregaram capital importância aos trabalhos da Secretaria de Educação, especialmente para os professores.

O professor Hildérico, como seu primeiro gestor, organizou as primeiras atividades do IAT com estudos e pesquisas educacionais no estado da Bahia, incorporando a esse trabalho sua larga experiência em construções escolares com Anísio Teixeira (1900-1971), no Inep – Bahia e no Conselho Estadual da Educação, além de professor da Ufba e outras instituições, na capital. É registrado também que não existia até essa época órgão com essa finalidade de pesquisas sistemáticas, com o objetivo de propor soluções aos mais agudos problemas da educação baiana (SOUZA, 2017; SOUZA *et al.*, 2020).

Como também já registrado por Souza (2017), sobre a fundação do IAT em 1983, a sua primeira gestão, até o final de 1986, foi marcada por



dificuldades financeiras e de pessoal especializado para o trabalho proposto, entretanto, mesmo diante desse quadro, conseguiu realizar 23 pesquisas educacionais. Esse trabalho foi além dos dados estatísticos dos problemas da escola pública baiana, com exposição das suas principais dificuldades, na capital e algumas cidades no interior baiano. A autora enfatiza ainda que, após o término da sua primeira gestão no IAT até sua morte, em 2000, dentre outras atividades, o professor Hildérico continuou vinculado ao Conselho Estadual de Educação, principalmente na Educação Básica, com ampla atuação nas decisões educacionais do estado da Bahia (SOUZA, 2021).<sup>15</sup>

Souza (2021) complementa que no quadriênio de 1987-1990, a gestão ficou a cargo da professora Maria José de Oliveira Palmeira, que já desenvolvia trabalhos desde a sua fundação, junto com o professor Hildérico, e reconhecia a importância da continuidade de suas atividades através dos diagnósticos coletados. Sua gestão foi marcada por ampliação significativa desses trabalhos, juntamente com ampliação das parcerias institucionais, especialmente com a Faculdade de Educação da Ufba. Essa parceria proporcionou apoio de pessoal especializado para desenvolvimento das atividades propostas, com desenvolvimento de seminários, palestras e participação em eventos científicos, inclusive em outros estados. Nessa época, os escassos recursos financeiros ainda persistiam em sua rotina de funcionamento, todavia, foram ampliadas algumas parcerias de captação de recursos para o desenvolvimento de suas atividades, em nível nacional e internacional.

Na ampliação de suas atividades científicas, foram lançadas as Revistas denominadas *Estudos IAT* e *Cadernos IAT*, um espaço de publicação e divulgação dos trabalhos realizados pelo Instituto. Nelas foi apresentado um conjunto de artigos e biografias resultantes de projetos de investigação desenvolvidos pelo Instituto ou através de suas parcerias. Essas publicações ainda incorporam e resgatam o acervo histórico da Educação baiana, que era uma das prioridades desde a sua fundação, com apresentação de nomes até então pouco explorados na historiografia educacional. Essa iniciativa foi

---

<sup>15</sup> Cf. o capítulo referente ao Artigo 1, que faz parte desta Tese.

propiciada também pela experiência do prof. Hildérico Pinheiro de Oliveira nos trabalhos do Inep – Bahia Souza (2021).<sup>16</sup>

Em reconhecimento às atividades do IAT na Secretaria de Educação, no final de sua segunda gestão, em 1989, a equipe foi convidada para realizar pesquisas que subsidiariam as políticas e diretrizes educacionais ao Plano Decenal da Educação (Plandeba). Esse documento representou um importante trabalho para a Educação baiana, com participação de várias esferas da sociedade e das universidades locais. O diagnóstico realizado para as atividades do Plandeba mostrou a educação na escola pública baiana através de um complexo quadro de problemas, com previsão de elevados investimentos em longo prazo. A perspectiva inicial desse diagnóstico consistia em ampliar ações que minimizassem as desigualdades e atrasos no acesso, permanência e progressão nas etapas escolares, especialmente nas séries iniciais (cf. SOUZA, 2021).<sup>17</sup> Nessa época, a Bahia apresentava-se com significativa desvantagem em comparação aos dados do Nordeste, assim como em relação aos dados nacionais.

Tal preocupação com as desigualdades educacionais e econômicas, no Brasil, fez parte também da pauta das políticas sociais do Banco Mundial, a partir da década de 1970. Nesse intuito, o Banco começa a realizar empréstimos para implementação de projetos para as regiões mais carentes e, nesse contexto, se enquadra o perfil do Nordeste. Essa discussão é muito bem apresentada no trabalho de Pereira (2007), que traz, em suas palavras:

O Banco financiou, entre a década de 1980 e 1990, três projetos educacionais: o Edurural, primeiro empréstimo do Bird para as séries iniciais do ensino fundamental no Brasil, que vigorou de 1980 a 1987; Projeto Nordeste, em execução no período de 1994 a 1999, e o Fundescola, implementado em 1988 e ainda se encontra em execução. (PEREIRA, 2007, p. 29).

De acordo com os dados contemplados no trabalho da autora, as ações eram direcionadas às séries iniciais, sem adicionar as outras etapas de ensino. A Bahia participou dessas ações, com o Projeto Edurural, na região rural, e o Projeto Nordeste e Fundescola, em diversas cidades geridas em parceria com a Secretaria de Educação, não necessariamente com a participação do IAT.

---

<sup>16</sup> Capítulo relativo ao Artigo 2 desta Tese.

<sup>17</sup> Capítulo referente ao Artigo 3, que integra esta Tese.

Em 1990, após a mudança da gestão do governo no estado da Bahia, a Secretaria de Educação, incluindo o IAT, passou por um significativo reordenamento administrativo, organizado através da Lei nº 6074, de 23 de maio de 1991. A partir destas considerações iniciais, o objetivo deste trabalho consiste em conhecer a reestruturação realizada nas atividades do Instituto Anísio Teixeira na década de 1990, identificando e analisando ações direcionadas para o Ensino Médio, especialmente nas disciplinas de Matemática e Física. O recorte temporal deste estudo se constitui na análise documental de três gestões administrativas, das quais foram analisados relatórios e documentos, dentre outros registros feitos nessa época.

Para a construção dessa narrativa, este trabalho está dividido em seções que mostram como foi estruturada a nova etapa do Instituto Anísio Teixeira, através de seus estudos e projetos, no período de 1991 até o ano de 2000. Para apresentação dos dados, foi considerada a ordem cronológica de cada uma das gestões, seus trabalhos e sua atuação nas atividades para o Ensino Médio.

## **1 A NOVA ESTRUTURA DO INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA**

As primeiras atividades do Instituto Anísio Teixeira, até 1990, foram cercadas por longo processo de dificuldades financeiras e carência de pessoal especializado para a sua finalidade, as quais, parcialmente, foram contornadas pela determinação de uma equipe que acreditava no seu espaço para a Educação pública baiana, vinculada a estudos e pesquisas educacionais. Além disso, sua importância nessa área foi demonstrada através da publicidade e divulgação de seus trabalhos à sociedade, em eventos e debates, com apresentação dos dados educacionais, sua diversidade e peculiaridades. Para além da leitura dos dados estatísticos, a interpretação desses dados educacionais contou com a participação de parcerias institucionais, especialmente com a Universidade Federal da Bahia (SOUZA, 2017).

Dentro desse cenário, na seara política, em 1986, após a redemocratização, o advento das primeiras eleições diretas para governador no estado da Bahia teve como eleito o candidato Waldir Pires (1987-1989), que

rompeu nessa época, por um breve período, a hegemonia política advinda do amplo período de indicação aos postos governamentais. Por conseguinte, nas eleições de 1990, foi eleito o governador Antônio Carlos Magalhães e o vice-governador Paulo Souto, com instalação desse grupo político com sucessivas eleições, até a primeira década de 2000. É importante destacar que o período analisado para este trabalho sobre as atividades do Instituto Anísio Teixeira, na década de 1990, foram geridas nesse contexto, e acreditamos apresentar um modelo diferente das duas gestões anteriores.

Após a sua posse em 1991, em maio do mesmo ano, foi realizada a reforma administrativa, através da Lei nº 6074, de 23 de maio de 1991, com reestruturação que modifica a estrutura organizacional da Administração Pública Estadual direta, indireta e fundacional. Dentro dessas mudanças, no Art. 6º da referida lei, foram extintas algumas Secretarias, dentre elas a Secretaria da Cultura, que foi incorporada à Secretaria de Educação, atribuindo-lhe a nova denominação de Secretaria de Educação e Cultura.

No mesmo ano, essa lei é complementada pelo Decreto nº 691, de 18 de novembro de 1991, que definiu nova organização para o IAT, formalizando suas atividades no que tange a “[...] planejar e coordenar estudos e projetos referentes a ensino, pesquisa, informações educacionais e capacitação de recursos humanos na área de educação.” Esse documento o ratifica como um órgão em Regime Especial da Administração Direta, integrante da estrutura da Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia, regido pelas disposições da Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966, com a seguinte finalidade e competência:

- planejar, orientar, coordenar, supervisionar, executar e avaliar as atividades atinentes à sua finalidade;
- promover intercâmbio com instituições congêneres ou afins, com serviços e profissionais especializados;
- executar convênios e acordos de cooperação técnica ou financeira celebrados pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Educação e Cultura com instituições nacionais, internacionais ou estrangeiras;
- apoiar os órgãos da Secretaria da Educação e Cultura na utilização de informações estatísticas, resultados de estudos e análises realizadas;
- articular-se permanentemente, com o Centro de Desenvolvimento da Administração da Secretaria da Administração, no desenvolvimento de ações da área de Recursos Humanos; Art. 1º (BAHIA, 1991a).

A formalização dessa atuação como um órgão em regime especial da administração direta atribuía ao Instituto um importante papel, dentro do contexto das ações políticas da Educação baiana. Foi regimentado nessa época que o Instituto teria a função de apoiar a Secretaria da Educação e Cultura na interpretação das informações estatísticas, acrescentando os resultados de seus estudos e análises realizadas em cada área pesquisada. Com esses dados, deveria articular-se de forma permanente com o Centro de Desenvolvimento da Administração da Secretaria da Administração, assim como no desenvolvimento de ações na área de recursos humanos. Para entender a ampliação dessa reestruturação, elaboramos organogramas amparados no Decreto nº 691, de 18 de novembro de 1991, como podemos visualizar a seguir:

Quadro 1 - Decreto nº 691 de 18 de novembro de 1991



Fonte: Elaborado pela autora com base em BAHIA (1991a).

A dinâmica estrutural organizada nesse documento criou, dentro da estrutura do IAT, setores que trabalhavam de modo independente, em cada uma de suas funções, enquanto, ao mesmo tempo, precisavam retroalimentar informações para prosseguimento de seus trabalhos. Percebemos que na Gerência de Informações Educacionais, a Subgerência de Documentação foi mantida, organizando as atividades concretizadas desde a sua fundação,

concebidas como essenciais pelo seu fundador, o professor Hildérico de Oliveira, aproveitando a sua experiência no Inep – Bahia, no resgate do acervo histórico dos dados educacionais.

Foi dada a devida importância à formação continuada em serviço, considerando os dados já pesquisados, nos quais não somente os professores precisavam de atualizações profissionais, mas toda a rede estadual de ensino, que apresentava um significativo dado de ausência de qualificação, exposto detalhadamente, sobretudo no documento “Diagnóstico da realidade”, que subsidiou os trabalhos do Plandeba.

Outras duas subgerências fizeram parte dessa estruturação, sem ter uma subdivisão estrutural, que são elas: 1) Subgerência Administrativa e Financeira, com uma seção de Apoio Administrativo e outra seção de Execução Financeira e Contabilidade; 2) Subgerência de Articulação e Supervisão Técnica.

Para além da estrutura mencionada, ficou acertado, nesse mesmo decreto-lei, que o Instituto Anísio Teixeira (IAT) teria o assessoramento jurídico que compete à Procuradoria Geral do Estado; as atividades de assessoramento em comunicação social seriam executadas pelo Gabinete do Secretário da Educação e Cultura, enquanto as atividades relativas ao planejamento, programação, orçamento e acompanhamento seriam exercidas pela Assessoria de Planejamento da Secretaria da Educação e Cultura, na forma da legislação do respectivo sistema. Por fim, aquelas atividades relativas à modernização administrativa e informática seriam executadas pelo Núcleo de Desenvolvimento da Administração (NDA) da Secretaria da Educação e Cultura.

A disposição dessa organização no IAT e toda a estrutura montada nessa etapa ratificam os três alicerces dos seus trabalhos, que foram identificados como as principais dificuldades para cumprir a sua finalidade: organizar e interpretar as informações educacionais, intermediar e gerir estudos e experimentações e promover a qualificação de recursos humanos, especialmente os professores.

Nessa perspectiva, cada uma delas tinha a função e a responsabilidade de desenvolver e intermediar ações com estrutura própria, dentro da sua proposta de atuação. Organizacionalmente, como apresentado por Souza

(2017), a gerência de informações educacionais era a que detinha o controle de intermediar as formações, experimentações e projetos desenvolvidos com professores e alunos da rede estadual de ensino. Nessa época, é colocado em prática, de forma mais contundente, o cadastramento de agências, serviços e projetos educacionais, com o objetivo de tratar os diagnósticos e problemas detectados anteriormente, os quais evidenciam também a ausência de qualidade, em desacordo com a ampliação de matrículas da rede estadual de ensino.

Essas evidências foram detectadas, sobretudo nas disciplinas de Matemática e Português, em todas as etapas educacionais. É importante destacar que nessa época ainda não existiam, de forma padronizada, recursos sistematizados sobre a qualidade da educação, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), criado somente em 1990. Nesse período, o IAT demonstra atenção no que concerne à qualidade educacional e à sua aplicação de recursos financeiros. Diante dos índices apresentados em dados anteriores, as informações sustentam informações destoantes entre o aumento de matrícula na rede estadual e a qualidade do ensino oferecido, especialmente nas análises das disciplinas de Português e Matemática.<sup>18</sup>

Ainda nesse ano de 1991, a Secretaria de Educação e Cultura definiu os princípios norteadores e as metas respectivamente: princípios - i) Democratização do ensino público, ii) Reconstrução da escola pública, iii) Articulação das ações educativas, iv) Descentralização do sistema educacional e v) Modernização do sistema administrativo; metas - i) Criação de um Centro de aperfeiçoamento que viesse a garantir a consubstancialidade das proposições de políticas de educação e atividades de aperfeiçoamento dos recursos necessários à sua concretização e ii) Capacitação de dirigentes, docentes e especialistas do sistema estadual de ensino.

Em cada um desses princípios e metas, incluiu-se uma grande variedade de cursos, seminários e outros eventos de aperfeiçoamento de

---

<sup>18</sup> A partir de 1990, com a criação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), o Governo Federal cria ferramentas para conhecer a qualidade da Educação Básica brasileira. Sua primeira edição, em 1993, avalia uma amostra de escolas públicas. Desde 1995, é adotada a Teoria de Resposta ao Item (TRI). A aplicação dos testes abrange as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. O público-alvo do Saeb é formado pelas turmas finais do Ensino Fundamental e a última série do Ensino Médio.

professores para todos os níveis de ensino, atingindo aproximadamente 80% do universo dos profissionais.

Esses programas de aperfeiçoamento eram dirigidos a todas as categorias de profissionais da Educação. É importante salientar que esses cursos foram divulgados pelas 33 Diretorias Regionais de Educação e Cultura, atingindo todo o território da Bahia, através de inscrições voluntárias, com destaque para a oferta de 20% das vagas às Prefeituras Municipais pertencentes à jurisdição das Diretorias Regionais que compunham os Núcleos de Capacitação.

Em 1992, cumprindo uma das metas estabelecidas na reforma administrativa da Secretaria de Educação, o instituto formaliza-se com o Centro de Aperfeiçoamento de Professores, durante a gestão do então governador Antônio Carlos Magalhães. Sua sede, situada na Avenida Luis Viana Filho, com ocupação de uma área de onze mil metros quadrados, constitui um moderno espaço dotado de seis salas de aula, sala de treinamento de informática, laboratório de ciências, oficina de artes plásticas e educação artística, administração, biblioteca, videoteca, auditório, sala de projeção, de jogos, de exposições, de TV e vídeo.

Além disso, sua sede dispunha de alojamento com espaço para abrigar, simultaneamente, até 146 profissionais da educação com estrutura de hospedagem. Nessa mesma área, foi construída também a Escola de Aplicação de 1º grau, com disponibilidade de 12 salas de aula, oficinas, laboratórios, biblioteca, auditório e anfiteatro, o que representou um espaço de fácil acesso às atividades práticas. Nesse espaço tem também uma área comum com estacionamento, quadra e campo de futebol. O custo para o Estado foi da ordem de dois milhões e trezentos mil dólares, conforme registra o relatório na sua página 21. O referido centro representou um importante espaço de experimentações educacionais e aperfeiçoamento de professores na educação pública do estado.



Figura 1 - Sede do Instituto Anísio Teixeira, construída após a reestruturação sofrida por este órgão, em 1991



Fonte: BAHIA (2020).

Com o intuito de disseminar as atividades para todo o estado e em cumprimento à proposta da Descentralização Administrativa e da Articulação das Ações Educativas, foram criados, em 1991, 14 Núcleos de Capacitação da capital e do interior. Cada núcleo desses atendia a uma determinada Diretoria Regional de Educação (Direc), abrangendo os 415 municípios existentes, à época, no Estado da Bahia.

## **2 OS TRABALHOS DO INSTITUTO ENTRE 1991-1994**

Nessa época, suas principais atividades consistiam no Programa de aperfeiçoamento de professores e no Programa de estudos e experimentações educacionais e tecnológicas. No que concerne ao primeiro programa, foram realizados 1036 eventos, distribuídos entre a capital e o interior, através de um conjunto de projetos. Esses projetos foram ofertados da seguinte forma: I) Conteúdo das séries iniciais do Ensino Fundamental, II) Alfabetização, III) Magistério, IV) Assistência ao educando; V) Conteúdo do Ensino Fundamental e Médio; VI) Educação de Jovens e Adultos; VII) Educação Especial e VIII) Educação Infantil, em que se atingiu um público de 79.375 profissionais, dentre eles, 54.719 professores, durante o quadriênio. Desse total, 28.293 faziam parte do Ensino Fundamental e Médio. Essas atividades foram desenvolvidas em parcerias e convênios com empresas do estado da Bahia, distribuídos nas 33 Diretorias Regionais de Educação e Cultura, com conteúdos de todas as disciplinas e tópicos especiais de Matemática (SOUZA, 2017).

Quanto às atividades direcionadas para a etapa do Ensino Médio, o Relatório de Atividades apresenta o “Projeto de Aperfeiçoamento de professores do 2º grau”, que foi desenvolvido através de um convênio com a Fundação Vitae<sup>19</sup>, Universidade Federal da Bahia. Nessa parceria, o IAT ofereceu cursos com carga horária de 132 horas, em atendimento aos professores de Matemática, Língua Portuguesa e Física, nas unidades escolares na capital e interior, com capacitação de 280 professores. É importante considerar que essa etapa do Instituto coloca em prática o seu plano de ação, principalmente no que foi realçado através dos dados do “Diagnóstico da realidade educacional baiana”, em 1990, que indicou a ausência de formação inicial de professores e a prática comum de professores leigos atuando, principalmente na etapa de Ensino Médio.

Um outro dado que merece atenção é a evidente participação de empresas privadas do território baiano em investimentos e projetos educacionais desenvolvidos pelo IAT. Essa atuação, como órgão independente e em atendimento as suas finalidades, envolve, nessa época, significativas parcerias financeiras, retirando de pauta dos seus dados o problema de recursos financeiros.

O foco do Instituto, nessa fase dos trabalhos, foi a realização de cursos e formação em serviço, em termos quantitativos. Não há uma preocupação de formação por campos disciplinares: sua atuação ainda está direcionada à formação de elementos da alfabetização e ao desenvolvimento de algumas práticas em serviço das séries iniciais, apesar de existirem alguns trabalhos nas outras modalidades de ensino. Não existe uma avaliação crítica sobre o alcance das propostas desenvolvidas nas escolas públicas, assim como não há registros e avaliação daqueles que receberam essas formações.

---

<sup>19</sup> De acordo com Almeida e Herência (2012), a Fundação Vitae é uma associação civil sem fins lucrativos que atuou no Brasil de 1985 a 2005. Surgiu no país em meados dos anos 1980, sendo uma das três entidades criadas a partir da venda de empresas do conglomerado alemão Hochschild, dedicado à atividade mineradora, com atuação na Europa desde o século XIX, e na América do Sul, ao longo do século XX. O seu legado se refere a uma ampla quantidade de financiamentos de projetos culturais e educacionais em vários estados brasileiros.

### 3 OS ESTUDOS E PROJETOS DO INSTITUTO ENTRE 1995-1997

Estenderemos a análise desses dados até o período de 1997, em decorrência de não se encontrar disponível o Relatório do ano de 1998. Esse documento inicia o registro, enfatizando a busca da qualidade da escola pública e o aperfeiçoamento de professores para atender à sua dupla finalidade, através da “[...] valorização do profissional da educação e a elevação da qualidade dos serviços oferecidos pela escola pública.” (BAHIA, 1995-1997, p.1).

Em suas palavras, enaltece o seu trabalho, após sua reestruturação e inauguração do seu espaço físico, no ano de 1992. Nessa sequência, avalia que, após essa nova etapa, especialmente através da reestruturação advinda da reforma administrativa da Secretaria de Educação, suas ações se expandiram significativamente, em termos quantitativos, na formação de professores e profissionais da educação.

Diferentemente das gestões anteriores discutidas por Souza (2017), não é exposto um quadro de dificuldades financeiras e de pessoal especializado, que transparece como um problema solucionado nessa etapa da SEC. É realizada uma síntese no que concerne às atividades programadas e realizadas, com dados bem destoantes dos seus primeiros anos, como podemos visualizar na Figura 2 a seguir:

Figura 2 - Comparativo entre metas programadas e realizadas no período 1995-1997, relativas ao Programa Aperfeiçoamento de Professores

QUADRO DE METAS						
PROGRAMADAS / REALIZADAS						
<u>PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO PARA PROFESSORES</u>						
CLIENTELA	1995		1996		1997	
	PROGRAMADA	REALIZADA	PROGRAMADA	REALIZADA	PROGRAMADA	REALIZADA
• DIRIGENTES	4.000	5.158	4.453	5.367	8.000	5.314
• PROFESSORES	16.000 *	13.064	19.000	26.561	24.070	43.671
• TÉCNICOS	3.000	5.110	3.000	4.492	4.000	2.626
<b>TOTAL</b>	<b>23.000</b>	<b>23.332</b>	<b>26.453</b>	<b>36.420</b>	<b>36.070</b>	<b>51.611</b>

Fonte: Relatório de Atividades do IAT (1995-1997).

O citado “Programa de Aperfeiçoamento de Professores” priorizava cursos de longa duração, disponibilizados através de módulos, atendendo a diversos níveis de professores, do Ensino Infantil ao Ensino Médio. Essas ações alcançavam todo o estado da Bahia, em ações articuladas com os 14 Núcleos de Capacitação, na capital e no interior. Esses núcleos funcionavam como uma extensão das ações do IAT, como Centro de Aperfeiçoamento de Professores, o qual, nessa época, desenvolvia parcerias mais consolidadas com as universidades e instituições parceiras das atividades educacionais.

Quanto ao “Programa de Estudos e Experimentações Educacionais e Tecnológicas”, o segundo na prioridade do IAT, as ações visaram, nesse período, à participação das unidades escolares da capital e do interior, com atividades de pesquisa e experimentos educacionais. As atividades foram executadas a partir de iniciativas do IAT e de solicitações encaminhadas pelas unidades escolares, em uma demanda que viabilizou a realização de pesquisas e inovações das propostas curriculares de várias disciplinas.

Um dos pontos destacados nessa parte do trabalho e que não foi encontrado nos documentos pesquisados é a seguinte indagação: a oportunidade desses cursos era distribuída de forma justa para todas as unidades escolares, principalmente aquelas distantes das instalações físicas do IAT?

Ainda considerando os dados de 1995 a 1997, focalizados na Figura 2, foram atendidos 83.296 professores. Uma síntese sobre essa divisão de atendimento é feita também nesse relatório, em que se mostra o atendimento para o ensino de 5ª a 8ª série e Ensino Médio da seguinte forma: no ano de 1995, 2.457, em 1996, 5.221, e no ano de 1997, 12.574 atendimentos. No desmembramento desses dados, o IAT apresenta o Ensino Fundamental e o Médio dentro de um mesmo grupo de formação, enquanto a Educação de Jovens e Adultos, nesse mesmo documento, é exposta separadamente. Os dados dessa etapa são apresentados com as seguintes informações: em 1995, 2.032; em 1996, 5.995; e em 1996, 3.838.

Esses dados colaboram com a hipótese de que a Educação de Jovens e Adultos, que corresponde à etapa do Ensino Médio, é uma etapa lacunar na Educação baiana. A proposta de resgatar e analisar criticamente essa etapa e o público por ela atendido na rede pública de ensino foi exposta no livro

*Educação para adultos no Estado da Bahia - 1972/1986*, no governo de João Durval Carneiro, com Edivaldo Boaventura como Secretário de Educação. A sua produção teve como objetivo “[...] resgatar e sistematizar as informações existentes, de modo a oferecer os elementos essenciais a uma crítica voltada a aperfeiçoar o planejamento e a atuação do setor público estadual na área de educação para adolescentes e adultos” para a criação de “Subsídios para o planejamento do ensino público estadual”.

Nesse livro, tem-se um levantamento histórico e local sobre a educação de jovens de 15 a 17 anos e adultos no estado da Bahia. O mesmo foi realizado com o apoio de integrantes dos setores do Departamento de Educação Continuada, sob administração de Laerte Correia Lima (1983-1987), e reúne as ações desenvolvidas na Secretaria de Educação, no período de 1972 a 1986, descrevendo como se concretizou o atendimento às necessidades educacionais dessa clientela, a partir de adolescentes e adultos no período citado. Acrescenta que a falta de informações cumulativas desse público, ocasionada por descaso dos órgãos, dificultou análises críticas sobre os aspectos qualitativos e quantitativos da Educação baiana, referentes ao processo de planejamento e à prática pedagógica adotada nessa área.

Nessa época, houve também investimento e grande capacitação de professores financiados pelo Projeto Nordeste, tendo sido priorizada toda a etapa das séries iniciais. Na síntese de suas ações, é observado que seus trabalhos de formação atendiam igualmente coordenadores pedagógicos e recursos humanos para as atividades educacionais, com ações desenvolvidas em parceria com as universidades do Estado e instituições particulares.

É ressaltada ainda, no que diz respeito ao período de 1993 e 1994, a capacitação de 299 multiplicadores para o Projeto Vídeo Escola, pelos professores da Escola de Comunicação e Arte – ECA, da Universidade de São Paulo. Essa realização foi uma parceria de seminários e cursos junto com a Fundação Roberto Marinho e Fundação Banco do Brasil. A adesão a esse recurso educacional atinge dois problemas: a formação em larga escala e a redução dos custos dessas ofertas. Os dados que poderiam explorar esse recurso aplicado nas escolas estaduais seria objeto de outra pesquisa, mas percebemos, através dessa modalidade, a inserção de modelos prontos e de baixo custo para a formação de professores, com atendimento da sala de aula.

Há, entretanto, de se perguntar: por que essa ação foi tão importante? Primeiro, é preciso ser dito que o projeto Vídeo Escola foi criado em 1989 pela Fundação Roberto Marinho, tendo como objetivo fortalecer a prática pedagógica dos professores do Ensino Fundamental e Médio e complementar o currículo escolar, sendo o material constituído por uma série de filmes de TV, usados para montar uma videoteca, a qual ficou à disposição das escolas. O propósito era promover a discussão de temas das disciplinas do currículo, os quais muitos alunos apresentavam dificuldade de entender, servindo como um suporte de aprendizagem complementar das escolas.

Inicialmente, em 1993, o projeto foi implantado em 100 escolas, sendo que em 1994 foi ampliado para 265 unidades da rede estadual, 17 da rede municipal de Salvador e 24 instituições públicas e privadas. No processo de descentralizar o projeto, o Instituto Anísio Teixeira acompanhou sistematicamente as ações desenvolvidas através de contato direto com coordenadores regionais do Vídeo Escola. Nesse período, foram capacitados 1.255 professores e, desse total, 299 atuaram como multiplicadores em escolas da capital e interior, os quais conseguiram treinar 18.892 professores, em 120 municípios. Exponencialmente, essa formação se distribuiu muito mais rapidamente entre os 417 municípios do estado da Bahia.

No que diz respeito ao Projeto Viver a Escola, como um dos projetos prioritários do “Programa de Estudos e Experimentações Educacionais e Tecnológicas”, os documentos informam que aconteceu em parceria com o Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia (Irdeb). Para cada ano, foram produzidos, em média, 6 programas de televisão, com temas definidos em função das experiências escolares apoiadas pelo IAT, tendo sido produzido também um compacto, apresentando extrato dos referidos temas exibidos pela TV Educativa, no último sábado de cada mês, às 19 horas, o que viabilizou também a publicação de materiais pedagógicos elaborados pelos professores da rede pública de ensino.

Como já mencionado anteriormente, somente algumas escolas participavam dos experimentos e formações, mas aparentemente, todas tinham acesso ao resultado, por intermédio dos vídeos produzidos. Nesse contexto, a única iniciativa voltada para o ensino de Ciências e Matemática nesse período foi a Oficina de Ensino da Matemática, envolvendo uma escola de Salvador e

da cidade de Seabra, no interior da Bahia. De modo geral, a formação continuada de professores de Ciências e Matemática foi quase imperceptível, em razão de não se dar ênfase e desenvolver trabalhos de forma disciplinar.

No ano de 1997, são documentadas as comemorações dos cinco anos de construção da sede do Instituto. Foi realizado o evento *Jornada Pedagógica de Educação: Desafios e Possibilidades* em sua comemoração. Essa atividade atendeu a 3.078 professores, sendo 1.833 em palestras e 1.245 em cursos e oficinas. Foi promovida também uma sessão de homenagens àqueles que contribuíram para a consolidação do Instituto, tais como: Antônio Carlos Magalhães (Presidente do Congresso Nacional), Paulo Souto (Governador do Estado da Bahia), Antonio Imbassahy (Prefeito de Salvador), Edilson Freire (Secretário de Educação do Estado da Bahia), Dirlene Mendonça (Secretária de Educação de Salvador), Ana Cristina Barros (representando a família do Dr. Anísio Teixeira), Agnela da Silva Giusta (Consultora do Centro), Antônio Fernando Lima (Diretor do CONESC, responsável pela construção do Centro), Vera Lucia Câmara (servidora mais antiga do IAT). Finaliza suas ações reconhecendo seus trabalhos na Educação baiana e faz os agradecimentos às contribuições recebidas para o funcionamento de suas atividades.

#### **4 OS ANOS DE 1999 A 2000**

Em continuidade aos anos anteriores, esse período é marcado por ampliação quantitativa da sua proposta institucional. Nos dados analisados dos anos de 1999 e 2000, observamos o desenvolvimento dos programas: i) Aperfeiçoamento de professores, ii) Tecnologia educacional e iii) Educar para Vencer, atendendo aos profissionais do Ensino Fundamental, Médio e Superior.

No Programa Aperfeiçoamento de professores, foram atendidos 38.841 profissionais da educação. Dentro dessa oferta, podemos destacar os cursos de “Aperfeiçoamento de professores para o Ensino Médio”, com 3.771 cursistas, “Aperfeiçoamento de professores de educação de jovens e adultos”, com 4.754 cursistas, e um curso de “Especialização”, com 332 cursistas.

Sobre o Programa Educar para Vencer, sua atuação teve um significativo trabalho, pois se propôs corrigir as deficiências do sistema educacional. Em 1999, promoveu os seguintes programas, com os respectivos atendimentos: Gestão Escolar, com 3.630 contemplados, Regularização do fluxo escolar 1ª a 8ª série, com 3.630, Programa de Enriquecimento Instrumental, com 3.043 e iv) Curso de Capacitação de Avaliação da Aprendizagem – CBA – 1ª e 2ª séries, com 1.030. O atendimento total desse programa foi de 16.198 cursistas.

Considerando os dados até o ano 2000, verifica-se que o Programa de Tecnologia Educacional, afirmando a prioridade para o conhecimento tecnológico, como o Mestrado em Mídia e Conhecimento, desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC, tem como objetivo o conhecimento da tecnologia de Educação a distância. Nessa área, foram concretizadas as seguintes formações: Capacitação para Professores - Informática Básica, 70 cursistas, Capacitação para Professores - Informática Educativa, 245, Aperfeiçoamento para Professores em Telepedagogia, 829, Formação para professores – Mestrado, 30. A oferta de Licenciatura Plena- Complementação para bacharéis somente ocorreu a partir de 2001.

No que toca ao Programa de Enriquecimento Instrumental, que teve formação de 3.043 professores, até o ano 2000, é mencionada somente a circunstância de a oferta do curso trazer sua contribuição educacional para o Ensino Médio. Nesse propósito, destacamos o tópico a seguir para apresentar em linhas gerais essa proposta educacional. Embora não seja direcionada diretamente aos campos disciplinares da etapa do Ensino Médio, tinha como objetivo a experiência da aprendizagem mediada e, com isso, almejava incrementar o potencial de aprendizagem dos estudantes no seu desenvolvimento escolar e cognitivo.

#### 4.1 PROGRAMA DE ENRIQUECIMENTO INSTRUMENTAL E O ENSINO MÉDIO

Após a nova estrutura educacional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96, com prerrogativas para todas as etapas



da Educação Básica, no Ensino Médio, novas adaptações foram postas, dentre elas, a sua extensão progressiva à obrigatoriedade e gratuidade, que de fato somente foi concretizada pela Lei nº 12.061/2009. Outra mudança significativa foi a extinção da etapa profissionalizante, considerando a organização dessa etapa como formação geral. Nesse contexto, outros acréscimos estão vinculados às alterações curriculares, em que foi adicionada a parte diversificada dos currículos para o Ensino Médio e um Núcleo de Demandas Específicas.

Nesse cenário de mudanças, através das recomendações do Conselho Estadual de Educação – CEE/BA<sup>20</sup> – sobre a nova reconfiguração dessa etapa de ensino, foram destinadas 4 horas-aula semanais para essa parte diversificada. Como já mencionado, o IAT aderiu ao Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI) nos 1º e 2º anos do Ensino Médio, com o objetivo de ampliar o aprendizado dessa etapa de ensino. As escolas que manifestaram interesse nessa adesão receberam a formação, através da Fundação Luís Eduardo Magalhães (Flem),<sup>21</sup> no período de 1999 até 2006, em parceria com o IAT (MATOS, 2008; LIMA, 2007).

Mas o que agregava essa proposta, na área educacional?

No referido programa, não são trabalhados separadamente campos disciplinares, mas há a proposta de se incrementar o potencial de aprendizagem dos estudantes, no seu desenvolvimento escolar e cognitivo, nessa etapa de ensino, reduzindo índices de evasão e reprovação. A sua proposta pedagógica envolve o conteúdo formativo organizado em blocos ou instrumentos, com níveis I e II, que abordam aspectos do desenvolvimento cognitivo. Nesse contexto, o professor deve proporcionar a intervenção adequada, via experiência de aprendizagem mediada, técnica aprendida durante a sua formação para aplicação do PEI.

---

<sup>20</sup> O Conselho Estadual de Educação (CEE-BA), órgão colegiado da estrutura da Secretaria da Educação do Estado, tem por finalidade disciplinar as atividades do ensino público e privado no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, exercendo funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras, consultivas e de controle de qualidade dos serviços educacionais.

<sup>21</sup> A Fundação Luís Eduardo Magalhães – Centro de Modernização e Desenvolvimento da Administração Pública (Flem) – é uma fundação autorizada a funcionar pela Lei nº 7.349, de 12 de julho de 1998. Seu trabalho tem a finalidade social de realizar pesquisas, planejar, fomentar, apoiar e executar projetos e atividades nas áreas de desenvolvimento e capacitação de pessoas, de modernização da gestão e dos serviços públicos. Disponível em: <http://www.flem.org.br/flem/quem-somos/>. Acesso em: 02 mai. 2021.

Lima (2007) informa que os instrumentos foram fornecidos pela Fundação Luís Eduardo Magalhães/ATC-BA e distribuídos da seguinte forma: para o nível I, aplicado na 1ª série do nível médio das escolas da rede estadual, foi disponibilizada a organização de pontos, orientação espacial I e II, comparação, percepção analítica, classificação e ilustração. Para o nível II, na 2ª série, silogismo, relações familiares, relações transitivas, relações temporais, instruções, progressão numérica e desenho de padrões. Ainda complementa que o “[...] conjunto de instrumentos que constituem o PEI” intenta o seguinte objetivo geral:

Aumentar a capacidade do organismo humano para modificar-se através da exposição direta ao estímulo e de experiências advindas do cotidiano e das oportunidades de aprendizado formal e informal. (FEUERSTEIN *et al.*, 1980 apud LIMA, 2007, p. 50).

No trabalho de Lima (2007), é exposta uma pesquisa sobre essa formação aos professores do Ensino Médio, através de um estudo de caso, o qual mostra o acréscimo propiciado por essa formação. Realiza também análises sobre sua proposta, como também críticas quanto ao modelo adotado na época de sua adesão. Essa formação teve vigência até o ano de 2006, juntamente com outros cursos mediados pelo IAT.

## **5 O QUE PODEMOS CONCLUIR**

A criação do IAT, em 1983, como órgão para implementar a leitura dos problemas educacionais do estado da Bahia, colocou em vigência os primeiros estudos e projetos sobre a real situação da educação oferecida nas unidades públicas estaduais. A partir de 1989, após a elaboração das atividades que subsidiaram o Plandebea (1990), o IAT disponibilizou, para a sociedade e para a política local, um mapa que oferecia uma visão de planejamento das intervenções educacionais no território baiano.

Esses dados, diferentes dos estatísticos da SEC, adicionaram peculiaridades regionais, de pessoal administrativo e de professores, além de aspectos sociais, da maioria dos municípios baianos. Essa análise possibilitou também a leitura e a programação de investimentos para ações em curto, médio e longo prazo.

Nessa perspectiva, após a reforma administrativa da Secretaria de Educação e também do IAT, desde 1991, foi notável constatar a atuação direcionada, em termos quantitativos, à formação continuada de professores e à busca de ferramentas que pudessem melhorar a sua prática em sala de aula. Nesse contexto, foram disponibilizados cursos muito mais voltados a práticas e atividades no ambiente escolar. Nisso, foram adicionadas ferramentas tecnológicas e audiovisuais, como o recurso a vídeos e bibliotecas, através da educação a distância, economicamente mais viável em todo o território baiano. Outro aspecto notado foi a crescente parceria financeira, durante toda a vigência da coleta dos dados analisados, o que possibilitou uma crescente oferta de formações a todos os componentes da área educacional.

Outro dado constatado foi um núcleo comum de conhecimentos de Matemática e Português em todas as etapas de ensino. Os dados mostram também a prioridade e o direcionamento às etapas iniciais de ensino, recomendação dada sobretudo nas suas primeiras pesquisas educacionais. Fica claro que não houve ações direcionadas ao ensino de Ciências e Matemática, estabelecendo-se espaços aos campos disciplinares, especialmente no que se refere ao Ensino Médio. Poucas ações dessa etapa, que foram registradas no relatório de atividades, se mostram como estudos ou atividades das universidades que atingiam um público muito pequeno, centralizado na capital e em poucas escolas públicas.

A prioridade do IAT, entre os anos de 1990 e 2000, consistiu na formação em serviço. No que tange aos dados apresentados pelo Plandeba sobre a falta de formação de professores especializados, principalmente após a exigência da LDB nº 9394/96, a primeira oferta oferecida pelo IAT foi a partir do ano de 2000, como complementação pedagógica para professores com bacharelado. Obviamente, a Ufba já oferecia alguns cursos de formação inicial em nível superior aos professores interessados, entretanto, essa formação acontecia muito mais pela iniciativa desses profissionais do que através da mediação do IAT. A participação da parceria IAT – universidade ensejava aos professores a oportunidade de frequência no curso e negociação da carga horária para realização das atividades.

Uma crítica sobre os cursos de formação continuada oferecidos pelo IAT era a aceitação da unidade escolar para algumas ofertas disponibilizadas. Isso

quer dizer que os dirigentes de uma unidade escolar tinham autonomia de adesão, ou não, aos cursos disponibilizados, com práticas que poderiam ser efetuadas em sala de aula ou no prédio do Instituto. Dentro dessa autonomia, percebemos também a criação de desigualdades de acesso a essas formações e melhorias em algumas escolas que não participavam dessa experiência.

Na medida em que algumas unidades escolares aceitavam e se adequavam a essas ofertas, agregavam elementos inovadores à sua prática pedagógica, enquanto outras ficavam em desvantagem. Outro questionamento é quanto ao acesso às divulgações dos cursos do IAT nos documentos analisados, cuja oferta não se faz diretamente aos professores, informando-se que as unidades escolares foram comunicadas, e cabia ao gestor efetivar essa ponte de informação. Como a formação exige a ausência do professor no ambiente escolar, isso impacta diretamente na rotina de alocação das aulas para a realização das atividades.

Algumas questões ainda não puderam ser contempladas neste trabalho, mas servem para uma próxima etapa de pesquisa: na medida em que uma unidade escolar não demonstra adesão ao programa, o professor perde esse acesso e autonomia? O professor poderia procurar esses cursos diretamente no IAT? As respostas a essas questões precisariam da participação desses atores históricos para a composição lacunar desses dados.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, G. S. B. de A.; HERENCIA, J. L. A Fundação Vitae e seu legado para a cultura brasileira parte I: fontes conceituais, linhas diretivas, programas próprios e legado. **Políticas culturais**, [s. l.], ano 2012, 2012. Disponível em: <https://livrozilla.com/doc/687245/a-funda%C3%A7%C3%A3o-vitae-e-seu-legado-para-a-cultura-brasileira>. Acesso em: 5 dez. 2020.

BAHIA. **Decreto nº 691 de 18 de novembro de 1991a**. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-691-de-18-de-novembro-de-1991>. Acesso em: 20 jul. 2020.

BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Diagnóstico da realidade educacional baiana, subsidiador ao Plano Decenal da Educação – PLANDEBA**. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1990.

BAHIA. **Lei nº 6074, de 23 de maio de 1991b**. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/lei-no-6074-de-22-de-maio-de-1991>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Relatório de Atividades Instituto Anísio Teixeira**, 1991/1994. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1994.

BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Relatório de Atividades Instituto Anísio Teixeira**, 1995/1997. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1997.

BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Relatório de Atividades Instituto Anísio Teixeira**, 1999/2002. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 2002.

BAHIA. Instituto Anísio Teixeira. **Educadores**. 2020. Disponível em: <http://educadores.educacao.ba.gov.br/iat>. Acesso em: 20 out 2020.

FERNANDES, T. **Políticas Culturais Estaduais na Bahia Governo Antônio Carlos Magalhães - 1991-1994**. s.d. Disponível em: [http://www.cult.ufba.br/arquivos/Políticas\\_Culturais\\_gestao\\_ACM\\_91\\_94\\_FINAL\\_Taiane.pdf](http://www.cult.ufba.br/arquivos/Políticas_Culturais_gestao_ACM_91_94_FINAL_Taiane.pdf). Acesso em: 10 set. 2020.

LIMA, L. F. **O Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI): o que dizem os professores sobre o Curso de Formação**. [manuscrito], 2007.

MATOS, N. B. de. **O conceito de operação mental na formação do professor de Química: as possibilidades do Programa de Enriquecimento Instrumental**. 135 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, 2008.

MENDONÇA, D. **Secretária Estadual de Educação e Cultura da Bahia (1991-1995)**. S.d. Disponível em: <http://dbhb.fpc.ba.gov.br/2019/12/05/dirlenemendonca/> Acesso em: 18 out. 2020.

PEREIRA, S. M. C. **Projeto Nordeste de Educação Básica e o FUNDESCOLA: uma análise do discurso governamental e do banco mundial sobre a qualidade da educação**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2007.

SOUZA, H. S.; ROCHA, J. F. M.; TEIXEIRA, E. S. Contribuições do Instituto Anísio Teixeira para a Educação Matemática no Estado da Bahia - Período 1983-1991. **Educação Matemática Pesquisa: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, [S.l.], v. 22, n. 1, jan., 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/emp/article/view/44010>. Acesso em: 18 jun. 2020.

SOUZA, H. S. **Iniciativas Contemporâneas para a formação de professores de Matemática na Bahia.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Física, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

## ARTIGO 5

### O ENSINO DE MATEMÁTICA E FÍSICA ENTRE 1980 E 2000: UM ENCONTRO ATRAVÉS DAS VOZES DOS SEUS ATORES HISTÓRICOS

**Resumo:** Após a criação do Instituto Anísio Teixeira (IAT), em 1983, através da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, passou a existir um órgão para realizar estudos e pesquisas, subsidiar políticas educacionais, fazer a captação de recursos e promover a formação de professores e do pessoal vinculado à educação. Seus primeiros trabalhos, até o ano 2000, foram direcionados para tratar um conjunto de problemas, em todas as fases educacionais das escolas públicas estaduais, em que se mostrava a necessidade de urgente intervenção, em curto, médio e longo prazo. Em razão de prioridades e recursos limitados, especialmente nas duas primeiras gestões, as suas ações foram muito mais dirigidas às séries iniciais e, em alguns momentos, à Educação de Jovens e Adultos, na modalidade de ensino supletivo. Souza (2017) evidencia, em seu trabalho, a ênfase nessa etapa de ensino, no período de 1980 até o ano 2000, em razão de recomendações das políticas vigentes na Secretaria de Educação. Nessa mesma época, a etapa do Ensino Médio atravessava mudanças de ordem organizacional e curricular, dentro do seu papel social ditado pela transição da LDB nº 5.692/1971 para a LDB nº 9.394/96. Os dados revelam que essa fase não teve o mesmo espaço de pesquisas, intervenções e formações das séries iniciais, constatando-se também que os trabalhos direcionados aos campos disciplinares em Matemática e Física, nessa etapa, não eram considerados como prioridades. Nesse contexto, há uma lacuna sobre certos aspectos: como era a atuação dos profissionais que ensinam essas áreas, nesse modelo de ensino profissionalizante versus formação geral? Como buscavam recursos didáticos para a sala de aula? Essas questões são incorporadas ao objetivo deste trabalho, que é investigar as atividades desenvolvidas/experimentadas, a partir de ações do IAT, por professores que lecionavam Matemática e Física na etapa do Ensino Médio, em colégios estaduais de Salvador, no período de 1980 a 2000. Trata-se de uma modalidade que, remodelada em diferentes processos históricos e políticas educacionais, possuía um perfil peculiar em sua efetiva atividade, por onde esta pesquisa pretende transitar, com o intuito de ir além da literatura e compartilhar, através das vozes de seus atores históricos, esse lócus, além de sua autonomia curricular e visão quanto aos modelos de formação dessa etapa de ensino e suas readaptações. Foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema, consulta a leis e documentos relativos à época e visita aos arquivos do Colégio Estadual da Bahia – Central, do Instituto Anísio Teixeira, do Memorial Arlindo Coelho Fragoso e da Politécnica (Ufba). Dadas as especificidades do tema, e principalmente dos questionamentos a serem respondidos, foi

necessária a busca do recurso das fontes orais para a produção de fontes históricas com profissionais que tenham participado diretamente naquele lugar e tempo, os quais comumente são ignorados na historiografia tradicional. Foi constatado que a estrutura organizacional da Secretaria de Educação, das escolas e, sobretudo, a formação de professores para disciplinas específicas do currículo não foram produzidas no mesmo ritmo, impactando diretamente na sua qualidade, viabilizando ou invalidando dois caminhos para os que buscam a profissionalização ou a universidade na sua proposta social.

**Palavras-Chave:** Ensino Médio. Segundo Grau. Matemática. Física.

## INTRODUÇÃO

O sistema educacional reflete as mudanças da sociedade, de sorte que o processo historiográfico para etapa do Ensino Médio<sup>22</sup> transitou por cenários de cunho político e social, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Por não ter uma identidade própria, transformou-se em uma crítica ponte, que ora se mostrou como proposta propedêutica para o ensino superior, ora como requisito de formação para ingresso no mercado de trabalho, apresentando-se também com características peculiares em cada região brasileira, ao longo da história recente (KRAWCZYK, 2009).

Nesse contexto, foram apresentados alguns marcos legais para a sua organização e reestruturação, através da divulgação da primeira Lei de Diretrizes de Bases da Educação, em 1961 (Lei nº 4.024/61), trazida após ser prevista na Constituição de 1934. Dentre outras medidas, recomenda a formação em nível superior do professor que atua no Ensino Médio, através do seu artigo 59. Após dez anos, em um período de mudanças políticas no país, efetivadas pelo regime militar, é divulgada a segunda Lei de Diretrizes de Bases da Educação, em 1971 (Lei nº 5.692/71), a qual reitera a formação em nível superior, em seus artigos 30 e 77. Outra medida determinada por essa lei

---

<sup>22</sup> A atual denominação “Ensino Médio”, de acordo com a LDB nº 9394/96, já teve outras nomenclaturas, no período histórico abordado neste artigo. Assim, em 1942, no governo de Getúlio Vargas, com a Reforma Capanema de Ensino, o ensino secundário era dividido em dois ciclos: o Curso Clássico e o Curso Científico – o primeiro era focado em línguas e filosofia e o segundo, nas áreas de ciências e exatas. Em 1946, foi criado o Curso Normal e, em 1971, com a nova LDB nº 5.692, foi instituído o ensino profissionalizante, abolido pela lei 7044/82, que é uma emenda à lei anterior e instituiu o fim da obrigatoriedade dos colégios técnicos e o retorno da formação geral e propedêutica.



foi a orientação para a formação profissional para a etapa do Ensino Médio. Pensamos que essa medida deveria fluir em conjunto com uma formação de professor especializada, adequada aos cursos oferecidos.

Essa nova reestruturação conferiu a tal etapa de ensino um caráter obrigatoriamente profissionalizante e terminal, especialmente para o ensino público (CUNHA, 2014). Um pouco antes da promulgação dessa lei, já existiam em todo o território nacional movimentos estudantis exigindo o acesso à universidade. Essa manifestação social foi propagada por grupos identificados como *excedentes*, desde a década de 1960, com expressivos protestos também no estado da Bahia (BRITO, 2007). Dentre outras medidas, a profissionalização dessa etapa do ensino visou a frear essas reivindicações com novas perspectivas, em um período de implantação também da Reforma Universitária de 1968, o qual produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro, na organização política e administrativa da universidade, inclusive com abertura de espaço para o ensino superior privado no país (MARTINS, 2009).

Mais à frente, a promulgação da Lei nº 7.044, de 18 de outubro de 1982, para efeito de ajustes, afirma que a oferta do ensino profissionalizante pelo estabelecimento de ensino na etapa do Ensino Médio poderia ser flexibilizada, medida que quase não foi inserida nas unidades da rede pública estadual. Essa proposta de reorganização curricular junto com a oferta profissional foi analisada em cada estado brasileiro, junto ao seu Conselho Estadual de Educação e Secretarias de Educação. Outro marco importante foi a Constituição de 1988, a qual representou um grande avanço no Ensino Médio, diferentemente das anteriores, como “progressivamente obrigatório” para os jovens de 15 a 17 anos.

Apesar da CF 88 tratar a sua progressão de obrigatoriedade, é importante frisar que essa obrigatoriedade foi implantada somente em 2009, através da Emenda Constitucional nº 59/2009, o que nos leva a considerar que, de fato, talvez tenha retardado, em termos legais, a implantação de políticas públicas e investimentos em períodos decorridos da vigente lei, especialmente na educação pública estadual, que é o foco desta pesquisa. Finalmente, teve-se a implantação da LDB nº 9.394/96, que representou efetivas mudanças em toda a estrutura educacional, transformando toda essa etapa em formação

geral e alterando, mais uma vez, a oferta de ensino e o currículo, além de exigir formação para o professor. Para além dos aspectos legais, afirma que a universalização do ensino médio é uma tarefa em longo prazo pelo baixo percentual de atendimento. Enfatiza ainda que esse problema não se encerra somente com a oferta de vagas, mas através de mudanças em um conjunto de fatores estruturais e principalmente na capacitação de professores (KUENZER, 1997).

Após essa breve apresentação de alguns marcos legais no contexto educacional do Ensino Médio, é observado que até a criação do Instituto Anísio Teixeira (IAT), em 1983, não existia dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Educação um setor que realizasse estudos e pesquisas educacionais, no sentido de mapear suas demandas no estado da Bahia, com a proposta de apresentar dados para a implementação de ações de curto, médio e longo prazo. O mesmo foi fundado na gestão do então Secretário de Educação (1983 a 1987), o professor Edivaldo Boaventura (1933-2018), o qual, juntamente com o professor Hildérico Pinheiro de Oliveira (1924-2000), iniciou a execução desse projeto.

O legado do seu primeiro gestor, o professor Hildérico, além do desenvolvimento dessas atividades, foi a organização de seu funcionamento com persistência, numa época marcada pela falta de pessoal especializado e de recursos financeiros para os trabalhos propostos (SOUZA, 2017; cf. Artigo 1). Essa perseverança continuou nos trabalhos da segunda gestão, com ampliação de parcerias institucionais, captação de recursos e divulgação dos seus trabalhos em eventos e revistas científicas para além do estado da Bahia. Nesse tempo, em reconhecimento às suas atividades, no final de sua segunda gestão em 1989, a equipe foi convidada para realizar pesquisas que subsidiariam as políticas e diretrizes educacionais do Plano Decenal da Educação (Plandeba). Esse documento representou um importante trabalho para a educação baiana, com participação de representantes educacionais da sociedade (cf. Artigo 2, Artigo 4), embora Silva (2007) discuta que essa proposta não tenha logrado o êxito esperado dos diagnósticos apresentados na educação baiana por razões políticas vigentes na época.

A partir de 1991, após a reforma administrativa da Secretaria de Educação, o IAT ampliou sua atuação, com abundante oferta de cursos de

formação continuada de professores em serviço, incluindo também os dirigentes. O período de 1991 até o ano 2000, além dessa atuação em termos quantitativos, o Instituto contou com estrutura própria, com alojamento, laboratórios e bibliotecas para atendimento e qualificação de mão de obra educacional da rede pública no estado da Bahia. Apesar da diversidade na oferta de cursos e formações, não foram identificados estudos direcionados para a etapa do Ensino Médio e nem para os campos disciplinares do ensino de Ciências e Matemática. Algumas poucas formações oferecidas muitas vezes eram realizadas conjuntamente com a etapa do Ensino Fundamental, e a ênfase era prioritariamente focada nas disciplinas de Português e Matemática, em conhecimentos elementares (Artigo 2, Artigo 3, Artigo 4).

Ao longo da história recente, os dados evidenciaram o papel do professor nesse contexto e muitas discussões que mobilizam um novo olhar sobre as diretrizes educacionais, influências sociais e históricas no processo de formação e profissionalização docente (SCHEIBE, 2004; SCHEIBE; BAZZO, 2001; KUENZER, 1999).

A partir da criação do Instituto Anísio Teixeira (IAT), em 1983, e sua função na seara educacional, ficam expostas as seguintes questões: diante de tantas mudanças no Ensino Médio, como era a efetiva regência das disciplinas de Matemática e Física nesse contexto? Quais efetivos apoios foram recebidos por esses profissionais nessa etapa de ensino? Como era a sua prática em sala de aula? Sem a pretensão de esgotar o tema, este artigo se propõe a investigar as atividades desenvolvidas/experimentadas, a partir de ações do IAT, por professores que lecionavam Matemática e Física na etapa do Ensino Médio, nos colégios estaduais de Salvador, no período de 1980 a 2000. Para esse trabalho, foram pesquisados documentos e arquivos no Colégio Estadual da Bahia-Central, documentos oficiais da época, acervos pessoais, além de entrevistas realizadas com três professores, através da metodologia da história oral.

Para abordagem do tema, o trabalho está dividido em seções que abordam os caminhos institucionais das disciplinas de Matemática e Física no contexto da educação baiana; logo após, é realizado um encontro com os atores históricos dessa época, os quais narram tópicos sobre a sua prática em sala de aula, nessas duas áreas de conhecimento.

## 1 OS CAMINHOS INSTITUCIONAIS DAS DISCIPLINAS DE MATEMÁTICA E FÍSICA

Iniciamos este tópico com a seguinte indagação: quais os espaços de formação dos professores de Matemática e Física do Ensino Médio, na cidade de Salvador?

Institucionalmente, transitaram por ambientes comuns na formação profissional e na própria atuação em sala de aula, na rede pública estadual. Essa afirmação antecede dados comumente discutidos sobre a falta de professores licenciados no Brasil e no estado da Bahia, especialmente para as disciplinas do ensino de Ciências e Matemática. A discussão sobre essa lacuna foi exposta para além de dados censitários, em que foram considerados elementos que desestimulavam o ingresso nessa profissão (BRASIL, 2007; BRASIL, 2003).

Esse núcleo comum fica evidente na historiografia através do processo de criação, organização e expansão da Faculdade de Filosofia, em 1942, na Universidade Federal da Bahia (DIAS, 2008), na Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário-Cades (ROCHA, 2014), a partir do Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953, do Centro de Ciências da Bahia (Ceciba), em 1969 (FREIRE, 2009), do Programa de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores de Ciências (Protap) (BRAGA, 2012), das Faculdades de formação de professores e do Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba), em 1969, que posteriormente foram integrados à Universidade Estadual da Bahia, em 1983.

Na oferta pública, esses ambientes serviram para a formação anterior ou *a posteriori*, para toda a rede de ensino, visto que as leis vigentes até a LDB nº 9394/96 flexibilizavam o trabalho docente em razão da escassez para o seu exercício. Sobre os cursos de Licenciatura, sobretudo para a formação de Matemática e Física, os ambientes eram centralizados na Universidade Federal da Bahia, através dos cursos de Licenciatura em Matemática, em Física, Curso de Ciências – Licenciatura Curta, Faculdades de formação de professores e Centro de Educação Técnica da Bahia (Ceteba), desde 1969, com licenciaturas especiais para a área profissional.

Tradicionalmente, na história do currículo educacional, o espaço disciplinar da Matemática sempre esteve envolto em quase todas as etapas educacionais do Brasil, alinhadas em cada contexto histórico. No caso da disciplina de Física, é oportuno ressaltar que o seu ensino, dentro do contexto de Ciências, tomou um impulso considerável, através do desenvolvimento científico e tecnológico gerado pelas influências sociais, especialmente a partir da segunda metade do século XX. É importante destacar a obrigatoriedade dessa área de ensino até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961, quando suas aulas eram somente para as duas últimas séries do antigo curso ginasial. Entretanto somente a partir da LDB nº 5.692/71 passou a ter caráter obrigatório nas oito séries do primeiro grau. Para atendimento dessa demanda, em 1964, foram criados os cursos de Licenciatura Curta, por meio da Indicação do Conselho Federal de Educação (CFE), proposta pelo Conselheiro Newton Sucupira (NASCIMENTO, 2012).

A sua criação teve como prerrogativa o fato de ser emergencial, em razão da ausência de professores que, por ora, era suprida por exames de suficiência para as escolas públicas ou até mesmo através da formação em exercício, nas unidades de formação de professores ou unidades polivalentes. Os cursos tinham duração de três anos e habilitavam para as áreas de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Estudos Sociais, com ênfase em História, Geografia e Organização Política e Social do Brasil e, Ciências, voltada para o ensino de Ciências, Física, Química e iniciação à Matemática.

## **2 UM ENCONTRO ENTRE A LITERATURA E OS ATORES HISTÓRICOS**

Os dados que compõem este trabalho são referenciados na pesquisa qualitativa, pois ensejam a possibilidade de acrescentar narrativas individuais, relacionadas ao contexto do Ensino Médio, entre 1980 a 2000, aos eventos institucionais, memórias, acervos pessoais e documentos. Alberti (2013, p. 30) endossa que “[...] a entrevista de história oral permite também recuperar aquilo que não encontramos em documentos de outra natureza: acontecimentos pouco esclarecidos ou nunca evocados, experiências pessoais, impressões particulares etc.” Embora a autora não a caracterize como preenchimento de lacunas, a considera pela sua peculiaridade, com acréscimo de que “[...]”

decorre de toda uma postura com relação a história e as configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu.” (ALBERTI, 2013, p. 31), frisando a importância da memória e o processo de recordação como um processo variável e pessoal, no qual o entrevistador desenvolve uma postura de elevado respeito na coleta dos dados pesquisados.

Com tal propósito, foi utilizada a abordagem histórica para rememorar o ensino dessas disciplinas para além dos documentos, regimentos e diretrizes aplicadas à época. O cenário reconstruído dessa experiência é constituído por três professores que ensinavam Matemática e Física na rede estadual da cidade de Salvador-BA. As entrevistas foram estruturadas por um roteiro, dividido em três áreas temáticas centradas na atuação do professor e sua autonomia, na área de ensino e sua prática em sala de aula e nas iniciativas oferecidas pela IAT/SEC aos professores de Matemática e Física.

Nessa perspectiva, foi formulado um projeto de História Oral, com o objetivo geral de investigar as atividades desenvolvidas/experimentadas, a partir de ações do IAT, por professores que lecionavam Matemática e Física na etapa do Ensino Médio nos colégios estaduais de Salvador no período de 1980 a 2000. Foram colocados como objetivos específicos três pontos: identificar quais as maiores dificuldades dos professores para o ensino de Matemática e Física; conhecer as principais dificuldades no desenvolvimento, em sala de aula desses campos disciplinares; e tomar contato com as iniciativas de formação inicial ou continuada experimentadas por cada um deles através do Instituto Anísio Teixeira, nessa etapa de ensino.

Para responder às questões levantadas e prover a produção de fontes históricas, foi elaborado um questionário semiestruturado, com perguntas abertas, em que os depoentes tivessem a oportunidade de se expressar com liberdade sobre o tema pesquisado e as questões apresentadas pelo pesquisador (RICHARDSON *et al.*, 1985).

Como já mencionado anteriormente, a formação de professores para as disciplinas de Matemática e Física, no Ensino Médio, transitava por ambientes comuns institucionalmente e em sala de aula, onde dividiam o mesmo espaço pela ausência de professores licenciados. Devemos refletir, nesse sentido, que o imbricamento dessas áreas suscita desafios e problemas que muitas vezes

fogem da autonomia do profissional e recaem em uma perda curricular para o aluno.

### 3 OS PROFESSORES E SUA TRAJETÓRIA DE ENSINO

Neste tópico, exploramos as narrativas dos professores, os quais expõem, através de sua memória, experiências e perspectivas da sua trajetória pessoal até a sua prática docente. Nessa etapa, apresentamos o primeiro dos três blocos temáticos em que são focalizadas questões sobre a sua formação e experiências nessa fase. Iniciamos com o depoimento da professora Edna Maria Santana,<sup>23</sup> em que exhibe a sua trajetória escolar e faz questão de expor algumas políticas educacionais, na década de 1970, e sobre o espaço e o seu contato com as disciplinas das áreas de Ciências e Matemática:

[...] quando terminei o curso na 5ª série, naquela época para você entrar no ginásio tinha que fazer a admissão. Na admissão [...] tinha prova de redação, prova de Português, Matemática e Conhecimentos Gerais que era estudos sociais [...]. Se você tirasse 5, você estava aprovada. [...] No Colégio Alberto Torres, eu fiz a 5ª série, de 5ª a 8ª que hoje é considerado o Ensino Fundamental [...], quando saí da 8ª série, existia um curso que era chamado curso básico. Tinha o curso básico que você tinha que passar por esse curso básico. Então nesse curso você dava todas as disciplinas de exatas como Química, Física, Matemática, Português, Inglês, aí quando você terminasse o curso básico, Geografia, História. Quando terminasse o curso básico, você estava apta para fazer, escolher o curso que você queria fazer, terminar o 2º grau, no meu colégio tinha científico, tinha magistério. [...] aí depois no ano seguinte entrou o curso de administração. Eu escolhi magistério, fiz o curso de magistério, me formei professora primária. Aí, terminei em 1977. (SANTANA, 2019).

Nesse trecho, pode-se perceber como a entrevistada constrói uma linha narrativa, buscando dar sentido à sua história de vida e sua trajetória como professora, enfatizando os processos seletivos nas escolas públicas, através dos exames de admissão para ingresso nas etapas do Ensino Fundamental e Médio. Os filtros seletivos das etapas subsequentes refletiam nitidamente a estratificação social da população, favorecendo aqueles que tinham acesso ao material impresso ou aos cursos de preparação para realização das provas. A intenção dessas medidas era limitar o número de aprovados, já que a oferta era reduzida nas escolas públicas no estado da Bahia. A professora relata que, em 1981, prestou o vestibular na Universidade Federal da Bahia, em

---

<sup>23</sup> SANTANA, Edna Maria. Entrevista concedida em 06 de agosto de 2019.

Licenciatura em Ciências,<sup>24</sup> que habilitava o professor para as disciplinas de Matemática e o ensino de Ciências, abordando também a flexibilidade de atuação do professor nas disciplinas, devido à falta de profissionais:

[...] mas se na escola estivesse faltando professor de Química e Física, também poderia lecionar essas disciplinas: Química, Física, Biologia, Matemática e Ciências. Que inclusive esse curso, alguns professores falavam com a gente, foi criado para trabalhar nas escolas polivalentes. [...] podia ensinar várias disciplinas, se fosse necessário. (SANTANA, 2019).

A professora cita também que o curso de licenciatura que frequentou, na época, é remanescente do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino (Premem) e do Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio (Premem), que funcionaram como uma política de desenvolvimento social, educacional e econômico do país, entre as décadas de 1960 e 1970. Tiveram como objetivo reformular e atualizar todas as etapas do Ensino Médio no Brasil, sendo responsáveis também pela implantação dos Ginásios Polivalentes em todo o estado da Bahia (SANTOS, 2010).

Nessa época, iniciou sua docência na rede particular, e o seu ingresso na rede estadual de ensino ocorreu em 1989. Mais à frente, por convocação da Universidade Federal da Bahia, sem a necessidade de vestibular, após 10 anos, cursou mais 15 disciplinas e terminou o curso de Licenciatura em Ciências do Primeiro Grau, delimitando a atuação dessa formação às primeiras séries do ensino, o que antes era válido também para o Ensino Médio. Essa exigência certamente se deu a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.394/96, em que as Licenciaturas Curtas foram definitivamente extintas e transformadas em Licenciaturas Plenas, em seu artigo 62:

Art. 62º. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação

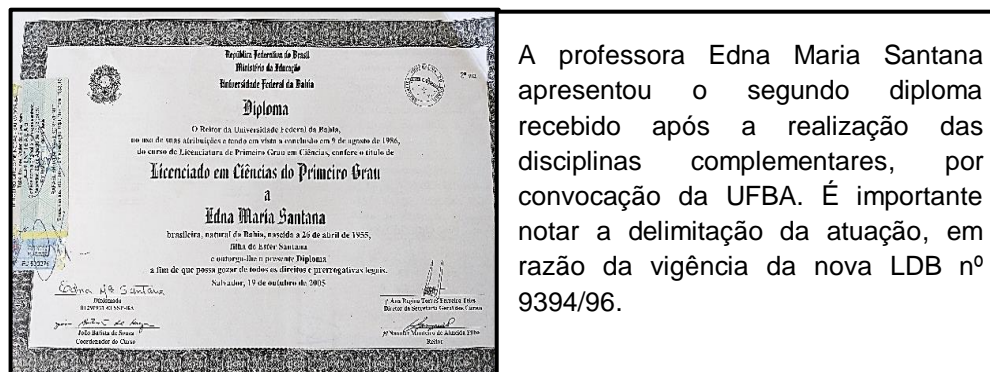
---

<sup>24</sup> O curso de Licenciatura Curta em Ciências foi criado como medida emergencial, em 1964. Esse tipo de licenciatura de caráter emergencial e experimental surgiu, no país, para atender à carência de professores que era suprida, até então, por meio dos exames de suficiência, os quais habilitavam os professores não licenciados, mas em exercício na função, para uma formação polivalente. Os cursos tinham duração de três anos e habilitavam para as áreas de Letras, com ênfase em Língua Portuguesa, Estudos Sociais, com ênfase em História, Geografia e Organização Política e Social do Brasil, e Ciências, voltada para o ensino de Ciências, Física, Química e iniciação à Matemática (SUCUPIRA, 1964).



infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, 1996).

Figura 1 - Diploma em Ciências



Fonte: Documento cedido pela Professora Edna Maria Santana.

Em paralelo, prosseguiu sua formação no Curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Estadual da Bahia (Uneb), onde continuou atuando como professora de Matemática. No ano de 2005, teve a oportunidade de realizar o Curso de Licenciatura em Matemática, através de uma oferta realizada pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT), área na qual atuou até a sua aposentadoria.

Em seguida, temos o professor José Cedraz da Silva<sup>25</sup>, bacharel em Economia; ele ingressou como professor do Estado, em 1991, através de um concurso que possibilitou o ingresso no quadro de pessoal para lecionar disciplinas “afins” do Ensino Médio. Começou suas atividades lecionando em cursos profissionalizantes em Secretariado, Contabilidade e Administração, com a disciplina de Informática. Posteriormente, no Colégio Central da Bahia, começou a dar cursos aos professores por iniciativa própria, no laboratório de Informática da unidade escolar. Começou a lecionar a disciplina de Matemática nessa época, relatando que, com a notícia da extinção dos cursos profissionalizantes, a Secretaria de Educação ofereceu um curso aos professores não licenciados pela Universidade Federal de Santa Catarina, realizada em parceria com o Instituto Anísio Teixeira (IAT). Essa foi a primeira iniciativa de formação inicial de complementação pedagógica usufruída através da parceria do IAT e universidades.

<sup>25</sup> SILVA, José Cedraz. Entrevista concedida em 07 de agosto de 2019.

Como já citado anteriormente, o IAT estava em uma fase de investimentos em formação geral e continuada na Educação baiana, de maneira que, na medida em que já havia mapeado as necessidades educacionais, na década de 1980, desenvolvia parcerias com universidades federais e, mais à frente, com universidades particulares. Essas ações tiveram início a partir do ano 2000, quando o IAT percebeu que a formação continuada em serviço precisaria ser estendida para a formação inicial. Nesse contexto (cf. Artigo 4),<sup>26</sup> menciona que essa primeira oferta do Instituto, em parceria com Universidade, ocorreu no primeiro semestre do ano 2000, inicialmente para professores que tinham Bacharelado e deveriam realizar a complementação pedagógica para o curso de Licenciatura.

A terceira professora é Adriana Pinheiro Cardoso<sup>27</sup>. Ela relata que se formou em Licenciatura em Matemática pela Universidade Católica de Salvador, em 1988, com ingresso no Estado em 1991, através de concurso. Sobre esse encontro com a prática docente, a professora narra um fato marcante sobre a sua primeira experiência como professora no estágio supervisionado, no turno noturno, num colégio da rede estadual:

[...] era à noite, eu fiz o curso à noite. E aí eu cheguei à sala para assistir a primeira aula, como primeiro você assiste como observação, né?! Aí a professora chegou e falou assim: “Explica isso aqui para o aluno”. Aí eu me levantei, expliquei e ela falou: “Tá ótimo, você pode ficar”. Aí eu fiquei e ela sumiu. (CARDOSO, 2019).

O impacto desse primeiro momento mostrou a prática nessa unidade. E, quando questionada sobre materiais disponíveis e planos de curso para iniciar os seus trabalhos, ela acrescentou:

[...] sozinha, desde o primeiro dia de aula. [...] **não, eu que fui buscar**. Na época, Sebastião que era coordenador, e eu o procurei, e ele foi e passou para mim e eu fui acompanhar e não tinha livro na época, o que era pior ainda, né? [...] aí o professor Sebastião me ajudou com os conteúdos, quais seriam. Aí, no dia da prova, foi uma confusão, que os alunos não queriam fazer a prova, e diziam que não estavam preparados. Disse que eu não tinha dado assunto, aí eu peguei o caderno de um aluno que tinha assistido às aulas. Tudo aqui, que estagiário mastiga tudo, mas quando não tem livro, você escreve... Escreve, mastiga tudo. Aí ele olhou assim: “Olha, mesmo que ela não tenha aberto a boca, se vocês anotaram isso aqui, dá para fazer a prova.” **E a professora não aparecia, só apareceu**

---

<sup>26</sup> Artigo 4 desta Tese.

<sup>27</sup> CARDOSO, Adriana Pinheiro. Entrevista concedida em 29 de julho de 2019.

**depois que acabou meu estágio todo.** (CARDOSO, 2019, grifo nosso).

Nessa abordagem sobre o percurso de cada um dos depoentes até a sala de aula como professor, cada um deles constrói representações específicas sobre o tempo, sobre o acontecido e sobre o vivido, realçando o que foi marcante. As histórias contadas não dizem apenas do sujeito que narra, mas também sobre as dinâmicas sociais em que estavam inseridos.

#### **4 PRÁTICAS EM SALA DE AULA**

Neste tópico, os depoentes foram estimulados através de perguntas sobre a sua prática em sala de aula, sobre a sua dinâmica de ensino e sobre suas principais dificuldades no desenvolvimento de seus trabalhos para o ensino de Matemática e Física.

A professora Adriana Cardoso informa que os estagiários, no desenvolvimento do estágio supervisionado, assumirem a sala de aula, sem a presença do professor efetivo, era uma prática comum na relação entre a Universidade com determinadas escolas e professores. Entretanto ressalta que durante sua atuação como professora efetiva, essa prática não se repetiu, mesmo diante de uma experiência atípica de um estagiário japonês:

[...] ele dava aula em português e escrevia em português, só que a letra ninguém entendia nada. Aí a coordenadora do curso conversando: “Ele já é o 3º ano, ele não vai para lugar nenhum, eu vou ter que liberar ele, porque já está demais, ele não vai conseguir passar em concurso nenhum, em escola particular nenhuma vai conseguir também! Ele trabalha em loja de japonês, e ele quer o certificado dele, pronto, então vamos dar o certificado dele.” Aí eu fazia o quê? Ele dava a aula, eu pegava as aulas vagas do aluno e ia dar aula. (CARDOSO, 2019).

Fica clara a iniciativa da professora em encontrar um espaço para recuperar o tempo na administração dos conteúdos programados na turma. Quando questionada sobre sua atuação nos cursos profissionalizantes nessa época, rememora o que vivenciou em sala de aula e expõe as dificuldades de trabalho e os desafios de ensinar disciplinas específicas de cada currículo:

[...] dava sim, que quando você entra, já sabe, é uma diversidade. No curso de Desenho, eu dava Elementos de Custo. No curso de Patologia, dava Estatística. No Ensino Médio, ensinava 1º, 2º e 3º

ano. Ensinava Física, Matemática [...] ensinava tudo. [...] não tinha assim plano de curso não, mas tinham as coordenadoras que elas conseguiam pelas cadernetas, a gente conseguia se organizar. **Quando não conseguia pelas cadernetas, nesses cursos técnicos mesmo, essas matérias, eu pegava os cadernos dos alunos do ano anterior para poder descobrir o que era. Mas geralmente Matemática e Física era mais organizado.** (CARDOSO, 2019, grifo nosso).

Corroborando a afirmação do Relatório de Atividades do Instituto Anísio Teixeira (IAT), sob a gestão do professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, percebemos que a qualidade efetiva do trabalho era muito mais pela iniciativa dos profissionais do que pela estrutura oferecida nas unidades escolares (cf. Artigo 1) .

Sobre os cursos profissionalizantes contemplados pela LDB nº 5692/71, seu oferecimento foi alterado pela Lei nº 7044/82, onde se lê, no Artigo 4º, § 2º: “A preparação para o trabalho, no ensino de 2º grau, poderá ensejar habilitação profissional, a critério do estabelecimento de ensino”, flexibilizando a profissionalização dessa etapa de ensino, de sorte que as unidades escolares poderiam oferecer as duas modalidades, tendo o termo da lei anterior, “qualificação profissional”, sido substituído por “preparação para o trabalho”.

No que concerne a esse período de flexibilização, a professora relata, nessa época de transição, no Colégio Central da Bahia: “[...] chegaram aqui e quebraram os laboratórios todos, deixaram 1 sala de laboratório de Biologia, 1 de Química e 1 de Física. Que tinha um pavilhão inteiro de laboratórios aqui.” Acrescenta que foi deliberado o fim desses cursos na unidade escolar, e que esses espaços seriam substituídos por salas de aula:

[...] então assim, tinha laboratórios equipadíssimos que a Ufba não tem. Aí juntou tudo numa sala só e quebrou as bancadas [...] esse material que ainda tem, disse que na Ufba não tem o que tem aqui. Mas destruíram tudo, que ia acabar o curso técnico e acabou, e disse que precisava de sala de aula para botar formação geral. Acho foi a partir daí que começou a decadência. (CARDOSO, 2019).

Foi questionado como ela percebia essa “decadência” mencionada, ao que ela enfatiza que as turmas do curso técnico eram sempre muito cheias, porque os alunos iam “[...] para trabalhar [...] tinham um objetivo, [...] o objetivo que queriam trabalhar.”

Tratando das dificuldades de trabalho mencionadas pela professora sobre o livro didático, o professor José Cedraz complementa;

[...] quando eu comecei, não tinham livros didáticos. Os livros eram os alunos que compravam, depois é que o MEC começou a oferecer os livros didáticos. Então, a gente escolhia os livros e trabalhava em cima desses livros. [...] antes disso, o aluno comprava. Normalmente, o livro que o aluno comprava era o livro indicado pelo professor. O que é que acontecia, por exemplo, no caso do Central: eu ensinava o 3º ano, adotava um livro. Quem ensinava o 2º ano, adotava um livro. Quem ensinava o 1º ano adotava outro livro. Era uma miscelânea. Nunca chegamos a um denominador comum de qual o melhor livro para atender os três anos. Só depois que o MEC começou a oferecer é que teve que adotar um livro. (SILVA, 2019).

Quanto aos livros didáticos, é importante destacar que, embora o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) exista desde 1937<sup>28</sup>, voltado à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino, passou por diferentes formas de execução e, somente através da Resolução FNDE nº 38, de 15 de outubro de 2003, foi criado o Programa Nacional do Livro para o Ensino Médio (PNLEM), abrangendo os componentes curriculares de Português e Matemática, embora os livros didáticos da disciplina Física só tenham sido escolhidos pela primeira vez no PNLEM, em 2008, para distribuição em 2009.

O professor José Cedraz partilha informações sobre a época do uso do livro didático como orientador dos conteúdos a serem ministrados em sala de aula:

[...] os professores organizavam de acordo com o livro didático. [...] era o sumário do livro didático [...] quando eu comecei a trabalhar, não tinha livro na escola também não. A gente ia à livraria e comprava o livro.  
[...] O livro do aluno era o mesmo do livro do professor. Depois é que apareceu o livro do professor que as editoras iam à escola e davam,

---

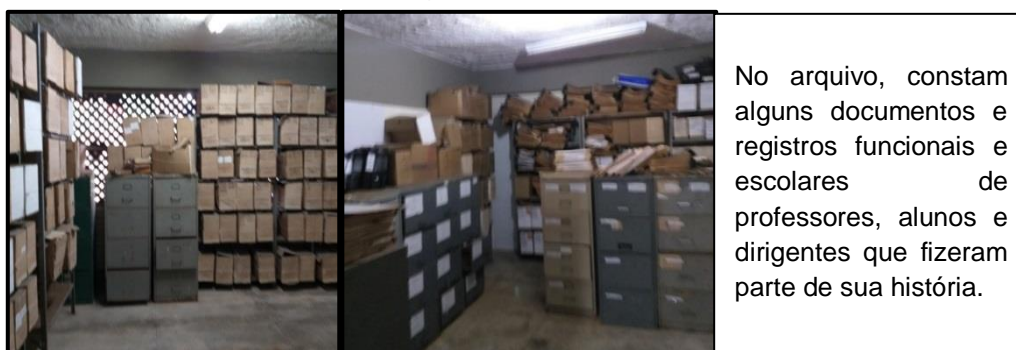
<sup>28</sup> Em 1985, com a edição do Decreto nº 91.542, de 19/8/85, o PLIDEF dá lugar ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), com determinadas inovações, como: indicação pelos professores; reutilização, implicando a abolição do livro descartável e o aperfeiçoamento das especificações técnicas para sua produção; e extensão da oferta aos alunos de 1ª e 2ª série das escolas públicas e comunitárias. Em 1992, a distribuição dos livros é comprometida pelas limitações orçamentárias e há um recuo na abrangência da distribuição, restringindo-se o atendimento até a 4ª série do Ensino Fundamental. Em 1995, são contempladas as disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa. Em 1996, a de Ciências, e em 1997, as de Geografia e História. Já em 1996, é iniciado o processo de avaliação pedagógica dos livros inscritos para o PNLD, sendo publicado o primeiro “Guia de Livros Didáticos” de 1ª a 4ª série. Em 1997, com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), a responsabilidade pela política de execução do PNLD é transferida integralmente para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa é ampliado, e o Ministério da Educação passa a adquirir, de forma continuada, livros didáticos de Alfabetização, Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, História e Geografia para todos os alunos de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental público. Informações disponíveis em: <http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/legislacao/item/518-hist%C3%B3rico>. Acesso em: 10 set. 2020.

depois é que o MEC começou a distribuir os livros para todos os alunos. Aí foi que começou a centralizar os conteúdos dentro de cada escola. Se bem que cada escola adotava um livro, mas conteúdo era praticamente idêntico. Só que aí existiam alguns percalços nesse período. Eu me lembro bem que alguns alunos vinham transferidos de uma escola, já tinham visto um assunto que a gente ia ver no 2º semestre. Então, ficava complicado para ele poder acompanhar o curso, porque ele pegava o mesmo assunto duas vezes, e outros assuntos eles não viam nem lá, nem cá. Então, isso criou certa dificuldade. Depois é que a Secretaria de Educação resolveu elaborar um conteúdo único para todas as escolas, aí eu não sei se as escolas seguiam ou não. A gente procurava seguir sempre o conteúdo do que estava no *síte* da Secretaria. (SILVA, 2019).

Para além da autonomia em sala de aula, o professor ressalta a flexibilidade curricular das escolas e sua organização interna de abordagem de conteúdos. Essa característica dificultava a transferência de alunos de uma unidade para outra, assim como não dava unicidade aos conteúdos do Ensino Médio. Diante dessa constatação, dentre os documentos pesquisados no acervo do Colégio Central da Bahia – Central, referentes a esse período, foram identificados documentos sobre essa diversidade de históricos, a qual, além de dificultar o trabalho do professor, prejudicaria futuramente a expedição da documentação do histórico escolar do aluno.

Foi constatado que, embora existisse uma matriz curricular de cada curso profissionalizante, acontecia de não haver o professor para ministrá-la, de sorte que a carga horária ficava incompleta. Uma das soluções encontradas, no caso da área de Exatas ou matérias afins, foi o remanejamento de professores das disciplinas de Matemática e Física, mais experientes, para outras disciplinas técnicas da matriz curricular do ensino profissionalizante.

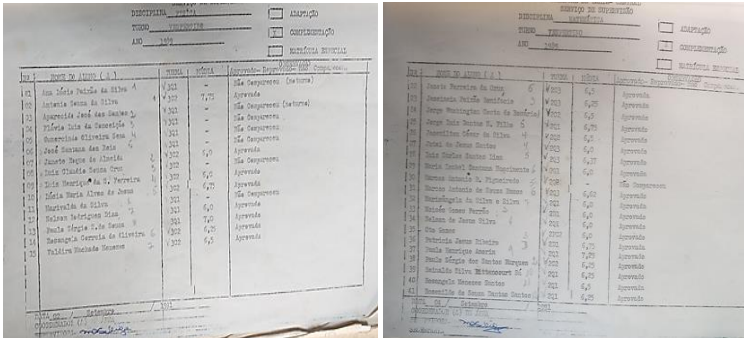
Figura 2 - Acervo documental do Colégio Estadual da Bahia – Central (antigo Ginásio da Bahia)



Fonte: Acervo da autora.

Posteriormente, para regularizar a ausência de notas, era realizada pelas unidades escolares uma prova de Adaptação,<sup>29</sup> que consistia em uma avaliação das disciplinas pendentes no histórico escolar dos alunos. Essa avaliação era feita de forma recorrente, pelas razões de falta de professor e também quando havia mudança de unidade escolar e diferença entre os currículos adotados. Em seguida, são expostos alguns desses documentos encontrados:

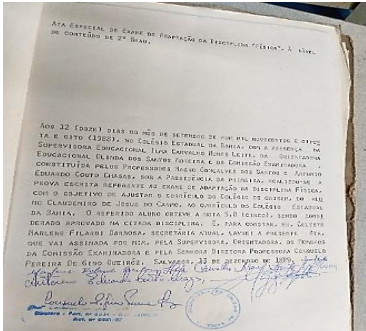
Figura 3 - Atas dos Exames de Complementação



Exames de complementação realizados em 1989, nas disciplinas de Matemática e Física, pela ausência da nota no histórico escolar dos alunos.

Fonte: Acervo Colégio Central da Bahia.

Figura 4 - Ata do Exame de Adaptação



Exame de adaptação realizado em 1988, na disciplina de Física, cujo objetivo era de ajustar o currículo do colégio de origem, por aprovação com nota 5,0.

Fonte: Acervo Colégio Central da Bahia.

Sobre o ensino de Física nessa modalidade de ensino, não foram encontrados registros de professores licenciados que estavam em atuação em

<sup>29</sup> Adaptação é o nome da prova realizada para regularização do histórico escolar do aluno, na qual, na ausência de notas das disciplinas da matriz curricular, o aluno faz uma prova para lançamento dessas notas e regularização da sua situação. Em contato com a secretaria do Colégio Central, foi informado que a unidade escolar regularizava a situação de cada aluno, ao final do ano. Entretanto, afirmam que, na maioria das vezes, a unidade escolar só percebe essa necessidade quando o aluno precisa do documento na sua vida pessoal e profissional, destacando casos que possuem mais de 20 anos.

sala de aula, no período pesquisado. No entanto, todos os professores entrevistados ministraram, em algum momento, a disciplina de Física, embora não fosse a sua primeira opção de trabalho, como relatam:

[...] dava sim, que quando você entra já sabe, é uma diversidade. No curso de Desenho eu dava Elementos de Custo. No curso de Patologia, dava Estatística. No Ensino Médio ensinava 1º, 2º e 3º ano. Ensinava Física, Matemática [...]. (CARDOSO, 2019).

[...] com Física eu ensinei somente no... Ensinei um ano só no Central. E em Itinga, eu só ensinei um ano também, 1º ano. No Central, minha experiência não foi muito boa em Física, porque a gente não tinha... A gente tinha um laboratório de Física e não tinha material nenhum no laboratório. Então foi só teoria, e Física é uma disciplina que você precisa fazer experimento para os alunos entenderem. (SILVA, 2019).

[...] não, eu não gostava muito da disciplina de Física, tinha um traumazinho na época de estudante, eu não gostava de Física. E também não tinha necessidade, quem fosse professor de Matemática e fosse ensinar Física era por falta de carga horária. [...] Na época, licenciada só tinha eu, tinha outros professores que ensinavam Matemática, mas que tinham outra formação. Entendeu? Aí não tinha necessidade de ensinar Física, e também eu não gostava de Física, aí não tive o desejo de ensinar. (SANTANA, 2019).

Verificamos, nos relatos apresentados, que a ausência de professores licenciados em Física era suprida por aqueles que ensinavam Matemática, embora essa não fosse a sua primeira opção. Foi destacado ainda que, na medida em que podia, essa “responsabilidade” era transferida para o colega mais novo da unidade escolar ou com outra formação. Essa prática mostra que, para além de todas as dificuldades encontradas no exercício da profissão, o espaço disciplinar de Física não despertava cadeira cativa de simpatizantes, na etapa do Ensino Médio.

## **5 O INSTITUTO ANÍSIO TEIXEIRA E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO**

Partimos, neste ponto, para compreender como esses profissionais tinham acesso aos cursos de formação oferecidos pelo IAT, principalmente, após a expansão de atividades, a partir de 1991. É importante acrescentar que, dentro da carreira do magistério, existia um incentivo à realização de cursos de atualização e aperfeiçoamento profissional. Essa lei foi regulamentada mais à



frente, através do Estatuto do Magistério, em 2002, na Lei nº 8261, pelo Sindicato dos Professores.

Vale ressaltar que antes da criação e dos cursos oferecidos através do IAT, os professores custeavam o seu aperfeiçoamento profissional para ter acesso a essa gratificação. Após a expansão das atividades do IAT, desde 1991, a oferta gratuita dos cursos passou a ser um grande atrativo para professores. Para além da valorização profissional, os professores admiravam as instalações e a estrutura do IAT no que concerne à formação profissional. O Centro de Aperfeiçoamento de Professores, em Salvador, era dotado de um moderno conjunto educacional, com salas de aula, de treinamento, informática, laboratório de Ciências, oficina de Artes Plásticas e Educação Artística, administração, biblioteca, videoteca, auditórios, anfiteatro, salão de jogos e de exposições. Dispunha também de restaurante e de alojamento com espaço para abrigar professores que precisassem vir de localidades distantes para frequentar os cursos. Foi construída ainda, ao lado, a Escola de Aplicação, concebida para experimentações e ensaios de renovação pedagógica, com capacidade para 1.300 alunos.

Figura 5 - Sede do Instituto Anísio Teixeira, construída após sua reestruturação, em 1991



Fonte: BAHIA (1994, p. 21).

Souza (cf. Artigo 4) assinala que as formações entre 1991 e 2000 eram, em termos quantitativos, muito abrangentes, entretanto, essa oferta não priorizava áreas disciplinares de Matemática e Física para o Ensino Médio. A sua abrangência visou à atualização dos que atuavam nas séries iniciais, como principal intervenção do IAT na formação de professores. Perguntamos aos

depoentes sobre como tinham conhecimento desses cursos nas unidades escolares, visto que poucas oportunidades eram direcionadas quanto a formações para o Ensino Médio:

[...] não, e até hoje não tem. A maioria das escolas não tem. Eu acho que o diretor pensa assim: “Se for fazer curso, vai faltar aula.” (CARDOSO, 2019).

[...] nem tanto, porque os cursos, só quando eram cursos que obrigavam quase todos os alunos da escola, aí a gente era comunicado. Mas, às vezes, acontecia os cursos e nem todos os professores sabiam. (SANTANA, 2019).

Diferentemente, na unidade escolar em que Silva (2019) atuava, a divulgação era amplamente realizada:

[...] era divulgado na sala dos professores. Então, quem se interessava... Eu me interessava logo. Quando chegava, eu me interessava logo, me matriculava logo. E, na verdade, não só eu, mas a maioria dos professores de lá, tanto de Matemática, como de Química, Física e Biologia. Essas quatro disciplinas, todo curso que aparecia, o pessoal fazia. Então, nós fizemos muitos cursos pela Secretaria. No IAT, eu era professor cativo do IAT, porque eu sempre estava lá fazendo curso. (SILVA, 2019).

Acrescenta ainda a oportunidade de realização de cursos em outros estados, custeados pelo IAT:

[...] E curso fora também eu fazia. Deixa ver se eu tenho aqui, um curso que foi feito em colaboração com o Instituto Ayrton Senna, que foi feito em Faxinal do Céu, no Paraná<sup>30</sup>. Esse curso foi uma imersão de duas semanas, onde foram dois professores do Central, eu e Iramar, 1 aluno e o diretor da escola. Foi um curso muito bom e... Não tô com o certificado dele aqui, mas foi um curso muito bom, que foi um aproveitamento excelente. O pessoal ficou encantado com a estrutura da Escola de Professores de lá do Paraná. Que logo depois a gente viu que em Salvador o IAT modificou a estrutura, para ficar mais ou menos parecida, com a estrutura que era da Escola de Professores do Paraná. Agora, além desses cursos, eu fazia cursos particulares por minha conta também. (SILVA, 2019).

Quando questionada sobre a falta de divulgação, acrescenta:

---

<sup>30</sup> No trabalho de Baviera (2002), discorre-se sobre o contexto social e político nos anos 90 que possibilitou a criação da Universidade do Professor – Faxinal do Céu, no Estado do Paraná. Para além de trabalhos desenvolvidos em sua localidade, desenvolveu parcerias e trocas de experiências entre instituições de formação de professores, em que ofereceu cursos de formação inicial e continuada para a comunidade local e outros estados. Trazia também em sua proposta a oferta de cursos transdisciplinares na oportunidade de ampliar a competência desses profissionais através de contato com outras áreas de conhecimento.

[...] não sei. Talvez a direção escolhesse alguns professores, né?! Alguns professores que eles preferiam que fosse. Aí ficava mais complicado de participar. (SANTANA, 2019).

De seu lado, a professora Cardoso (2019) demonstra seus esforços na realização dos cursos:

[...] não, em cursos da Secretaria eu corria atrás. Eu ficava sabendo que ia ter um curso no IAT, fiz muitos cursos no IAT. Aí você consegue fazer o 1º, aí você fica em contato. O primeiro que eu fiz foi pela Fundação José Silveira, que foi logo quando abriu o IAT. Aí fiquei sabendo do “Especialização em Matemática”, que foi o que eu mudei de nível. A especialização em Matemática, eu fiquei sabendo de tarde no último dia que tinha que levar um monte de documento, aí eu corri em casa, peguei todos os documentos. Aí depois teve uma seleção, eu fui aprovada e fiz esse curso. Aí depois todo curso que tinha você está no meio. Aí tem gente que nunca está sabendo de nada e: “Ah, como você fica sabendo dos cursos?” Eu fico sabendo, vou fazer e aviso: “Olha vai, ter curso não sei aonde.” (CARDOSO, 2019).

Os professores arrazoaram sobre as dificuldades de acesso aos cursos, sobre o poder dado à direção da escola, revelando claramente a falta de programação da Secretaria de Educação de cumprir oportunidade de qualificação dos profissionais, sem prejudicar a carga horária dos alunos. Nesse quesito, Cardoso (2019) sublinha:

Eu acho que essa divulgação devia ser pessoal, porque, quando eles querem cobrar algo da gente, eles sabem entrar em contato. Então, na hora de fazer curso, ou alguma coisa, eles poderiam entrar em contato diretamente com o professor. (CARDOSO, 2019).

Acrescenta, aludindo ao círculo de amizade que facilitava o acesso às informações sobre os cursos: “[...] conhecidos, contatos, chamados. Porque aí você faz um curso e entra numa roda de pessoas de interesse disso, então, eu ficava sabendo e fazia.” Informa também que sempre que sabia dos cursos, divulgava a informação nas escolas em que trabalhava. Quando questionada sobre cursos de Ensino Médio para Matemática e Física, ela fala:

[...] não. Cursos, praticamente nenhum. Quando você tinha curso, eram cursos de 1º Grau, Fundamental. No 2º Grau muito pouco, eu fiz alguma coisa na Ufba, “Matemática e conexões” era 2º Grau e teve muito pouca coisa que era 2º Grau. (CARDOSO, 2019).

Essa informação é constatada através dos relatórios de atividades do IAT, no período de 1983 a 2000, quando são escassos os cursos dedicados ao

Ensino Médio das disciplinas mencionadas. A professora responde, quando se indaga sobre o curso da Ufba e sua divulgação nas escolas:

[...] mas a gente não tinha acesso. Tinha divulgação, mas não tinha acesso. As que eu fiquei sabendo, que eu fui fazer, foi através de colegas e assim tudo muito em cima da hora. (CARDOSO, 2019).

Sobre o aproveitamento de cursos para Matemática, ela destaca sua experiência com o Gestar, primeiramente como professora cursista, e logo depois como formadora:

[...] o Gestar, eu fui da primeira turma, fomos capacitados, foram quatro pessoas. Foram capacitadas em Brasília, pelo pessoal do MEC... para capacitar os formadores. Gestar I [...], para poder capacitar os professores do Gestar I, os professores da Bahia toda. Então, a gente viajava, ia de local em local, às vezes mandava para cá, ou então a gente ia fazer essa capacitação na própria Direc. Aí depois que o Gestar II, já entrou a Fundação Luís Eduardo Magalhães, aí eu pedi licença sem vencimento, e fui ser especialista também por Brasília lá pelo MEC, para poder formar os formadores, aí agora já passei a ser especialista e passei a formar os formadores, para eles irem para as salas formar os professores do Estado. (CARDOSO, 2019).

Souza (2017) mostra que o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar), integrante dos programas de cooperação firmados entre o Governo brasileiro e o Banco Mundial, a partir da década de 1980, mais especificamente, como parte do Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola) tinha o propósito de apoiar ações de melhoria da qualidade do Ensino Fundamental, não só no estado da Bahia, mas somente para as disciplinas de Matemática e Português. Teve abrangência nas duas etapas das séries iniciais, com o Gestar I e II. Iniciou as suas atividades em 1998, após o Empréstimo nº 17402-BR2,<sup>31</sup> envolvendo recursos da ordem de US\$ 1,3 bilhão destinado não apenas ao estado da Bahia, mas também outros estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, apresentando-se como um conjunto de ações a serem desenvolvidas em etapas de forma complementar à legislação e às políticas nacionais vigentes para o Ensino Fundamental. A professora Cardoso (2019) assinala que participou como formadora, contudo,

---

<sup>31</sup> Esse documento, elaborado pelo Banco Mundial, sobre o empréstimo de recursos para o Fundescola, *School Improvement Project - Fundescola I*, 1998, estabelece como principais objetivos o fortalecimento da escola primária e instituições públicas nas regiões mais carentes do Brasil, com vistas a garantir a preparação dos alunos e sua participação ativa como cidadãos produtivos em uma sociedade.

sempre atuou como professora, frisando que tentaram ampliar essa formação para o Ensino Médio, entretanto, não havia incentivos da coordenação do programa. Mesmo assim, conseguiam aproveitar alguns conhecimentos que servissem na formação de professores:

[...] algumas atividades, algumas oficinas [...] tinha alguma coisa de trigonometria. Aquela trigonometria básica, que tem no Fundamental, na 8ª série. E alguma coisa de trigonometria, algumas atividades que eram mais complexas lá para o 1º grau, que a gente usava no 2º grau. E também tem a metodologia que a gente tentava usar. É difícil, porque os alunos não têm a vivência. O ideal era que o aluno participar desse tipo de metodologia desde pequenininho e ir avançando. Aí você chega no 2º grau e vai fazer uma oficina com esses meninos que não têm hábito nenhum, é muito difícil. Até que você consiga agrupar, organizar, acalmar... a aula acabou. E você vai mediar: "Ah professora, fala logo o que a senhora quer, que tanta pergunta é essa?! a senhora já está ficando chata." (CARDOSO, 2019).

Nas duas primeiras décadas de funcionamento do IAT, pode-se constatar, pelos Relatórios de Atividades, pouca abrangência para profissionais do Ensino Médio, apesar das expressivas formações, a partir da criação do centro de formação em 1992. E sobre a qualidade dos cursos oferecidos, ela faz questão de acrescentar algumas informações:

Às vezes você aprendia como não fazer. Uma vez, eu tomei um curso, foi o dia inteiro com o retroprojeter, a professora lendo aquele negócio ali, eu fiz: "Meu Deus...", eu tomei tanto pavor a retroprojeter que eu nunca usei na sala. Nunca usei na sala, porque eu tomei um curso, com 8 horas de curso com o retroprojeter ligado, meu olho chega ficava ardendo. Tomei tanto pavor que eu nunca usei retroprojeter na sala. Quando veio o *datashow*, eu já consegui usar alguma coisa, muito pouco também, porque senão fica a mesma coisa. Muitos cursos, às vezes, você aprendia o que não fazer, ou então só a maneira de fazer [...]. (CARDOSO, 2019).

E realiza um comparativo com alguns cursos oferecidos pela Ufba:

[...] os cursos da Ufba geralmente eram mais teoria. O Gestar foi o que trouxe a prática. Eu fazia tudo quanto é curso, estava procurando e o Gestar eu achei, porque eu queria prática. Porque a teoria eu sabia. Quando eu não sei uma coisa, eu vou para o livro e... Porque a faculdade te dá a orientação. (CARDOSO, 2019).

Ela enfatiza o trabalho desenvolvido pelos cursos do Gestar:

[...] mas a prática, na faculdade, a aula de faculdade é totalmente tradicional. E hoje aula tradicional não encaixa mais, não funciona mais. Não funciona aula tradicional, então, foi o Gestar que trouxe

essa parte prática mesmo, ensinando como fazer de uma forma diferente. (CARDOSO, 2019).

A professora Santana (2019) destaca um curso denominado “Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI)”, com uma metodologia proveniente de Israel, destinada a desenvolver treinamentos cognitivos para melhoria da aprendizagem:

[...] o PEI era um programa, ele foi feito... Veio de Israel. Então, ele trabalhava assim toda a formação do aluno, tanto para o professor quanto para o aluno. Como trabalhar as aulas expositivas, como era. Tinha muita prática. Era umas aulas expositivas participativas, a gente cobrava muito do aluno. Entendeu? [...] Eu achei que serviu para mim como professora e para os alunos. Melhorava muito o aprendizado, a maneira deles aprenderem a estudar. Eu gostei muito do curso do PEI. (SANTANA, 2019).

Quando questionados sobre o papel do Ensino Médio, os professores complementam com sua percepção:

Eu comecei a perceber quando os cursos profissionalizantes foram extintos. Então, houve uma, vamos dizer assim, uma grande frustração por parte dos alunos. Porque eles não queriam deixar de fazer uma coisa que fosse preparar eles para ganhar dinheiro. Porque esse era o objetivo deles, e eles se preocupavam bastante com isso. E a gente sabe que praticamente todo aluno da escola pública precisa de ajudar os pais no trabalho. Então o curso, para mim, o curso de formação geral foi um fiasco, porque você não formou em nada. Não disse para que fosse, nem o que foi. Porque a universidade não oferecia o que aluno queria. Às vezes, para ele entrar numa universidade, fazia qualquer vestibular, se frustrava e largava no meio. Não era o que ele queria [...]. (SILVA, 2019).

Mesmo com a flexibilidade conferida pela Lei nº 7044/82 e a extinção dos cursos profissionalizantes, de forma gradativa, a partir da Lei nº 9394/96, essa mudança foi sentida pelos professores em sua lida com a expectativa dos alunos em sala de aula.

Eu me lembro muito bem que ele era nível médio, e com a extinção dos cursos profissionalizantes de nível médio, o Instituto Federal passou a ser Instituto Federal, e começou a oferecer curso superior nas áreas que oferecia nível médio. Então, isso foi uma coisa que, em vez de crescer, decresceu. [...] eu acredito que, se tivéssemos cursos técnicos profissionalizantes, nós estaríamos numa realidade completamente diferente hoje, completamente diferente. Porque o nível médio, o curso técnico de nível médio, oferecia para aqueles alunos que queriam seguir a carreira, eles iam já sabendo o que iam fazer na universidade. Porque eles já tinham um curso técnico e agora não, agora o cara **forma geral e não sabe o que vai fazer**. Então, o cara estuda, gosta de Matemática e faz um vestibular para Pedagogia, para ir para universidade. Faz vestibular para Ciências,

para Geografia, para História, para disciplinas que não têm nada a ver com o que ele gosta. Então, eu acho que isso é o problema sério que tem que ser solucionado, que deve ser solucionado, porque todo mundo, eu acredito que todo mundo tem curso técnico de nível médio. O cara vai para a universidade se quiser [...]. (SILVA, 2019, grifo nosso).

O professor sinaliza a respeito da falta de planejamento para a etapa do Ensino Médio, promovida por lei com as mudanças da política educacional, sem uma prévia organização com a comunidade. É possível perceber igualmente que essa fase já representava uma importante etapa para aqueles que queriam entrar no mercado de trabalho via ensino profissionalizante.

## **6 CONCLUSÃO**

A visita aos cenários do Ensino Médio, na rede pública estadual na cidade de Salvador, no período de vigência e atuação proposta da criação do Instituto Anísio Teixeira (IAT), como órgão responsável por realizar estudos, pesquisas e formação de professores para promoção de uma educação de qualidade, indicou que sua atuação, nessa área, ficou aquém do que realmente foi necessário na dinâmica da etapa do Ensino Médio, que passou por consideráveis mudanças de oferta e organização curricular.

Como já mencionado no Artigo 1, Artigo 2 e Artigo 4, a situação educacional do estado da Bahia apresentava notável atraso na rede pública estadual. No Artigo 4, observa-se que o diagnóstico para o Plano Decenal da Educação foi o primeiro documento em larga escala que mapeou todas as carências do referido estado e apresentou alternativas em curto, médio e longo prazos, que exigiam investimentos e a continuidade dessas medidas políticas educacionais nas próximas gestões administrativas. Essa narrativa evidenciou que, no período pesquisado, não eram considerados campos disciplinares para a realização de formações em serviço. Eram oferecidos cursos diversificados, oficinas e, dentro dessa proposta, eram implementadas atividades, as quais, muitas vezes, priorizavam os conhecimentos de Português e Matemática, e algumas vezes, de forma pontuada, em outros campos de conhecimento.

Constatamos que a formação continuada em serviço, promovida pelo IAT, em larga escala, em termos quantitativos, a partir de 1991 até o ano 2000,

atendeu especialmente às séries iniciais do Ensino Fundamental, sem dar uma atenção especial à etapa do Ensino Médio e aos campos disciplinares. Uma outra constatação realizada foi a ausência de uma autocrítica sobre seus trabalhos e serviços prestados nos relatórios e documentos pesquisados, diferentemente das duas primeiras etapas do IAT, regidas até o ano de 1990, em que a equipe que compunha os trabalhos realizava uma análise crítica sobre o que foi executado e o que precisaria melhorar, em termos qualitativos.

A adição do recurso da fonte oral, a escolha dos professores depoentes e a busca de fontes documentais no acervo do Colégio Central da Bahia foram peças fundamentais para esclarecer como esses profissionais atuavam em sala de aula, em face de tanta carência estrutural, organizacional e de formação dessa etapa de ensino, nas unidades públicas estaduais. Verificamos que a responsabilidade de um ensino de qualidade era do professor, o qual, em cumprimento do seu papel, buscava orientações, material didático, além de alternativas para que o aluno tivesse uma formação mínima do curso que estava sendo ofertado, especialmente na etapa profissionalizante.

Ainda assim, foi mostrado que o corpo discente percebia objetivos nessa formação, pois os estudantes eram absorvidos no mercado de trabalho. Revelou-se também que, com o advento da nova LDB nº 9.394/96, essa etapa de ensino foi extinta e oferecida para todas as etapas a formação geral, o que provocou também sentimentos conflituosos na comunidade escolar, em função de mais uma nova mudança na estrutura do ensino.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BAHIA. Instituto Anísio Teixeira. **Educadores**. 2020. Disponível em: <http://educadores.educacao.ba.gov.br/iat>. Acesso em: 20 out 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escassez de professores no ensino médio: propostas estruturais e emergenciais**. Brasília, DF, 2007. Relatório elaborado por RUIZ, A. I.; RAMOS, M. N.; HINGEL, M. <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf> Acesso em: 05 jan. 2020.



BAHIA. Assembleia Legislativa. **Lei 8.261 de 29 de maio de 2002**. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Ensino Fundamental e Médio do Estado da Bahia e dá outras providências. Salvador, BA: Assembleia Legislativa, 2002.

BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Relatório de Atividades Instituto Anísio Teixeira**, 1991/1994. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1994.

BRASIL. **Lei nº. 7044, de 18 de outubro de 1982**. Ensino de 1º e 2º Grau - Diretrizes e Bases – Legislação – Alteração. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1982.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/1996**. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRAGA, M. N. S. **O Programa de Treinamento e Aperfeiçoamento de Professores de Ciências Experimentais e Matemática – PROTAP (1969-1974)**: sua contribuição para a modernização do ensino de matemática. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, BA, 2012.

BRITO, M. Salvador em 1968: um breve repertório de lutas estudantis universitárias. **Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades**, [S.l.], n. 225, p. 49-66, jun., 2016. Disponível em: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/151/13>  
1. Acesso em: 19 nov. 2019.

CUNHA, L. A. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa [on-line]**, v. 44, n. 154, p. 912-933, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053142913>. Acesso em: 25 mai. 2021.

DIAS, A. L. M. Profissionalização dos professores de matemática na Bahia: Contribuições de Isaías Alves e de Martha Dantas. **Publ. UEPG Humanit. Sci., Appl. Soc. Sci., Linguist., Lett. Arts**, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, p. 243-260, dez., 2008.

FREIRE, I. A. A. **Ensino de Matemática**: Iniciativas inovadoras no Centro de Ensino da Bahia (1965-1969). 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Ensino, Filosofia e História da Ciência, Salvador/BA, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Estatísticas dos professores no Brasil**. Brasília: Brasil, v. 1, 2003, 53p.

KRAWCZYK, N. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio e profissional**: As políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, abr., 2009.

NASCIMENTO, T. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. 10.11.16. 45. ed. **Revista HISTEDBR** [on-line], Campinas, 1 mar., 2012. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/doc01\\_45.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/45/doc01_45.pdf). Acesso em: 5 ago. 2019.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1985.

ROCHA, D. S. **Formação de professores de matemática na Bahia (1953-1971)**: Campanha de aperfeiçoamento e ensino secundário. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Universidade Federal da Bahia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Salvador, BA, 2014.

SANTOS, A. Q. **O ensino médio na Bahia e os ginásios/escolas polivalentes: a iniciação para o trabalho**. Dissertação (Mestrado) – PPGEduc – UNEB. Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BA, 2010.

SCHEIBE, L. O projeto de profissionalização docente no contexto da reforma educacional iniciada nos anos 1990. **Educ. Rev**, [S. l.], p. 180-193, 11 nov., 2004. DOI <https://doi.org/10.1590/0104-4060.355>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.355>. Acesso em: 3 nov. 2021.

SCHEIBE, Leda; BAZZO, Vera Lúcia. Políticas governamentais para a formação de professores na atualidade. **Rev. Bras. Cienc. Esporte**, [s. l.], ano 2001, v. 22, ed. 3, p. 9-21, 1 maio 2001.

SOUZA, H. S. **Iniciativas Contemporâneas para a formação de professores de matemática na Bahia**. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Física, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória de estudos e pesquisas educacionais no Brasil transformou-se numa importante ferramenta de análise, conhecimento e mapeamento das demandas dos problemas educacionais, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Nessa construção, tivemos marcos referenciais com esse relevante papel, dentre os quais a fundação do Instituto Nacional de Pedagogia (Inep), posteriormente o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), no Rio de Janeiro, e outros centros regionais em algumas capitais, inclusive em Salvador.

Essa regionalização possibilitou a análise de aspectos sociais, culturais e econômicos, diante das destoantes desigualdades educacionais, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, se comparadas à região Sul do país. Para além do tratamento desses dados, também eram desenvolvidos e realizados cursos de treinamento e aperfeiçoamento de professores, em parceria com as universidades locais, o que ampliava a efetivação de projetos, experimentos, dentre outras ações aplicadas nas escolas públicas.

Após a extinção do Inep (BAHIA), em 1974, o seu legado entre professores e pesquisadores permaneceu latente e foi concretizado, mais à frente, através da criação do primeiro centro de pesquisa educacional vinculado à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, com a inauguração de seu primeiro órgão, o Instituto de Estudos e Pesquisas em Ciência, Educação e Cultura Anísio Teixeira (IAT), em 1983, tendo como seu primeiro gestor o professor Hildérico Pinheiro de Oliveira, um importante nome na literatura, porém, ausente em registros científicos, mas que foi um pouco mais apresentado neste trabalho, no primeiro artigo desta Tese. O legado do Inep – Bahia e a criação do Instituto Anísio Teixeira se relacionam a partir dos dados da pesquisa de Souza (2017), que abordou pela primeira vez essa trajetória. Para esta pesquisa, a criação desse Instituto foi considerada como o ponto de partida para análise dos dados produzidos neste trabalho.

Os dados apresentados com base nas análises implementadas pelo Instituto, na época, mostraram outras vertentes dessa realidade educacional, antes expressos somente por dados estatísticos, promovendo a exposição de espaços lacunares de intervenções e ausência de planejamentos educacionais,

com resultados que acreditamos se estendem até a atualidade. É importante frisar que alguns trabalhos devem ter sido realizados isoladamente, na época, mas que não foram explorados ou publicados para amplo conhecimento da pesquisa educacional.

Analisamos, também, que tal conjunto não se apresentou sozinho nesse contexto, mas que existiu uma soma de fatores políticos, econômicos e culturais, visíveis nas ações da própria Secretaria de Educação, principalmente para a área que nos propomos pesquisar, que foi a etapa do Ensino Médio. Para a composição deste trabalho de investigação, foram levados em conta dois fatores: os diagnósticos efetuados e mediados pelo IAT e suas ações frente a esses problemas, no espaço temporal proposto em curto e médio prazo, na etapa do Ensino Médio. O recorte temporal foi delimitado desde a sua criação, em 1983, até o ano 2000.

Nesse contexto, a hipótese inicial do trabalho, direcionada a observar os espaços e a atenção conferida à formação inicial e continuada de professores das disciplinas de Matemática e Física, ao longo da exploração dos dados, não foi confirmada com aspectos tão positivos, devido à ausência de intervenções e planejamento de políticas educacionais atinentes a essas duas áreas de ensino, especialmente para a etapa do Ensino Médio. A comprovação dessa hipótese se deu, contudo, na medida em que as fontes históricas primárias e secundárias iam tomando corpo do texto narrativo. Dentro dessas medidas, e para melhor exposição dos dados, o trabalho seguiu o formato *multipaper*, inspirado nas indicações Duke e Beck (1999), que realizam uma reflexão sobre os formatos tradicionais dos trabalhos de pesquisa de dissertações e teses, e argumentam que esse formato revela limitações e falta de acessibilidade pela disposição organizacional do texto. Por sua vez, a exposição dessas pesquisas em artigos científicos, os quais podem e devem ser publicados em periódicos nacionais e internacionais, ampliam os espaços de discussões sobre o tema.

Seguindo essa apresentação, cada um dos artigos aqui reunidos construiu uma linha histórica sobre os temas da pesquisa para a análise do objetivo geral proposto neste trabalho, que foi *Conhecer qual foi a atenção dada à formação de professores que atuavam no Ensino Médio, especialmente nas disciplinas de Matemática e Física, a partir da criação do Instituto Anísio Teixeira, em 1983 até os anos 2000.*

Nessa perspectiva, os objetivos específicos foram diluídos em cada um dos capítulos, apresentados em artigos, visitando cada um dos momentos históricos sobre o tema. No primeiro capítulo, conhecemos historicamente quais as principais influências para a criação do Instituto Anísio Teixeira (IAT), em 1983, na Bahia, e sua atuação inicial na educação baiana, com importante papel do professor Hildérico Pinheiro de Oliveira. Foram expostos quais desafios e problemas foram enfrentados e superados para institucionalizar a pesquisa, com a criação desse órgão vinculado à Secretaria de Educação.

Em seguida, no segundo artigo, mostramos os trabalhos do IAT entre 1987-1990 e quais os olhares para a etapa do Ensino Médio, quando suas atividades já estavam mais experientes e com parcerias nacionais e internacionais com instituições de pesquisa. No terceiro capítulo, exploramos os dados e diagnósticos sobre o Ensino Médio, através do Plano de Desenvolvimento da Educação (Plandeba). A construção dessa etapa do trabalho evidenciou como de fato se apresentava essa etapa de ensino na esfera pública estadual, através de um conjunto de carências que perpassa desde a formação do professor até a estrutura administrativa dessa fase. Consideramos também que os trabalhos de intervenção para o Ensino Médio poderiam começar nessa etapa em razão dessa apresentação de dados lacunares.

No capítulo quatro, por meio da nova composição política, financeira e organizacional do IAT, foram examinadas as atividades direcionadas para etapa do Ensino Médio, em um tempo de significativos números quantitativos, até o ano 2000. Esse período foi marcado por expressiva mudança estrutural e administrativa da Secretaria de Educação e dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Anísio Teixeira.

Por fim, em razão de tantos espaços lacunares e busca de novas informações sobre o período pesquisado, foi realizado o resgate de narrativas dos atores históricos representados por professores do Ensino Médio que lecionaram as disciplinas de Matemática e Física. Sobre o acréscimo desses depoimentos, Thompson (1992) contribui, tratando da convocação de testemunhas entre as classes subalternas e desprivilegiadas. Essa escolha propicia uma reconstrução mais imparcial do passado, com novas impressões, e certamente promove o enriquecimento sobre o tema investigado e a

disposição de dados que promovam novas reflexões.

No percurso dos dados, foi identificado que, diante de tantas carências e atrasos educacionais no estado da Bahia, essas medidas foram priorizadas para as séries iniciais, nas políticas educacionais da Secretaria de Educação vigente na época. Ficou evidente também que a atuação do Instituto Anísio Teixeira (IAT), como instituição de suporte à Secretaria de Educação do Estado da Bahia, para o período analisado, foi dividida em três significativos momentos.

O primeiro foi sobre a importância da pesquisa educacional para realização de um planejamento de ações, considerando a diversidade regional e cultural em um estado com mais de quatrocentos municípios. Esse momento foi concretizado através de sua criação, em um momento de crise econômica nacional e com poucos recursos financeiros, estruturais e de pessoal especializado para a efetivação de suas atividades. Na persistência desse intento, conseguiu concretizar significativos estudos e pesquisas sobre algumas realidades educacionais, ao mesmo tempo que efetuava uma análise crítica e construtiva dos recursos humanos e financeiros necessários para cumprimento de seus propósitos.

O segundo momento foi caracterizado por continuidade de seus desígnios, com o acréscimo significativo dos seus trabalhos, início do seu reconhecimento social e a ampliação de captação de recursos humanos e financeiros, por intermédio de parcerias institucionais (SOUZA, 2017).

E por fim, o que categorizamos como terceiro momento, foi marcado por forte reestruturação administrativa da Secretaria de Educação e do Instituto. Agrupamos esses dados, concernentes ao período de 1990 a 2000, explicitados através de uma considerável oferta de cursos e formações de professores em serviço. O quantitativo mostrado destoava das suas gestões anteriores e não é mencionado nos documentos analisados, sobre dificuldades financeiras e de pessoal, ao que parece, devidamente supridas. Apesar da ampla oferta de formações e eventos de cunho científico, poucas ações foram identificadas para a etapa do Ensino Médio. Constatamos que a leitura dessas informações significa que o êxito dessa etapa estava relacionado diretamente com a iniciativa e o compromisso dos professores em sala de aula, os quais, para além da oferta dos cursos oferecidos pelo Instituto, buscavam formações

nas universidades locais.

Quando consideramos a análise do campo disciplinar dessa etapa de ensino, percebemos que não eram colocadas como prioridade essas ações, sobretudo para o ensino de Ciências e de Matemática. Nessa época, a predominância foi a vigência do ensino profissionalizante, quando também os professores titulares das disciplinas da área de ciências e matemática deveriam fazer adaptações para lecionar aquelas disciplinas específicas dos cursos oferecidos. Esses dados foram expostos claramente no depoimento dos professores, que exibiram suas dificuldades de execução dessa tarefa na sua trajetória profissional. Outro dado confirmado pelos professores foi que, no quesito de prioridades, as formações eram disponibilizadas sempre com conteúdos das disciplinas de Matemática e Português, enquanto as outras eram encaixadas em um grupo de Conhecimentos Gerais.

É importante acrescentar que os cursos contribuíram para a formação dos professores, embora fossem direcionados para a etapa do Ensino Fundamental, destacando-se o Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar) de Matemática. Sobre a contribuição desse curso, o trabalho de Souza (2017) apresenta, através de depoimentos de professores, como foi essa etapa na Educação, enfatizando que, apesar de ter sido de ampla formação de professores, não foi mediada e nem ofertada pelo Instituto Anísio Teixeira, o que destoava do seu propósito, na época.

Outro curso que teve relevância na oferta de formação para o Ensino Médio foi o Programa de Enriquecimento Instrumental (PEI), uma metodologia desenvolvida em Israel para melhorar o desempenho escolar e cognitivo. Foi criado e desenvolvido por Reuven Feuerstein, com atividades expostas através de uma sequência, pela qual – embora, na formação adaptada para o Brasil, não se contemplassem conteúdos disciplinares – os professores relataram importante contribuição em sua prática em sala de aula.

Ainda nessa proposta, a administração educacional do estado da Bahia investiu massivamente na formação em serviço, firmando várias parcerias institucionais para elaboração de suas formações. Com o advento da LDB nº 9394/96 e as exigências da formação em nível superior e licenciatura, o IAT iniciou ações para regularização dos profissionais em sala de aula. Sua primeira oferta foi a partir do ano 2000. Esse curso foi de complementação

pedagógica para professores bacharéis que já atuavam, dentre outras disciplinas, com Matemática e Física.

Nesse contexto, foi realizada a escolha das fontes documentais, através de um longo processo, principiado na etapa do Mestrado, quando se observou que, dentro do tema pesquisado, ainda existiam muitas lacunas na esfera da rede pública estadual, especialmente no Ensino Médio, na cidade de Salvador, do período educacional de 1983 até o ano 2000. Foi feita uma seleção de dados históricos que pudessem contribuir para a linha histórica proposta.

Nessa busca documental, foi impressionante a constatação de todas as informações que estão disponíveis no acervo documental e histórico no Colégio Estadual da Bahia – Central. Na análise desses dados, conseguimos reconstruir passagens históricas e juntar elementos que até então não estão disponíveis na literatura, como a passagem do professor Hildérico Pinheiro de Oliveira. Nesse local, foram encontradas também confirmações de narrativas dos professores sobre o que foi vivido em sala de aula e das dificuldades de lecionar a etapa do Ensino Médio, no contexto de um viés profissionalizante (deficitário), e a transição para uma formação geral, sem a devida capacitação para a passagem entre essas duas etapas. Outra agravante dessa situação de coleta de dados foi o incêndio na sede da Secretaria de Educação, no ano de 2003, que destruiu o seu acervo documental do período pesquisado, restando-nos outras fontes históricas, como o acesso ao acervo do Instituto, do Conselho Estadual da Educação (CEE), do Colégio Estadual da Bahia – Central, do Memorial Arlindo Coelho Fragoso e as fontes orais.

Esperamos que a narrativa apresentada nesta Tese contribua para outros trabalhos nessa temática e na elucidação de dados que, até o momento, faziam parte de um obscura lacuna histórica educacional.

Realizando um paralelo com a atualidade, o Instituto Anísio Teixeira exhibe uma multifacetada estrutura de parcerias para formação inicial e em serviço para os professores e toda a rede de apoio escolar. A sua estrutura acompanha a oferta, desde os cursos de formação inicial, por meio das licenciaturas, até os de cursos de pós-graduação, pela oferta de especializações e Mestrado, em parcerias institucionais no Brasil e no exterior. Em atendimento à atuação do professor e sua prática em sala de aula, expandiu a oferta de formação continuada em níveis diferenciados de carga



horária, o que oportuniza também a incorporação de benefícios remuneratórios na carreira do magistério.

Ampliando sua atuação científica educacional, o IAT organiza e promove eventos científicos para toda a área educacional, como seminários, congressos, conferências e videoconferências, destinados a professores e demais profissionais da rede pública de ensino. Ao longo do tempo, a ampliação desses trabalhos ocorreu também através de investimentos numa infraestrutura tecnológica que favorece, nas unidades escolares da rede estadual, resultados e ações, tanto na educação a distância como na modalidade presencial.

## REFERÊNCIAS

A ESCOLA PARQUE da Bahia: **Experiência pedagógica pioneira no Brasil**. Obra de projeção internacional. 2021. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/livro11/pagina33.htm>. Acesso em: 11 mar. 2021.

ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

BAHIA. Secretaria da Educação e Cultura. **Relatório de Atividades Instituto Anísio Teixeira - 1983-1986**. Salvador: Secretaria da Educação e Cultura, 1986.

BARROS, J. D'A. **O Campo da História**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, J. D'A. **O projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BARROS, J. D'A. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. Petrópolis, RJ : Vozes, 2005.

BOAVENTURA, E. M. Criação e Reorganização do Conselho Estadual de Educação da Bahia. **Sitientibus**, Feira de Santana, v. 10, p. 13-30, jul./dez., 1992. Disponível em: [http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/10/criacao\\_e\\_reorganizacao\\_do\\_conselho\\_d\\_e\\_educacao\\_da\\_bahia.pdf](http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/10/criacao_e_reorganizacao_do_conselho_d_e_educacao_da_bahia.pdf). Acesso em: 23 mar. 2021.

BRAGA, M. N. S. **O programa de treinamento e aperfeiçoamento de professores de Ciências Experimentais e Matemática - PROTAP (1969-1974): sua contribuição para a modernização do ensino de Matemática**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=F8342BB4536FBA13C8A2FC6081001C83.proposicoesWebExterno2?codteor=713997&filename=LegislacaoCitada+-PL+6416/2009). Acesso em: 10 dez. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. LDB: Lei das Diretrizes e Bases da Educação nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 20 dez. 2019.

DIAS, A. L. M. **Engenheiros, mulheres, matemáticos: interesses e disputas na profissionalização da matemática na Bahia (1896-1968)**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

DIAS, A. L. M. Uma História da Educação Matemática na Bahia. *In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI. Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, jul., 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300909600\\_ARQUIVO\\_ALMD.EducacaomatematicaBahia\\_revisado.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300909600_ARQUIVO_ALMD.EducacaomatematicaBahia_revisado.pdf). Acesso em: 01 mar. 2021.

DUKE, N. K.; BECK, S. W. Education should consider alternative formats for the dissertation. **Educational Researcher**, v. 28, n. 3, p. 31-36, 1999.

FERREIRA, M. dos S. **Centros de pesquisas do INEP: pesquisa e política educacional entre as décadas de 1950 e 1970**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

FREIRE, I. A. A. **Ensino de Matemática: Iniciativas inovadoras no Centro de Ensino da Bahia (1965-1969)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LANDO, J. C. **Práticas, inovações, experimentações e competências das Professoras de Matemática no Colégio de Aplicação da Universidade da Bahia (1949-1976)**. Tese (Doutorado em Ensino, Filosofia e História das Ciências) – UFBA/UEFS, Salvador, 2012, 309p.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**, São Paulo: Loyola, 2002.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História oral – como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2015.

MEIHY, C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia Prático de história oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

OLIVEIRA, H. P. A ação conjunta de Anísio Teixeira e do INEP na Bahia. **Cadernos IAT**, v. 1, n. 1, p. 31-46, dez., 1988.

PINHEIRO, M. M. L. **Classes experimentais de Matemática e a difusão da experimentação pedagógica na Bahia durante as décadas de 1960 e 1970**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. **O manifesto dos pioneiros da educação nova (1932)**, Brasília, v. 65, n. 150, p. 407-425, maio./ago. 1984. Disponível em: [http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto\\_dos\\_Pioneiros\\_Educao\\_Nova.pdf](http://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educao_Nova.pdf). Acesso em: 23 mar. 2021.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

RIOS, D. F. **Memórias de ex-alunos do Colégio da Aplicação da Universidade da Bahia sobre o ensino da Matemática moderna: a construção de uma instituição modernizadora.** 504f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

ROCHA, D. da S. **Formação de professores de Matemática na Bahia (1953-1971): Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino.** 97f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

ROCHA, J. F. M. História do Curso de Física da UFBA: da Faculdade de Filosofia da Bahia à contemporaneidade. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 265-264, jul./dez., 2016. Disponível em: [https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=2798#:~:text=421%20de%2011%20de%20maio,em%20Salvador%2C%20Estado%20da%20Bahia](https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=2798#:~:text=421%20de%2011%20de%20maio,em%20Salvador%2C%20Estado%20da%20Bahia). Acesso em: 17 dez. 2020.

SOUZA, H. S. **Iniciativas Contemporâneas para a formação de professores de Matemática na Bahia.** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Física, Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

TEIXEIRA, A. Discurso de posse do Professor Anísio Teixeira no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. v. 17, n. 46, p. 69-79, 1952. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/discurso2.html>. Acesso em: 30 mar. 2020.

THOMPSON, P. **A Voz do Passado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

### **Coleta de documentos e informações**

Biblioteca do Instituto Anísio Teixeira, Salvador-BA.

Conselho Estadual de Educação da Bahia, Salvador-BA.

Memorial Arlindo Coelho Fragoso, Salvador-BA.

## ANEXO

## MODELO DE AUTORIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA  
DOUTORADO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS  
CIÊNCIAS**



## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, eu \_\_\_\_\_, portador(a) de carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, residente \_\_\_\_\_ e domiciliado(a) à \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, autorizo o uso, gratuito e espontaneamente, da entrevista que prestei à pesquisadora Helaine da Silva Souza, ficando conseqüentemente autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins culturais e acadêmicos, a mencionada entrevista, no todo ou em parte, editada ou não, bem como permitir a terceiros o acesso a mesma para fins idênticos, com a única ressalva de sua integridade e identificação de fonte e autor.

Salvador, \_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2019

---

Assinatura do(a) entrevistado(a)

---

Pesquisadora Helaine da Silva Souza